

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**  
CNPJ/MF Nº 02.387.241/0001-60  
NIRE 41.300.019.886  
Companhia Aberta  
Categoria A

**PROPOSTA A SER SUBMETIDA À ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2015.**

A administração da ALL – América Latina Logística S.A. (“Companhia”) apresenta, a seguir, a proposta da administração acerca das matérias constantes da ordem do dia da assembleia geral extraordinária da Companhia a ser realizada no dia 10 de abril de 2015 (“Assembleia Geral”).

*I. Reforma do Estatuto Social da Companhia*

Em decorrência da incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia pela Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. (“Rumo”), tornando a Companhia uma subsidiária integral da Rumo, propomos a alteração do estatuto social da Companhia para ajustá-lo a essa nova circunstância e retirar obrigações relacionadas ao segmento de governança corporativa do Novo Mercado, uma vez que a Companhia não mais faz parte deste segmento.

Nos termos do artigo 11 da ICVM 481/2009, o Anexo I.1 a esta proposta contém minuta do estatuto social com as alterações propostas em destaque e o Anexo I.2 contém informações sobre a origem e justificativa de cada alteração proposta e a análise dos seus efeitos jurídicos e econômicos. O Anexo I.3, por sua vez contém a versão proposta para o novo estatuto social da Companhia.

*II. Destituição de membros do Conselho de Administração da Companhia*

Em decorrência da incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia pela Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. (“Rumo”), propomos a destituição, em 10 de abril de 2015, dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia: Srs. Paula Suelen de Lara Bau, como suplente; Mario Mendes de Lara Neto, ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração; Alessandro Arduini; Antonio Afonso Simões, como suplente; Giancarlo Arduini; Carlos Fernando Vieira Gamboa; Ricardo Profeta Marques, como suplente; Wagner Pinheiro de Oliveira e seu suplente Sérgio de Vasconcellos Rodrigues; Laura Bedeschi Rego de Mattos, como suplente; Ruy Nagano, como suplente; Ricardo Schaefer e sua suplente Renata Eichler Ribeiro; Wilton de Madereiros Daher, como suplente; Linneu Carlos da Costa Lima e seu suplente Gilberto Maria Rossetti; Raimundo Pires Martins da Costa e seu suplente Agilberto Pires Martins da Costa; e Eliane Aleixo Lustosa e sua suplente Janine Meira Souza Koppe Eiriz.

Especialmente para os Senhores Wilson Ferro de Lara, Riccardo Arduini, Nelson Rozental, Henrique Amarante da Costa Pinto, Délvio Joaquim Lopes de Brito e Joilson Rodrigues Ferreira, propomos a destituição do cargo de membros titulares do Conselho de Administração da Companhia a partir de 24 de abril de 2015, ficando os mesmos empossados do cargo até a referida data.

*III. Eleição de novos membros para o Conselho de Administração da Companhia*

Em decorrência da destituição de determinados membros do Conselho de Administração, propomos a eleição dos seguintes membros para compor o Conselho de Administração da Companhia: Srs. Rubens

Ometto Silveira Mello, Marcos Marinho Lutz, Marcelo Eduardo Martins, Julio Fontana Neto, Marcelo de Souza Scarcela Portela, José Alberto Monteiro Martins e Darlan Fabio de David.

Nos termos do artigo 10 da ICVM 481/2009, fornecemos as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do formulário de referência, relativamente aos candidatos indicados pela administração.

*IV. Não instalação de Conselho Fiscal da Companhia para o ano de 2015.*

Tendo em vista que não se trata de um órgão social permanente nos termos do Estatuto Social da Companhia, propomos que o Conselho Fiscal da Companhia não seja instalado para o exercício social de 2015.

*V. Destituição de todos os membros do Conselho Fiscal da Companhia*

Em decorrência da não instalação de Conselho Fiscal para o exercício social de 2015, propomos a destituição de todos os membros do Conselho Fiscal da Companhia: Newton de Souza Junior, ao cargo de Presidente do Conselho Fiscal, e seu suplente Daniel José dos Santos; Ricardo Scalzo e seu suplente Marcelo Meth; e Alexandre Machado de Souza e seu suplente Alexsandro Pinheiro Cardoso.

Curitiba, 10 de abril de 2015.

**Jose Cezario Menezes de Barros Sobrinho**  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

## ANEXO I.1

### ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA COM AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS EM DESTAQUE

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**  
CNPJ/MF n.º 02.387.241/0001-60  
NIRE n.º 413.000.19886  
Companhia Aberta  
Categoria A

#### ESTATUTO SOCIAL

#### CAPÍTULO I. DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO

**Artigo 1º.** ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. (“Companhia”) reger-se-á pelo presente Estatuto Social e pela legislação que lhe for aplicável.

~~§1º. — Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da BM&FBOVESPA S.A. — Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (“Regulamento do Novo Mercado”).~~

~~§ 2º. — As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.~~

**Artigo 2º.** A Companhia tem por objeto desenvolver as atividades abaixo descritas, diretamente, ou através das sociedades, consórcios, empreendimentos e outras formas de associação de que participe ou venha a participar:

- a) prestar serviços de transporte de cargas através dos modais ferroviário e rodoviário, dentre outros, isoladamente ou combinados entre si de forma intermodal ou multimodal, inclusive atuando como operador de transporte multimodal – OTM;
- b) explorar atividades relacionadas, direta ou indiretamente, aos serviços de transporte mencionados na alínea anterior, tais como planejamento logístico, carga, descarga, transbordo, movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, operação portuária, exploração e administração de entrepostos de armazenagem, armazéns gerais e entrepostos aduaneiros do interior;
- c) importar, exportar, comprar, vender, distribuir, arrendar, locar e emprestar contêineres, locomotivas, vagões e outras máquinas, equipamentos e insumos relacionados com as atividades descritas nas alíneas anteriores;
- d) realizar operações de comércio, importação, exportação e distribuição de produtos e gêneros alimentícios, em seu estado “in natura”, brutos, beneficiados ou industrializados, bem como o comércio, a importação, a exportação e a distribuição de embalagens e recipientes correlatos para acondicionamento dos mesmos;



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

- e) executar todas as atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas nas alíneas anteriores, além de outras que utilizem como base a estrutura da Companhia; e
- f) participar, direta ou indiretamente, de sociedades, consórcios, empreendimentos e outras formas de associação cujo objeto seja relacionado com qualquer das atividades indicadas nas alíneas anteriores.

**Artigo 3º.** A Companhia tem sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Emílio Bertolini, 100, sala 01, Vila Oficinas, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir e fechar filiais, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do País.

**Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

## CAPÍTULO II. CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

**Artigo 5º.** O capital social é de R\$ 3.448.283.431,62 (três bilhões, quatrocentos e quarenta e oito milhões, duzentos e oitenta e três mil, quatrocentos e trinta e um reais e sessenta e dois centavos), dividido exclusivamente em 687.664.312681.995.165 (seiscentas e oitenta e seteum milhões, seiscentasnovecentas e noventa e cinco mil e cento e sessenta e quatro mil e trezentas e dozecinco) ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal, sendo vedada a emissão de ações preferenciais.

§ 1º. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 820.000.000 (oitocentos e vinte milhões) ações ordinárias.

§ 2º. Competirá ao Conselho de Administração fixar a espécie, a classe, o preço e o número de ações a serem emitidas, bem como o prazo e as condições de integralização, mas a subscrição em bens dependerá da aprovação do laudo de avaliação pela Assembleia Geral, na forma da lei.

§ 3º. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá:

- a) deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição; e
- ~~b) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados da Companhia ou de sociedade sob seu Controle, sem que os acionistas tenham direito de preferência à aquisição dessas ações, observado limite anual de 1,5% (um e meio por cento) do capital social para a outorga de opções e o limite máximo de 5% (cinco por cento) do capital social para o total de opções outorgadas; e~~ e) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

§ 4º. ~~Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral, devendo ser observado o disposto no Artigo 9º, deste Estatuto Social. § 5º.~~ As ações da Companhia serão todas escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira por decisão e indicação do Conselho de Administração, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º, do art. 35, da Lei nº 6.404/76.

§ 65º. É facultado à Companhia suspender os serviços de transferências e desdobramentos de ações e certificados para atender a determinação da Assembleia Geral, não podendo fazê-lo, porém, por mais de 90 (noventa) dias intercalados durante o exercício, e tampouco por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

§ 7<sup>o</sup>. A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias.

**Artigo 6<sup>o</sup>.** Poderão ser emitidas, sem direito de preferência aos acionistas, ou com redução do prazo mínimo legal para o seu exercício, ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita:

- a) mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública; ou
- b) mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos arts. 257 a 263, da Lei n.º 6.404/76.

### CAPÍTULO III. ACIONISTAS

~~Artigo 7<sup>o</sup>. Para os efeitos deste Estatuto Social, serão considerados como grupos de acionistas (“Grupos de Acionistas”) dois ou mais acionistas da Companhia.~~

- ~~a) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou~~
- ~~b) que estejam sob Controle Comum; ou~~
- ~~e) que atuem representando um interesse comum; ou~~

~~que sejam vinculados por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum.~~

~~§ 1<sup>o</sup>. Para fins de aplicação da alínea “e” acima, define-se pessoas representando um interesse comum (i) uma pessoa que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 10% (dez por cento) do capital social da outra pessoa; e (ii) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 10% (dez por cento) do capital social das duas pessoas. Adicionalmente, quaisquer *joint-ventures*, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, trusts, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas sempre que duas ou mais entre tais entidades: (x) forem administradas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; (y) forem geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (z) tenham em comum a maioria de seus administradores.~~

~~§ 2<sup>o</sup>. No caso de fundos de investimento com administrador e/ou gestor comum, somente serão considerados como Grupo de Acionistas aqueles cuja determinação da política de investimentos e o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade concomitante do administrador e/ou gestor comum, em caráter discricionário.~~

~~§ 3<sup>o</sup>. Para os fins de aplicação do § 2<sup>o</sup>, deste Artigo 7<sup>o</sup>, todos e quaisquer fundos de investimentos deverão, sempre que adquirirem ações de emissão da Companhia que representem mais de 2% (dois por cento) do capital social, informar à Companhia a quem cabe a determinação de sua política de investimentos e o exercício de votos em Assembleias Gerais, devendo, da mesma forma, informar à Companhia sempre que houver a mudança de tal pessoa.~~

~~Artigo 8<sup>o</sup>. Todo acionista ou Grupo de Acionistas é obrigado a divulgar, mediante comunicação à Companhia, que enviará a informação às bolsas de valores em que forem negociados os valores mobiliários de sua emissão e à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos da Instrução~~



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

~~CVM nº 358/02 e suas alterações posteriores, a aquisição de ações ou de direitos sobre as ações e demais valores mobiliários emitidos pela Companhia que atinjam a participação acionária, direta ou indireta, que corresponda a 5% (cinco por cento) ou mais das ações representativas do capital social da Companhia, devendo ainda apresentar as informações exigidas pelo art. 7º, VI, “a”, da Resolução nº 3514/10, da Agência Nacional de Transportes Terrestres — ANTT.~~

~~§ 1º. — A mesma obrigação se estenderá a cada vez que o acionista ou Grupo de Acionistas, titular de participação igual ou superior ao percentual referido no caput deste Artigo, elevar a sua participação em 1% (um por cento) das ações ou de direitos sobre as ações e demais valores mobiliários emitidos pela Companhia.~~

~~§ 2º. — Igual dever terão os titulares de debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição e opção de compra de ações que assegurem a seus titulares a aquisição de ações nas quantidades previstas neste Artigo.~~

~~§ 3º. — Em atendimento à Resolução nº 3514/10, da Agência Nacional de Transportes Terrestres — ANTT, todo acionista ou Grupo de Acionistas que atinja a participação acionária, direta ou indireta, que corresponda a 5% (cinco por cento) ou mais das ações representativas do capital social da Companhia, deverá, mensalmente e enquanto mantiver participação superior a 5% (cinco por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, enviar à Companhia as informações exigidas no caput deste Artigo.~~

~~§ 4º. — A infração ao disposto neste Artigo sujeitará o acionista ou Grupo de Acionistas à aplicação da sanção de que trata o Artigo 10º.~~

~~Artigo 9º. — Cada ação ordinária conferirá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.~~

~~§ 1º. — Nenhum acionista ou coletividade de acionistas poderá exercer seu direito de voto em número superior a 10% (dez por cento) do capital social da Companhia, ainda que tal acionista ou coletividade de acionistas detenha participação superior a 10% (dez por cento) do capital social da Companhia.~~

~~§ 2º. — Para os fins do § 1º deste Artigo, somente será considerado coletividade de acionistas dois ou mais acionistas que: (i) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; (ii) que estejam sob Controle Comum; ou (iii) que atuem representando um interesse comum.~~

~~§ 3º. — Para os fins do item (iii), do § 2º, deste Artigo, aplicar-se-á a definição prevista no Artigo 7º, § 1º a § 3º, acima.~~

~~§ 4º. — Não serão computados nas deliberações da Assembleia Geral os votos que excederem o limite fixado neste Artigo.~~

~~Artigo 7º. Cada ação ordinária conferirá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.~~

~~**Artigo 10º/Artigo 8º.** A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta pela Lei nº 6.404/76, sua regulamentação ou por este Estatuto Social.~~

~~§ 1º. A suspensão poderá ser deliberada pela Assembleia Geral em qualquer reunião em que a matéria constar da ordem do dia.~~

~~§ 2º. Os acionistas ou Grupo de Acionistas que representem 5% (cinco por cento), no mínimo, do capital social, poderão convocar Assembleia Geral para deliberar a suspensão do exercício de direitos~~



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

~~de acionista previsto no caput deste Artigo quando o Conselho de Administração não atender, no prazo de 8 (oito) dias, a pedido de convocação que apresentarem, com indicação do descumprimento de obrigação e do acionista inadimplente. § 3º. Caberá a~~ Assembleia Geral que aprovar a suspensão dos direitos políticos do acionista estabelecer o alcance da suspensão, além de outros aspectos, sendo vedada a suspensão dos direitos de fiscalização e de pedido de informações assegurados em lei.

§ 43º. A suspensão de direitos cessará logo que cumprida a obrigação.

#### CAPÍTULO IV. ASSEMBLEIA GERAL

**Artigo 11.9º.** A Assembleia Geral dos Acionistas reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses de cada ano, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que necessário, observadas em sua convocação, instalação e deliberações, as prescrições legais pertinentes.

**Parágrafo Único.** A Companhia poderá eventualmente adotar o procedimento eletrônico para realização da Assembleia Geral de Acionistas, observada as prescrições legais pertinentes.

**Artigo 12.10.** A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ~~e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por seu substituto estatutário, sendo escolhidos, entre os, sendo que os trabalhos da assembleia serão dirigidos por mesa composta de presidente e secretário, por este indicado~~ escolhidos pelos acionistas presentes, um ou mais secretários. **Parágrafo Único.** ~~O acionista ou Grupo de Acionistas que representem 3% (três por cento), no mínimo, do capital social, mediante correspondência encaminhada ao Presidente do Conselho de Administração, poderão incluir assuntos a serem deliberados na próxima Assembleia Geral a ser convocada, desde que mantida a referida participação no capital social da Companhia no momento da realização da respectiva Assembleia.~~

**Artigo 13.11.** Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar, na sede da Companhia, além do documento de identidade, comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia expedido, por original ou fac-símile, pela instituição depositária, em até 2 (dois) dias antecedentes à data de realização da Assembleia Geral. Os acionistas representados por procuradores deverão exibir os instrumentos de mandato no mesmo prazo e observado o mesmo procedimento previsto para os comprovantes de titularidade de ações de emissão da Companhia, ressalvado, entretanto, que os instrumentos de procuração deverão ser apresentados sempre em original.

**Artigo 14.12.** Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:

- a) decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- b) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- c) fixar a remuneração do Conselho Fiscal, quando instalado, e dos ~~Administradores~~ administradores na forma da lei e deste Estatuto Social; e
- d) escolher empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ~~ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo IX deste Estatuto Social.~~

**Artigo 15.** ~~Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, a saída da Companhia do Novo Mercado dependerá da aprovação da Assembleia Geral, na forma do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.~~

## CAPÍTULO V. ADMINISTRAÇÃO

### SEÇÃO I. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 16.13.** Os órgãos de administração da Companhia são o Conselho de Administração e a Diretoria.

~~§ 1º. A posse dos administradores estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores aludido no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, bem como ao atendimento aos requisitos legais aplicáveis.~~ § 2º.— O Conselho de Administração poderá, quando julgar necessário, criar comitês com funções de assessoramento e instrução dos assuntos que lhe sejam afetos, definindo a respectiva composição e atribuições específicas.

§ 3º. A remuneração aos membros dos comitês deverá ser proveniente do montante global da remuneração dos administradores, aprovado pela Assembleia geral de acionistas. Caberá ao Conselho de Administração da Companhia especificar a remuneração cabível aos membros dos comitês eventualmente criados. Aqueles que acumularem funções nos comitês e nos órgãos de administração da Companhia deverão optar entre a remuneração pelo exercício da função de administrador e a remuneração pelo exercício da função de membro do comitê em questão.

§ 4º. Aqueles que acumularem funções em mais de um comitê poderão receber a respectiva remuneração adicional, observando-se em relação aos administradores, o dever de opção, previsto no parágrafo anterior.

**Artigo 17.14.** Os membros do Conselho de Administração, e seus suplentes, serão eleitos pela Assembleia Geral e os da Diretoria pelo Conselho de Administração.

§ 1º. O mandato dos membros do Conselho de Administração é unificado e de no máximo ~~23~~ 23 (~~dois~~ dois ~~três~~ três) anos), permitida a reeleição; inicia-se com a posse mediante termo lavrado em livro próprio e termina sempre simultaneamente, ainda que algum deles tenha sido eleito depois dos demais, mantendo-se no exercício de seus cargos até a investidura dos novos eleitos.

§ 2º. O mandato dos Diretores é de ~~23~~ 23 (~~dois~~ dois ~~três~~ três) anos, permitida a reeleição; inicia-se com a posse mediante termo lavrado em livro próprio e termina sempre simultaneamente, ainda que algum deles tenha sido eleito depois dos demais, mantendo-se no exercício de seus cargos até a investidura dos novos eleitos.

~~§ 3º. É vedada a eleição, para o Conselho de Administração da Companhia, de pessoa que, no momento da referida eleição, seja Diretor da Companhia.~~ § 4º.— É permitida a participação sem direito de voto de Diretores nos comitês criados pelo Conselho de Administração, observado ainda o disposto nos § ~~32~~ 32 e § ~~43~~ 43 do Artigo ~~16.13~~.

**Artigo 18.15.** A remuneração dos administradores será fixada pela Assembleia Geral com a especificação do montante relativo à remuneração fixa e variável a ser distribuída para o Conselho de Administração e para a Diretoria, cabendo ao Conselho de Administração a alocação da remuneração entre seus membros e os membros da Diretoria.

**Artigo 19.16.** A substituição dos administradores far-se-á de acordo com as seguintes regras:

- a) no caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores, inclusive do Diretor-Presidente, as funções do Diretor ausente ou impedido serão acumuladas por outro Diretor, por





AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

designação do Diretor ausente. Em caso de impedimento ou na falta de indicação pelo Diretor ausente do substituto temporário, este será indicado pelo Diretor-Presidente;

- b) no caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, este será substituído pelo respectivo suplente, quando indicado, sendo que, na ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho, será o mesmo substituído pelo Conselheiro indicado pelo Presidente, efetivando-se o suplente quando indicado, do Presidente na condição de Conselheiro;
- c) no caso de vacância de qualquer dos cargos de Diretor, inclusive o de Diretor-Presidente, as suas funções serão exercidas cumulativamente pelo Diretor para esse efeito indicado em reunião de Diretoria, que exercerá tais funções até a primeira reunião do Conselho de Administração que se seguir à vacância;
- d) no caso de vacância de qualquer cargo do Conselho de Administração, será o mesmo exercido pelo respectivo suplente, sendo que, na vacância do Presidente, caberá aos membros do Conselho de Administração designarem, dentre os demais, o Conselheiro que exercerá suas funções até o restante do mandato do substituído, efetivando-se o suplente do Presidente substituído na condição de Conselheiro.

~~Artigo 20. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, excetuadas as hipóteses de vacância que deverão ser objeto de divulgação específica ao mercado e para as quais deverão ser tomadas as providências para preenchimento dos respectivos cargos no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.~~

## SEÇÃO II. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Artigo 21.17.** O Conselho de Administração será composto de ~~15 (quinze)~~ no mínimo 3 (três) e no máximo 15 (quinze) membros efetivos ~~e igual número de membros,~~ sendo facultada a indicação de suplentes.

**§ 1º Único.** O Conselho de Administração será presidido por um Presidente ~~e um Vice-Presidente~~ ou por quem este indicar, sendo que o presidente será indicado pela Assembleia Geral que os eleger. Em caso de ausência ~~o~~ do Presidente, o Conselho de Administração será presidido pelo Vice-Presidente.

~~§ 2º. — O Conselho de Administração será composto obrigatoriamente por no mínimo 20% (vinte por cento) de Conselheiros Independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado, e declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º.~~

~~§ 3º. — Quando em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Novo Mercado.~~

**Artigo 22.18.** Ressalvada a hipótese de eleição por voto múltiplo na forma da lei, ~~a eleição dos~~ os membros do Conselho de Administração ~~dar-se-á pelo sistema de chapas, vedada a~~ serão eleitos através de votação individual ~~em candidatos realizada pelos acionistas em assembleia geral.~~

**§ 1º Único.** Por proposta do Conselho de Administração, aprovada por maioria de seus membros, será indicada uma chapa, devendo a administração da Companhia, até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a Assembleia Geral, enviar ~~às bolsas~~ à bolsa de valores, inserir em site da rede mundial de computadores e manter disponível para os acionistas na sede da Companhia, documento com o



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

nome, a qualificação e o *curriculum* dos candidatos a membros e suplentes integrantes da chapa formada nos termos deste § ~~1º~~único.

~~§ 2º. — É facultado a qualquer acionista, ou conjunto de acionistas, alternativamente à indicação referida no § 1º, propor outra chapa para o Conselho de Administração, observadas as seguintes normas:~~

~~a) — a proposta deverá ser comunicada por escrito à Companhia até 8 (oito) dias antes da data para a qual estiver convocada a Assembleia, sendo vedada a apresentação de mais de uma chapa pelo mesmo acionista ou conjunto de acionistas;~~

~~b) — a comunicação deverá conter a identificação dos membros e respectivos suplentes, incluindo nome, qualificação e *curriculum* profissional de cada um, juntando termo firmado pelos candidatos declarando sua disposição de concorrer aos cargos;~~

~~e) — em até 1 (um) dia útil contado de seu recebimento pela Companhia, a Companhia inserirá em site da rede mundial de computadores e manter disponível para os acionistas na sede da Companhia, documento com o nome, a qualificação e o *curriculum* dos candidatos a membros e suplentes integrantes das chapas propostas nos termos deste § 2º.~~

~~§ 3º. — A mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas diferentes, inclusive a de que trata o § 1º.~~

~~§ 4º. — Cada acionista somente poderá votar em uma chapa; os votos serão computados com observância das limitações previstas no Artigo 9º e serão declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.~~

~~§ 5º. — Caso tenha sido solicitado o processo de voto múltiplo, cada candidato das chapas propostas será considerado um candidato para o Conselho de Administração.~~

~~§ 6º. — Caso a Companhia receba pedido por escrito de acionistas que desejem requerer a adoção do processo de voto múltiplo, a Companhia divulgará o recebimento e o teor de tal pedido imediatamente, por meio eletrônico, para a CVM e para a BM&FBOVESPA.~~

**Artigo ~~23.19~~** O Conselho de Administração reúne-se, em caráter ordinário, ~~bimestralmente, em datas a serem estabelecidas na primeira reunião anual e, extraordinariamente~~trimestralmente, sempre que convocado pelo Presidente, a quem cabe fixar a respectiva ordem do dia. As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas com uma antecedência mínima de ~~10~~5 (~~dez~~cinco) dias úteis, e os documentos que suportarem a ordem do dia, tanto para as reuniões ordinárias como para as extraordinárias, deverão ser encaminhados juntamente com a convocação, ~~respeitados eventuais prazos previstos no regimento interno do Conselho de Administração.~~

**Parágrafo Único.** O Presidente deverá convocar o Conselho de Administração quando tal pedido, devidamente fundamentado, com indicação da matéria a tratar, lhe for apresentado:

a) por pelo menos ~~três~~2 (~~dois~~dois) Conselheiros; ou

b) pelo Diretor-Presidente.

**Artigo ~~24.20~~** O Conselho de Administração funciona com a presença da maioria de seus membros, e delibera por maioria de votos.



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

§ 1º. Os membros do Conselho de Administração poderão excepcionalmente participar das reuniões por intermédio de conferência telefônica, ~~vídeo-conferência~~videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do referido membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração serão considerados presentes à reunião e deverão assinar a correspondente ata.

§ 2º. Qualquer membro do Conselho de Administração poderá se fazer representar por seu suplente, quando indicado, ou, na ausência deste, por outro conselheiro. Qualquer membro do Conselho de Administração poderá se fazer assessorar por seu respectivo suplente, quando indicado.

**Artigo ~~25-21~~**. Compete ao Conselho de Administração:

- a(i) ~~eleger e destituir os Diretores da Companhia, indicando, por proposta do Diretor Presidente, aquele que poderá acumular as funções de Relações com Investidores;~~diretores e fixar suas atribuições;
- b) ~~deliberar sobre a proposta do Diretor Presidente sobre as áreas de atuação dos demais Diretores;~~
- e(ii) ~~fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de qualquer de suas sociedades controladas, aprovando previamente suas políticas empresariais de comercialização, gestão administrativa de pessoal e financeira, de aplicação de incentivos fiscais e zelar pelo estrito cumprimento das mesmas;~~
- d) ~~aprovar planos, projetos e orçamentos anuais e plurianuais;~~
- e) ~~autorizar contribuições da Companhia e suas controladas para associações de empregados, fundos de previdência, entidades assistenciais ou recreativas, observado o que vier a ser determinado em resolução do próprio Conselho de Administração;~~
- (iii) aprovar os planos de negócios, o planejamento estratégico, planos de trabalho, política de operações financeiras e comerciais, orçamentos anuais e plurianuais, os planos de investimentos em despesas de capital (“CAPEX”) e os novos programas de expansão da Companhia e de suas sociedades controladas, bem como acompanhar a sua execução;
- f(iv) fiscalizar a gestão dos ~~Diretores~~diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia e de suas sociedades controladas, solicitando informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- g(v) convocar ~~a~~ Assembleia Geral; sempre que necessário ou exigido por lei e nos termos deste Estatuto Social;
- h
- (vi) manifestar-se sobre o ~~Relatório de Administração~~relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria e demonstrações financeiras anuais e/ou intermediárias e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício;
- i) ~~manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.~~
- j)



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

- ~~(vii)~~ deliberar sobre a emissão de ações ~~e~~ ou bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado ~~da Companhia;~~
- ~~(viii)~~ deliberar sobre a realização pela Companhia ou por uma de suas controladas, de oferta pública de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, incluindo a definição, termos de liquidez e precificação de potencial venda pública de ações;
- ~~k~~(ix) autorizar a negociação, pela Companhia e por suas controladas, de ações de sua respectiva emissão, ~~e a emissão, conversão, resgate antecipado e demais condições de debêntures, "commercial papers", bônus e demais títulos destinados a distribuição primária ou secundária em mercado de capitais; inclusive aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão (a) para manutenção em tesouraria, cancelamento e/ou posterior alienação; ou (b) por doação;~~
- ~~(x)~~ nomear e destituir os auditores independentes da Companhia;
- ~~l~~(xi) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis ou não em ações (observado o disposto no Artigo 6º deste Estatuto Social em relação à emissão de debêntures conversíveis em ações), e de notas promissórias comerciais para distribuição pública; nos termos da Instrução CVM n.º 134/~~90~~; de 1º de novembro de 1990;
- ~~m) escolher e destituir os auditores independentes;~~
- ~~n~~(xii) autorizar a aquisição, venda, arrendamento, cessão, transferência ou outra alienação ou oneração de bens ~~ou direitos~~ do ativo não-circulante da Companhia ~~e~~ ou de qualquer de suas sociedades controladas, ~~em uma ou mais operações sucessivas no curso de 12 (doze) meses consecutivos, de valor agregado superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGP-M) ou na falta deste, outro índice que vier a substituí-lo;~~
- ~~o) fixar as condições gerais de celebração de contratos com Partes Relacionadas ou autorizar a celebração dos contratos que não atendam a estas condições;~~
- ~~p) aprovar a política de operações financeiras e comerciais da Companhia, bem como autorizar operações financeiras e comerciais ativas e passivas de valor superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGP-M) ou, outro índice que vier a substituí-lo, e aquelas que não estejam contempladas na política de operações financeiras e comerciais da Companhia;~~
- ~~q) autorizar atos que importem em outorga de garantias de qualquer espécie em favor de terceiros ou que importem em renúncia de direito, exceto se com relação a sociedades em que a Companhia possua participação, direta ou indiretamente, de mais de 98% (noventa e oito por cento) do capital social total;~~
- ~~r) estabelecer políticas e limites, por valor, prazo ou tipo de operação, para instrumentos financeiros derivativos de qualquer natureza, que envolvam ou não mercados futuros e de opções, bem como procedimentos para o gerenciamento e controle da exposição da Companhia aos respectivos riscos envolvidos em tais operações;~~
- ~~s) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembleia Geral;~~
- ~~t) deliberar sobre a constituição de sociedades ou a participação da Companhia e de suas controladas em outras entidades, bem como sobre quaisquer participações ou investimentos em negócios estranhos ao objeto social, inclusive através de consórcio ou sociedade em conta de participação; u) bem como de participações pela Companhia ou suas controladas em valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) e, ainda, aprovar a alienação, arrendamento ou outra forma de disposição dos direitos de concessão das sociedades em que a~~



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

Companhia participar, observado o que vier a ser determinado em resolução do próprio Conselho de Administração;

- (xiii) aprovar a contratação pela Companhia ou suas controladas de empréstimos ou financiamentos em valores, superiores a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) (exceto operações de refinanciamento, prorrogação ou alteração de operações de captação de empréstimos ou financiamentos anteriormente contratadas pela Companhia, cuja competência será da Diretoria);
- (xiv) aprovar a prestação de garantias reais ou pessoais, de qualquer natureza, em valores superiores a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), ficando dispensada a prévia aprovação quando (a) tratar-se de prestação de fiança em contrato de locação para moradia de funcionário ou diretor; ou (b) o terceiro for uma sociedade investida da Companhia e a garantia seja proporcional à participação detida pela Companhia em referida sociedade;
- (xv) autorizar a realização de atos que importem em renúncia de direitos pela Companhia em valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais);
- (xvi) autorizar a celebração de contratos pela Companhia ou por qualquer de suas sociedades controladas em valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais);
- (xvii) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresentar para sua deliberação ou a serem submetidos à Assembleia Geral;
- ~~w) avocar a qualquer tempo o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia e suas controladas, ainda que não compreendido na enumeração acima, e sobre ele proferir decisão a ser obrigatoriamente executada pela Diretoria;~~
- ~~x) exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei e pelo presente Estatuto;~~
- ~~y) resolver os casos omissos neste Estatuto e exercer outras atribuições que a lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia; e~~
- ~~z) definir a lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado;~~
- (xix) avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia e suas sociedades controladas que não estejam na esfera de competência privativa da Assembleia Geral;
- (xx) propor à deliberação da Assembleia Geral a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício, observado o disposto neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações;
- (xxi) declarar dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital próprio nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da legislação aplicável;
- (xxii) estabelecer remuneração variável aos administradores e autorizar contribuições da Companhia e suas controladas para associações de empregados, fundos de previdência, entidades assistenciais ou recreativas;
- (xxiii) manifestar-se a respeito do preço de emissão por ação em qualquer aumento de capital a ser submetido à Assembleia Geral;
- (xxiv) deliberar sobre programa, acordo, plano de opção, de benefício ou outro plano de remuneração para administradores, empregados, executivos não empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade controlada, sem direito de preferência para os acionistas, no âmbito de plano previamente aprovado pela Assembleia Geral;
- (xxv) aprovar a celebração pela Companhia ou uma de suas controladas de contrato de joint venture ou aquisição de ações do capital social, títulos ou valores mobiliários conversíveis



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

- em ou permutáveis por ações, bônus de subscrição, opções ou outros direitos relativos a compra ou aquisição de ações do capital social, títulos ou valores mobiliários conversíveis em ou permutáveis por ações;
- (xxvi) aprovar a participação da Companhia e/ou uma de suas controladas em grupos de sociedades de acordo com o disposto no Artigo 265 da Lei das Sociedades por Ações;
  - (xxvii) aprovar a contratação, alteração, qualquer forma de renegociação ou reajuste, ou rescisão de operações com Partes Relacionadas pela Companhia e/ou suas controladas, observado o previsto no §1.º abaixo;
  - (xxviii) aprovar a criação de comitês especializados para auxílio do Conselho de Administração;
  - (xxix) aprovar a participação da Companhia em licitações envolvendo concessões;
  - (xxx) aprovar a declaração, pela Companhia, do vencimento antecipado, protesto ou execução judicial ou extrajudicial de direitos de sua titularidade em valor individual relevante a ser oportunamente fixado e revisado pelo Conselho de Administração;
  - (xxxi) nomear, dar posse, destituir, aceitar renúncia e substituir membros do Comitê de Auditoria observadas as disposições da regulamentação em vigor;
  - (xxxii) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, observando-se o disposto nos Artigos 13, §2º e 30, §5º, bem como fixar o orçamento anual ou por projeto destinados a cobrir as despesas para o funcionamento do Comitê de Auditoria, incluindo custos com contratação de prestadores de serviços e consultores externos;
  - (xxxiii) examinar e aprovar o regimento interno, bem como as regras operacionais, em gênero, para funcionamento do Comitê de Auditoria;
  - (xxxiv) reunir-se, ao menos, trimestralmente com o Comitê de Auditoria, se constituído; e
  - (xxxv) examinar e avaliar os relatórios semestrais e anuais do Comitê de Auditoria.

§ 1º. Poderá, a critério do Conselho de Administração, ser criado órgão de auditoria interna subordinado diretamente ao Presidente do Conselho de Administração, vedada a delegação por este a outro órgão da Companhia.

§ 2º. O Conselho de Administração terá poderará ter um Secretário Executivo, que terá a incumbência de preparar e distribuir os documentos que suportarem as matérias da ordem do dia e lavrar as atas.

### SEÇÃO III. DIRETORIA

**Artigo ~~26.22~~.** A Diretoria é composta de ~~23~~ (~~dois~~~~três~~) a ~~810~~ (~~oit~~~~dez~~) membros, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores com designação e funções a serem propostas ao Conselho de Administração pelo Diretor-Presidente, nos termos do Artigo ~~34~~~~27~~ abaixo. O Diretor Financeiro, a critério do Conselho de Administração, poderá acumular as suas funções com as do Diretor de Relação com Investidores. O Conselho de Administração poderá deixar vagos até ~~68~~ (~~seis~~~~oit~~~~o~~) cargos de Diretor, exceto o de Diretor-Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Relação com Investidores.

§ Único. Findo o mandato, os membros da Diretoria permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos.

**Artigo ~~27.23~~.** A Diretoria reúne-se sempre que convocada pelo Diretor-Presidente.

**Artigo ~~28.24~~.** Nos atos e instrumentos que acarretem responsabilidade para a Companhia, inclusive sua representação ativa e passiva, judicial ou extrajudicial, em suas relações com entidades governamentais ou privadas, será ela representada (i) por 2 (dois) Diretores, ou (ii) por 1 (um) Diretor agindo em conjunto com um procurador, ou (iii) por 2 (dois) procuradores agindo em conjunto, dentro dos limites expressos nos respectivos mandatos, observado o disposto no § 2º, deste Artigo ~~28.24~~.



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

§ 1º. A Diretoria poderá delegar, inclusive nas obrigações a serem assumidas no exterior, a 1 (um) só Diretor ou a 1 (um) procurador, a representação da Companhia, nos termos e limites que a Diretoria vier a fixar.

§ 2º. As procurações outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por 2 (dois) Diretores e conterão os poderes específicos e prazo de vigência não superior a 1 (um) ano, ressalvada a outorga de poderes da cláusula *ad judicia et extra*, que poderá ter prazo de vigência superior ao referido.

**Artigo ~~29-25~~.** Compete aos Diretores assegurar a gestão permanente dos negócios sociais e dar execução às deliberações do Conselho de Administração.

**Artigo ~~30-26~~.** Compete, em especial, à Diretoria, atuando em colegiado:

- a) submeter ao Conselho de Administração a estrutura básica de organização da Companhia e de suas controladas, bem como definir as atribuições das várias unidades das mesmas;
- b) expedir as normas e regulamentos para o bom funcionamento dos serviços, respeitado o disposto neste Estatuto Social;
- c) manter o controle geral da execução de suas deliberações, bem como da avaliação dos resultados da atividade da Companhia e suas controladas;
- d) preparar e submeter à aprovação do Conselho de Administração os orçamentos anual e plurianual, os projetos de expansão e modernização e os planos de investimento;
- e) submeter ao Conselho de Administração, quando aplicável, o plano de cargos e salários e o quadro de pessoal da Companhia e suas controladas;
- f) submeter ao Conselho de Administração, quando aplicável, as normas relativas às contratações;
- g) submeter à prévia e expressa aprovação do Conselho de Administração as operações relativas a investimentos e financiamentos, no país ou no exterior;
- h) submeter ao Conselho de Administração todos os atos que envolvam responsabilidade para a Companhia, obedecido o limite disposto em delegação específica que, nesse sentido, vier a ser emanada em ato daquele Colegiado;
- i) preparar e propor ao Conselho de Administração os atos que sejam da competência deste e os que deva submeter à Assembleia Geral;
- j) elaborar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e os demais documentos a apresentar à Assembleia Geral;
- k) decidir sobre a abertura, transferência ou encerramento de escritórios, filiais, dependências ou outros estabelecimentos da Companhia;
- l) aprovar as instruções a serem dadas aos representantes da Companhia nas Assembleias Gerais das sociedades em que detenha participação acionária;
- m) submeter ao Conselho de Administração as políticas e limites, por valor, prazo ou tipo de operação, para instrumentos financeiros derivativos de qualquer natureza, que envolvam ou não mercados futuros e de opções, bem como procedimentos para o gerenciamento e controle da exposição da Companhia aos respectivos riscos envolvidos em tais operações; e

n) exercer as demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social.

**Artigo ~~31~~27.** Compete ao Diretor-Presidente:

- a) exercer a direção da Companhia, coordenando as atividades dos Diretores;
- b) propor ao Conselho de Administração as áreas de atuação e a designação de cada Diretor;
- c) zelar pela execução das deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria;
- d) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, estabelecendo-lhe a ordem do dia e dirigindo os respectivos trabalhos;
- e) propor à aprovação da Diretoria a estrutura básica da Companhia e de suas controladas e as atribuições das várias unidades das mesmas;
- f) supervisionar, com a colaboração dos demais Diretores, as atividades de todas as unidades da Companhia e de suas controladas;
- g) indicar, para aprovação da Diretoria, os representantes da Companhia nas entidades e nas sociedades e associações das quais a Companhia participe; e
- h) exercer as demais atribuições previstas neste Estatuto Social.

**Artigo ~~32~~28.** Compete aos demais Diretores:

- a) O Diretor Financeiro tem como responsabilidade as diretrizes da política econômico-financeira da Companhia e suas controladas. Suas funções básicas são: (i) planejar, propor e implementar o planejamento econômico-financeiro da Companhia e suas controladas; (ii) coordenar a área contábil; (iii) implementar a política de planejamento fiscal da Companhia e suas controladas; (iv) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas; (v) administrar os recursos financeiros da Companhia; (vi) apoiar a área operacional da Companhia e suas controladas no que for necessário para o bom andamento das mesmas; (vii) coordenar os eventuais projetos da Companhia e suas controladas;
- b) O Diretor de Relações com Investidores tem como responsabilidade representar institucionalmente a Companhia perante a ~~CVM~~Comissão de Valores Mobiliários, acionistas, investidores, Bolsa de Valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, ~~bem como o acompanhamento das participações societárias que se refere o Artigo 42.~~

#### SEÇÃO IV. DO CONSELHO FISCAL

**Artigo ~~33~~29.** O Conselho Fiscal, com as atribuições e poderes que a lei lhe confere, não terá funcionamento permanente e, quando instalado para determinado exercício social, será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos ~~e, sendo facultada a eleição de~~ igual número de suplentes, todos residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos.

~~§ 1º. — Na eleição dos membros do Conselho Fiscal, aplicar-se-ão, no que forem cabíveis e não conflitarem com as normas do presente Artigo, as regras estipuladas no Artigo 22 para eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia. § 2º.~~ A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite mínimo legal.





AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

~~§ 3º. — A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia assinatura do respectivo termo de posse no livro próprio e subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal aludido no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. § 42º. O Conselho Fiscal elegerá o seu Presidente na primeira reunião.~~

§ 53º. O Conselho Fiscal funcionará de acordo com o regimento interno aprovado pela primeira Assembleia Geral que deliberar sua instalação.

§ 64º. O Conselho Fiscal somente poderá deliberar com a presença da maioria absoluta de seus membros e as deliberações serão tomadas pela maioria absoluta de votos dos presentes. Das reuniões lavrar-se-ão atas, em livro próprio.

~~Artigo 34. — Para o pleno exercício das funções no Conselho Fiscal deverão ser observados os requisitos previstos na legislação aplicável, o disposto neste Estatuto Social e em seu regimento interno.~~

~~§ 1º. — Pelo menos 1 (um) dos membros do Conselho Fiscal deverá ter comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade, de auditoria e financeira.~~

~~§ 2º. — Serão aplicáveis aos seus membros, no que couber, as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei e por este Estatuto Social aos administradores da Companhia.~~

~~Artigo 35. — Compete ao Conselho Fiscal, além das atribuições previstas em lei:~~

- ~~a) recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada, para prestação de serviços de auditoria independente, e a sua substituição, caso necessária;~~
- ~~b) recomendar ao Conselho de Administração a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;~~
- ~~c) acompanhar os resultados da auditoria interna da Companhia e identificar e propor ao Conselho de Administração ações acerca da mesma; e~~
- ~~d) acompanhar o cumprimento, pela administração da Companhia, das recomendações feitas pelo auditor independente ou pelo órgão de auditoria interna.~~

## SEÇÃO V. DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

**Artigo 36.30.** O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, instalar um comitê de auditoria a ele subordinado e com finalidade de assessoramento, com as atribuições e poderes que a regulamentação aplicável determinar, a ser composto por, no mínimo, 3 (três) membros indicados pelo próprio Conselho de Administração, todos residentes no país, que exercerão seus cargos por, no máximo, 10 (dez) anos.

§ 1º. Quando instalado pelo Conselho de Administração, o comitê de auditoria passará a ser permanente, conforme exigido pela regulamentação aplicável.

§ 2º. Pelo menos 1 (um) dos membros do comitê de auditoria deve ser membro do Conselho de Administração, desde que não seja membro da Diretoria.

§ 3º. Pelo menos 1 (um) dos membros do comitê de auditoria deverá ter comprovado conhecimento na área de contabilidade societária, conforme requisitos estabelecidos em lei própria.

§ 4º. Serão aplicáveis aos seus membros, no que couber, as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei e por este Estatuto Social aos administradores da Companhia.

§ 5º. A remuneração e o orçamento anual do comitê de auditoria serão definidos pelo Conselho de Administração, observados os limites determinados em Assembleia Geral e o disposto no artigo 13, §2º.

**Artigo 37.31.** As regras de funcionamento, atribuições, competências e obrigações do Comitê de Auditoria serão aquelas constantes da regulamentação aplicável, conforme aditada de tempos em tempos.

## CAPÍTULO VI. EXERCÍCIO SOCIAL

**Artigo 38.32.** O exercício social coincide com o ano calendário, e as demonstrações financeiras serão levantadas ao término de cada ano, de acordo com o disposto na Lei n.º 6.404/76 e demais dispositivos legais aplicáveis.

**Artigo 39.33.** A Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202, da Lei n.º 6.404/76.

**Parágrafo Único.** Atribuir-se-á à reserva para investimentos, que não excederá a 100% (cem por cento) do capital social subscrito, importância não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202, da Lei n.º 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de empresas controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou criação de novos empreendimentos.

**Artigo 40.34.** Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

**Artigo 41.35.** A Companhia levantará balanços semestrais, e poderá levantar balanços trimestrais ou em períodos menores.

§ 1º. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá declarar dividendos à conta do lucro acumulado ou apurado nos balanços mencionados no *caput* deste Artigo, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício, observadas as limitações previstas em lei.

§ 2º. Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o Artigo 39.33 deste Estatuto Social.

§ 3º. Em caso de distribuição de dividendos à conta do lucro apurado em balanços semestrais, ou em períodos menores, poderá também ser paga a participação a que se refere o Artigo 39.33 deste Estatuto Social, mediante deliberação do Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral. Nesta hipótese, o Conselho de Administração fixará, observados os limites legais, o valor total a ser pago.

§ 4º. Ainda por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser distribuídos dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, inclusive à conta da reserva de investimentos a que se refere o § 1º Único do Artigo



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

~~39.33.~~ O Conselho de Administração poderá, a seu critério, cumprir a obrigação de distribuição do dividendo obrigatório com base nos dividendos que assim forem declarados.

## **CAPÍTULO VII. MECANISMOS DE PROTEÇÃO JUÍZO ARBITRAL**

### **SEÇÃO I. ACOMPANHAMENTO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS**

~~Artigo 42.~~ Adicionalmente ao disposto no Artigo 8º, e sem prejuízo das demais disposições do presente Estatuto Social, a Companhia, pelo Diretor de Relações com Investidores, fará o acompanhamento das variações na participação societária dos acionistas da Companhia.

~~§ 1º.~~ Adicionalmente à obrigação prevista no Artigo 8º acima, qualquer acionista ou Grupo de Acionistas que vier ultrapassar o percentual de 10% (dez por cento) do capital social da Companhia ou se torne titular de direitos que lhe assegure o percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social da Companhia deverá informar imediatamente tal circunstância ao Diretor de Relações com Investidores.

~~§ 2º.~~ Na hipótese de, a qualquer tempo, o Diretor de Relações com Investidores identificar a violação de qualquer das restrições quanto ao limite de ações de titularidade de um mesmo acionista ou Grupo de Acionistas, deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, informar tal circunstância: (i) ao Presidente do Conselho de Administração; (ii) ao Diretor Presidente; (iii) aos membros do Conselho Fiscal; e (iv) incluir tal informação no site da Companhia na rede mundial de computadores.

~~§ 3º.~~ É facultado ao Diretor de Relações com Investidores, por iniciativa própria ou em atendimento à solicitação que lhe seja feita pela Agência Nacional de Transportes Terrestres—ANTT, requerer que acionistas ou Grupos de Acionistas da Companhia informem sua composição acionária, direta e/ou indireta, bem como a composição do seu bloco de controle direto e/ou indireto e, se for o caso, o grupo societário e empresarial, de fato ou de direito, do qual fazem parte.

### **SEÇÃO II. OFERTA PÚBLICA EM CASO DE AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SUBSTANCIAL E ALIENAÇÃO DE CONTROLE**

~~Artigo 43.~~ Qualquer acionista ou Grupo de Acionistas que venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo, de: (i) ações de emissão da Companhia; ou (ii) outros direitos, inclusive outros direitos de sócio sobre as ações de emissão da Companhia, que representem conjunta ou isoladamente mais de 20% (vinte por cento) do seu capital social (“Acionista Adquirente”), deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em quantidade superior ao limite estipulado, submeter à ANTT pedido para a realização de uma oferta pública de ações para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável, os regulamentos da BM&FBOVESPA e os termos deste Artigo.

~~§ 1º.~~ Caso o pedido seja aceito pela ANTT, o Acionista Adquirente deverá realizar a oferta no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da aprovação, procedendo na forma indicada no presente Artigo. Caso o pedido seja negado, o Acionista Adquirente deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da comunicação da negação, alienar todas as ações que excedam o limite estabelecido no *caput* do presente Artigo.

~~§ 2º.~~ O Acionista Adquirente deverá encaminhar ao Diretor Presidente da Companhia cópia de todos os documentos relacionados ao pedido para a realização da oferta pública que tenham sido entregues à ANTT ou por esta enviados.



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

~~§ 3º. — Durante o período entre a solicitação de realização da oferta pública e a resposta, positiva ou negativa, da ANTT, o Acionista Adquirente não poderá adquirir ou alienar quaisquer ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia.~~

~~§ 4º. — A realização da oferta pública de aquisição de ações mencionada no *caput* deste Artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia formular uma oferta pública concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.~~

~~§ 5º. — O Acionista Adquirente deverá atender a eventuais solicitações ou exigências da CVM, se aplicável, dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.~~

~~§ 6º. — A oferta pública de aquisição de ações deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos, além de, no que couber, outros expressamente previstos no artigo 4º da Instrução CVM nº 361/02:~~

- ~~a) ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia;~~
- ~~b) ser efetivada em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA;~~
- ~~c) ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da oferta pública;~~
- ~~d) ser imutável e irrevogável após a publicação no edital de oferta, nos termos da Instrução CVM nº 361/02;~~
- ~~e) ser lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto neste Artigo e liquidada à vista, em moeda corrente nacional.~~

~~§ 7º. — O preço a ser ofertado pelas ações de emissão da Companhia objeto da oferta pública não poderá ser inferior ao resultado obtido de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:~~

~~Preço Oferta = Valor da Ação + Prêmio onde:~~

~~“PREÇO OFERTA” corresponde ao preço de aquisição de cada ação de emissão da Companhia na oferta pública de ações prevista neste Artigo;~~

~~“PRÊMIO” corresponde a 35% do Valor da Ação;~~

~~“VALOR DA AÇÃO”, sempre considerado com duas casas decimais, corresponde ao maior valor entre:~~

- ~~a) o maior preço de emissão das ações praticado em aumento de capital realizado mediante distribuição pública ou privada (exceto aquele decorrente do plano de opção de compra de ações aprovado pelo Conselho de Administração) ocorrido no período de 24 (vinte e quatro) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da oferta pública de aquisição de ações nos termos deste Artigo 43, devidamente atualizado pelo IPCA (ou outro índice que vier a substituí-lo) até o momento do pagamento;~~
- ~~b) cotação unitária média ponderada de fechamento das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 (noventa) dias anteriores à realização da oferta pública de aquisição de ações.~~



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

~~e) — no período de 5 (cinco) anos contados do início da vigência deste Artigo 43 — 20 (vinte) vezes o EBITDA Consolidado Médio da Companhia de Dois Anos relativo ao trimestre mais recente, resultado do qual será deduzido o Endividamento Consolidado Líquido da Companhia, e a seguir dividido pelo Número Total de Ações da Companhia; e~~

~~d) — após o período de 5 (cinco) anos contados do início da vigência deste Artigo 43 — média aritmética dos 20 (vinte) últimos valores trimestrais obtidos da divisão de Valor da Empresa por EBITDA Consolidado Médio da Companhia de Dois Anos. O resultado será multiplicado pelo EBITDA Consolidado Médio da Companhia de Dois Anos relativo ao trimestre mais recente e, a seguir, será deduzido o Endividamento Consolidado Líquido da Companhia. O resultado será dividido pelo Número Total de Ações da Companhia. A média aritmética citada acima não poderá ser inferior a 12 (doze).~~

~~§ 8º. — Os cálculos referidos no parágrafo anterior deverão ser efetuados com 5 (cinco) casas decimais, devendo o preço final da ação ser expresso com 2 (duas) casas decimais, observando-se a seguinte regra de arredondamento: (i) será feito da última casa decimal para a anterior; (ii) havendo um número de casas decimais maior do que 5 (cinco), o arredondamento será feito da 5ª (quinta) casa decimal para a anterior; (iii) será excluído o algarismo da última casa decimal ou da 5ª (quinta) casa decimal (conforme o caso), se igual ou menor do que 5 (cinco) (inclusive o zero); (iv) caso o algarismo da última casa decimal ou da 5ª (quinta) casa decimal (conforme o caso), for maior do que 5 (cinco), será aumentado em uma unidade o algarismo da casa decimal anterior.~~

~~§ 9º. — Na hipótese de o Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos: (i) para a solicitação de autorização à ANTT para realização da oferta pública; (ii) para a realização da oferta pública de compra de ações; ou (iii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o acionista ou Grupo de Acionistas em questão ficará impedido de votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos seus direitos de acionista, conforme disposto no Artigo 10º do presente Estatuto Social.~~

~~§ 10º. — Para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no *caput* deste Artigo, não serão computados os aumentos percentuais involuntários de participação no capital social resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, de resgate de ações de emissão da Companhia ou de redução do capital social da Companhia com cancelamento de ações.~~

~~§ 11º. — Na hipótese de o ofertante vir a se tornar, em decorrência da oferta pública de que trata este Artigo, titular de ações ou de direitos de sócio representando mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social, a limitação do número de votos prevista Artigo 9º no deixará de ser aplicável.~~

~~§ 12º. — O disposto neste Artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão, em decorrência:~~

~~a) — da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia ou da incorporação da Companhia por uma outra sociedade;~~

~~b) — da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia ou da incorporação de ações da Companhia por uma outra sociedade;~~

~~e) — da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral, convocada pelo Conselho de Administração, e cuja proposta de~~



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

~~aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base no critério previsto no § 7º, deste Artigo 43; ou~~

~~d) de oferta pública para a aquisição da totalidade das ações da Companhia e que atenda ao disposto neste Artigo.~~

~~§ 13º. — A obrigação de realização de oferta pública prevista neste Artigo poderá ser suprimida, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral convocada para este fim, ficando impedido de votar o acionista que tenha interesse conflitante com a matéria. O Conselho de Administração deverá convocar a Assembleia Geral para deliberar a supressão do disposto neste Artigo 43, no todo ou em parte, hipóteses em que deverá disponibilizar aos acionistas as informações de conhecimento da administração da Companhia que justifiquem tal supressão e a manifestação do Conselho de Administração sobre a matéria.~~

## CAPÍTULO VIII. — NORMAS ESTATUTÁRIAS EXIGIDAS PELO REGULAMENTO DO NOVO MERCADO

~~Artigo 44. — Na hipótese de não haver Acionista Controlador, tal como definido no Regulamento do Novo Mercado, sempre que for aprovada, em Assembleia Geral a saída da Companhia do Novo Mercado, seja para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, seja em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no Artigo 46 abaixo.~~

~~§ 1º. — A referida Assembleia deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) à Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. Na ausência de definição do(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.~~

~~§ 2º. — Na oferta pública de aquisição de ações para fins do disposto neste Artigo, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação.~~

~~§ 3º. — O laudo de avaliação de que tratam este Artigo e os Artigo 45, Artigo 46, Artigo 47 deste Estatuto deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada, e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou Acionistas Controladores, quando aplicável, devendo o laudo, também, satisfazer os requisitos do § 1º, do art. 8º, da Lei n.º 6.404/76 conter a responsabilidade prevista no § 6º, do mesmo artigo da lei.~~

~~§ 4º. — A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é **de competência privativa da Assembleia Geral**, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista triplíce, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria absoluta dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação da Companhia presentes na Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Ações em Circulação ou, se instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.~~



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

~~§ 5º. — Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelos ofertante.~~

~~Artigo 45. — Na hipótese de a saída da Companhia do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, deverá ser realizada oferta pública de aquisição de ações, no mínimo pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que tratam os §§ 2º, 3º e 4º do Artigo 44 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis:~~

- ~~(i) — havendo Acionista Controlador, caberá a este efetivar a oferta pública de aquisição de ações;~~  
~~e~~
- ~~(ii) — não havendo Acionista Controlador, (i) caso o descumprimento decorra de deliberação em Assembleia Geral, a oferta pública de aquisição de ações referida no caput deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o descumprimento e (ii) caso o descumprimento decorra de ato ou fato da administração, os administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.~~

~~§ 1º. — Caso a Assembleia Geral mencionada no item (i) deste Artigo delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) à Assembleia, deverá(ao) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.~~

~~§ 2º. — A oferta pública referida nos itens (i) e (ii) deverá ser efetivada, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos § 2º, § 3º, § 4º, do Artigo 44 deste Estatuto Social.~~

~~Artigo 46. — Na hipótese de haver Acionista Controlador, tal como definido no Regulamento do Novo Mercado, caso os acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem (i) a saída da Companhia do Novo Mercado, para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro fora do Novo Mercado; ou (ii) a reorganização societária da qual a sociedade resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o Acionista Controlador ou Grupo de Acionistas, que detiver o Controle da Companhia, deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos § 2º, § 3º, § 4º, do Artigo 44 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.~~

~~Artigo 47. — Caso ocorra o cancelamento do registro de companhia aberta, a Companhia ou o Acionista Controlador, deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos § 2º, § 3º, § 4º, do Artigo 44 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.~~

~~Artigo 48. — Observado o disposto neste Estatuto Social a alienação de Controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando (i) os requisitos da legislação brasileira de transportes terrestres e (ii) as condições e os prazos~~



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

~~previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.~~

~~§ 1º. — A oferta pública referida acima ainda será exigida:~~

- ~~a) — quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do Controle da Companhia; e~~
- ~~b) — em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, neste caso o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.~~

~~§ 2º. — A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.~~

~~§ 3º. — Observado o disposto neste Estatuto Social, a Companhia não registrará acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto os seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.~~

~~**Artigo 49.** — Observado o disposto neste Estatuto Social e sem prejuízo da observância do disposto no Artigo 42 acima, aquele que a adquirir o seu Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:~~

- ~~a) — efetivar a oferta pública referida no Artigo acima; e~~
- ~~b) — pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.~~

~~**Artigo 50.** — É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.~~

~~**Artigo 51.** — A Companhia ou os acionistas responsáveis pela efetivação de oferta pública de aquisição de ações prevista neste Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.~~

~~**Parágrafo Único.** Não obstante o disposto no Artigo 43, Artigo 50 e Artigo 51 deste Estatuto Social, as disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas mencionadas nos referidos Artigos.~~



## CAPÍTULO IX. — JUÍZO ARBITRAL

**Artigo ~~52-~~36.** A Companhia, seus acionistas, ~~Administradores~~administradores e os membros do ~~conselho fiscal~~Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ~~com~~ ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei n.º 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela ~~CVM~~Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de ~~Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem e do Regulamento de Sanções~~Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

## CAPÍTULO ~~X.~~ VIII — DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

**Artigo ~~53-~~37.** A Companhia observará os ~~Acordos~~acordos de ~~Acionistas~~acionistas registrados na forma do art. 118, da Lei n.º 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos e ~~ao Presidente~~aos Presidentes das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração abster-se de computar os votos lançados contra os mesmos acordos.

**§ 1º.** ~~Em atendimento à Resolução n.º 3514/10, da Agência Nacional de Transportes Terrestres — ANTT, não será arquivado pela Companhia acordo de acionistas sem a prévia anuência da Agência Nacional de Transportes Terrestres — ANTT.~~

**§ 2º**Parágrafo Único. Não será arquivado pela Companhia acordo de acionistas sobre exercício do direito de voto que conflite com as disposições deste Estatuto Social.

**Artigo 54.** ~~Permanecerão à disposição dos acionistas na sede da Companhia os contratos com Partes Relacionadas e eventuais contratos que estabeleçam programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.~~**Artigo 55.**~~Para fins deste Estatuto Social, os termos indicados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:~~**38.** Para fins deste Estatuto Social, o termo indicado em letras maiúsculas terá o seguinte significado:

~~“Acionista Controlador” significa o acionista ou o Grupo de Acionistas que exerça o Poder de Controle da Companhia.~~

~~“Acionista Controlador Alienante” significa o Acionista Controlador quando este promove a alienação de Controle da Companhia.~~

~~“Ações em Circulação” significam todas as ações emitidas pela Companhia excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a eles vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.~~

~~“EBITDA Consolidado da Companhia” é apurado trimestralmente nas datas de divulgação dos ITR’s e significa a soma dos 4 (quatro) valores retroativos ao trimestre que se calcula, do lucro operacional consolidado da Companhia antes das despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação, exaustão e amortização, divulgados nas ITR’s já auditadas e publicadas.~~



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

~~“EBITDA Consolidado Médio da Companhia de Dois Anos” é apurado trimestralmente nas datas de divulgação dos ITR’s e significa a média aritmética dos 8 (oito) valores retroativos ao trimestre que se calcula, do EBITDA Consolidado da Companhia.~~

~~“Endividamento Consolidado Líquido da Companhia” corresponde à Dívida Onerosa Consolidada da Companhia subtraída do Caixa, tal como a seguir definido: (i) Caixa significa o somatório das aplicações financeiras de curto prazo da Companhia, tais como cotas de Fundos de Investimentos Financeiros, CDBs, RDBs, letras hipotecárias e outras e (ii) Dívida Onerosa Consolidada significa o somatório, em uma determinada data, das dívidas de empréstimos, financiamentos e parcelamentos do Passivo Circulante e do Passivo Exigível a Longo Prazo, conforme demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Não serão considerados para o fim de determinação de Dívida Líquida os empréstimos e financiamentos entre as empresas controladas pela Companhia.~~

~~“ITR” significa o formulário de informações trimestrais apresentado pela Companhia à CVM.~~

~~“Número Total de Ações da Companhia” corresponde ao Número total de ações de emissão da Companhia deduzido das ações mantidas em tesouraria.~~

~~“Partes Relacionadas” significa as relações estabelecidas pela Companhia com suas Controlada/controlada(s) e coligada(s), seus administradores, seu Acionista/Controlador/acionista/controlador e, ainda, entre a Companhia e sociedade(s) controlada(s) e coligada(s) dos administradores e do(s) Acionista(s)/Controlador/acionista(s)/controlador(es), assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito.~~

~~“Poder de Controle” (bem como seus termos correlatos, “sob Controle Comum” ou “Controle”) significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.~~

~~“Valor da Empresa” significa o Número Total de Ações da Companhia multiplicado pela média das cotações de fechamento diárias da ação, ponderada pelo volume de negociação da ação na BMF&BOVESPA no trimestre do respectivo ITR. Do resultado será acrescido o Endividamento Consolidado Líquido da Companhia. No cálculo da média ponderada referente ao último período que anteceder à oferta, deverá ser considerado o período entre o início do último ITR publicado e a data da oferta.~~

~~**Artigo 56.**— O disposto no Artigo 43 deste Estatuto Social não se aplica aos acionistas ou Grupo de Acionistas, titulares de 20% (vinte por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia na data de sua admissão no Novo Mercado da BM&FBOVESPA e respectivos sucessores, bem como aos signatários do acordo de acionistas hoje arquivado na sede da Companhia, conforme aditado de tempos em tempos, e aos sócios/acionistas dos atuais Acionistas Controladores que vierem a substituí-los na participação direta na Companhia por força de reorganizações societárias.~~

## CAPÍTULO XIX. LIQUIDAÇÃO

~~**Artigo 57.39.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral.~~



**AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA**

*A gente nunca pára.*

**Parágrafo único.** Compete à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os respectivos honorários.

\* \* \*

## ANEXO I.2

### INFORMAÇÕES SOBRE A ORIGEM E JUSTIFICATIVA DE CADA ALTERAÇÃO PROPOSTA E ANÁLISE DOS SEUS EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p><b>CAPÍTULO I. DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO</b></p> <p><b>Artigo 1º.</b> ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. (“<u>Companhia</u>”) reger-se-á pelo presente Estatuto Social e pela legislação que lhe for aplicável.</p> <p><b>§1º.</b> Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da BM&amp;FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“<u>BM&amp;FBOVESPA</u>”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&amp;FBOVESPA (“<u>Regulamento do Novo Mercado</u>”).</p> <p><b>§ 2º.</b> As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.</p>	<p><b>CAPÍTULO I. DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO</b></p> <p><b>Artigo 1º.</b> ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. (“<u>Companhia</u>”) reger-se-á pelo presente Estatuto Social e pela legislação que lhe for aplicável.</p> <p><del><b>§1º.</b> — Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da BM&amp;FBOVESPA S.A. — Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros — (“BM&amp;FBOVESPA”), — sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&amp;FBOVESPA (“Regulamento do Novo Mercado”).</del></p> <p><del><b>§ 2º.</b> — As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.</del></p>	<p>Alteração decorrente da saída da Companhia do Novo Mercado.</p>
<p><b>Artigo 2º.</b> A Companhia tem por objeto desenvolver as atividades abaixo descritas, diretamente, ou através das sociedades, consórcios, empreendimentos e outras formas de associação de que participe ou venha a participar:</p>	<p><b>Artigo 2º.</b> A Companhia tem por objeto desenvolver as atividades abaixo descritas, diretamente, ou através das sociedades, consórcios, empreendimentos e outras formas de associação de que participe ou venha a participar:</p>	<p>Sem alteração.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>a) prestar serviços de transporte de cargas através dos modais ferroviário e rodoviário, dentre outros, isoladamente ou combinados entre si de forma intermodal ou multimodal, inclusive atuando como operador de transporte multimodal – OTM;</p> <p>b) explorar atividades relacionadas direta ou indiretamente aos serviços de transporte mencionados na alínea anterior, tais como planejamento logístico, carga, descarga, transbordo, movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, operação portuária, exploração e administração de entrepostos de armazenagem, armazéns gerais e entrepostos aduaneiros do interior;</p> <p>c) importar, exportar, comprar, vender, distribuir, arrendar, locar e emprestar contêineres, locomotivas, vagões e outras máquinas, equipamentos e insumos relacionados com as atividades descritas nas alíneas anteriores;</p> <p>d) realizar operações de comércio, importação, exportação e distribuição de produtos e gêneros alimentícios, em seu estado “in natura”, brutos, beneficiados ou industrializados, bem como o comércio, a importação, a exportação e a distribuição de embalagens e recipientes correlatos para acondicionamento dos mesmos;</p> <p>e) executar todas as atividades afins, correlatas,</p>	<p>a) prestar serviços de transporte de cargas através dos modais ferroviário e rodoviário, dentre outros, isoladamente ou combinados entre si de forma intermodal ou multimodal, inclusive atuando como operador de transporte multimodal – OTM;</p> <p>b) explorar atividades relacionadas direta ou indiretamente aos serviços de transporte mencionados na alínea anterior, tais como planejamento logístico, carga, descarga, transbordo, movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, operação portuária, exploração e administração de entrepostos de armazenagem, armazéns gerais e entrepostos aduaneiros do interior;</p> <p>c) importar, exportar, comprar, vender, distribuir, arrendar, locar e emprestar contêineres, locomotivas, vagões e outras máquinas, equipamentos e insumos relacionados com as atividades descritas nas alíneas anteriores;</p> <p>d) realizar operações de comércio, importação, exportação e distribuição de produtos e gêneros alimentícios, em seu estado “in natura”, brutos, beneficiados ou industrializados, bem como o comércio, a importação, a exportação e a distribuição de embalagens e recipientes correlatos para acondicionamento dos mesmos;</p> <p>e) executar todas as atividades afins, correlatas,</p>	



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>acessórias ou complementares às descritas nas alíneas anteriores, além de outras que utilizem como base a estrutura da Companhia; e</p> <p>f) participar direta ou indiretamente de sociedades, consórcios, empreendimentos e outras formas de associação cujo objeto seja relacionado com qualquer das atividades indicadas nas alíneas anteriores.</p>	<p>acessórias ou complementares às descritas nas alíneas anteriores, além de outras que utilizem como base a estrutura da Companhia; e</p> <p>f) participar direta ou indiretamente de sociedades, consórcios, empreendimentos e outras formas de associação cujo objeto seja relacionado com qualquer das atividades indicadas nas alíneas anteriores.</p>	
<p><b>Artigo 3º.</b> A Companhia tem sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Emílio Bertolini, 100, sala 01, Vila Oficinas, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir e fechar filiais, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do País.</p>	<p><b>Artigo 3º.</b> A Companhia tem sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Emílio Bertolini, 100, sala 01, Vila Oficinas, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir e fechar filiais, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do País.</p>	Sem alteração.
<p><b>Artigo 4º.</b> O prazo de duração da Companhia é indeterminado.</p>	<p><b>Artigo 4º.</b> O prazo de duração da Companhia é indeterminado.</p>	Sem alteração.
<p><b>CAPÍTULO II. CAPITAL SOCIAL E AÇÕES</b></p> <p><b>Artigo 5º.</b> O capital social é de R\$ 3.448.283.431,62 (três bilhões, quatrocentos e quarenta e oito milhões, duzentos e oitenta e três mil, quatrocentos e trinta e um reais e sessenta e dois centavos), dividido exclusivamente em 687.664.312 (seiscentas e oitenta e sete milhões, seiscentas e sessenta e quatro mil e trezentas e doze) ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal, sendo vedada a emissão de ações preferenciais.</p>	<p><b>CAPÍTULO II. CAPITAL SOCIAL E AÇÕES</b></p> <p><b>Artigo 5º.</b> O capital social é de R\$ 3.448.283.431,62 (três bilhões, quatrocentos e quarenta e oito milhões, duzentos e oitenta e três mil, quatrocentos e trinta e um reais e sessenta e dois centavos), dividido exclusivamente em <del>687.664.312</del><u>681.995.165</u> (seiscentas e oitenta e <del>sete</del><u>um</u> milhões, <del>seiscentas</del><u>novecentas e noventa e cinco mil e cento</u> e sessenta e <del>quatro mil e trezentas e doze</del><u>cinco</u>) ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal, sendo vedada a emissão de ações preferenciais.</p>	Alteração decorrente do cancelamento de 5.669.147 ações em tesouraria, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de março de 2015.



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>§ 1º. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 820.000.000 ações ordinárias.</p> <p>§ 2º. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço e o número de ações a serem emitidas, bem como o prazo e as condições de integralização, mas a subscrição em bens dependerá da aprovação do laudo de avaliação pela Assembleia Geral, na forma da lei.</p> <p>§ 3º. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá:</p> <p>a) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição;</p> <p>b) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados da Companhia ou de sociedade sob seu Controle, sem que os acionistas tenham direito de preferência à aquisição dessas ações, observado limite anual de 1,5% (um e meio por cento) do capital social para a outorga de opções e o limite máximo de 5% (cinco por cento) do capital social para o total de opções outorgadas; e</p> <p>c) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.</p> <p>§ 4º. Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto</p>	<p>§ 1º. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, <u>mediante deliberação do Conselho de Administração,</u> independentemente de reforma estatutária, até o limite de 820.000.000 <u>(oitocentos e vinte milhões)</u> ações ordinárias.</p> <p>§ 2º. Competirá ao Conselho de Administração fixar <u>a espécie, a classe</u> o preço e o número de ações a serem emitidas, bem como o prazo e as condições de integralização, mas a subscrição em bens dependerá da aprovação do laudo de avaliação pela Assembleia Geral, na forma da lei.</p> <p>§ 3º. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá:</p> <p>a) deliberar sobre a emissão de <u>ações e</u> bônus de subscrição; <u>e</u></p> <p><del>b) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados da Companhia ou de sociedade sob seu Controle, sem que os acionistas tenham direito de preferência à aquisição dessas ações, observado limite anual de 1,5% (um e meio por cento) do capital social para a outorga de opções e o limite máximo de 5% (cinco por cento) do capital social para o total de opções outorgadas; e</del> aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.</p>	<p>Alterações decorrentes de ajuste de redação, sem impacto jurídico ou econômico.</p> <p>Alteração decorrente do fato do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ter sido assumido pela sua atual controladora, Rumo.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>nas deliberações da Assembleia Geral, devendo ser observado o disposto no Artigo 9º, deste Estatuto Social.</p> <p>§ 5º. As ações da Companhia serão todas escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira por decisão e indicação do Conselho de Administração, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º, do art. 35, da Lei nº 6.404/76.</p> <p>§ 6º. É facultado à Companhia suspender os serviços de transferências e desdobramentos de ações e certificados para atender a determinação da Assembleia Geral, não podendo fazê-lo, porém, por mais de 90 (noventa) dias intercalados durante o exercício, e tampouco por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.</p> <p>§ 7º. A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias.</p>	<p><del>§ 4º. — Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral, devendo ser observado o disposto no Artigo 9º, deste Estatuto Social.</del> § 5º. As ações da Companhia serão todas escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira por decisão e indicação do Conselho de Administração, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º, do art. 35, da Lei nº 6.404/76.</p> <p>§ 6º. É facultado à Companhia suspender os serviços de transferências e desdobramentos de ações e certificados para atender a determinação da Assembleia Geral, não podendo fazê-lo, porém, por mais de 90 (noventa) dias intercalados durante o exercício, e tampouco por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.</p> <p>§ 7º. A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias.</p>	<p>Redação mantida no Artigo 7º do Estatuto Social.</p>
<p><b>Artigo 6º.</b> Poderão ser emitidas, sem direito de preferência aos acionistas, ou com redução do prazo mínimo legal para o seu exercício, ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita:</p>	<p><b>Artigo 6º.</b> Poderão ser emitidas, sem direito de preferência aos acionistas, ou com redução do prazo mínimo legal para o seu exercício, ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita:</p>	<p>Sem alteração.</p>





AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>a) mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública; ou</p> <p>b) mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos arts. 257 a 263, da Lei n.º 6.404/76.</p>	<p>a) mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública; ou</p> <p>b) mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos arts. 257 a 263, da Lei n.º 6.404/76.</p>	
<p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO III. ACIONISTAS</b></p> <p><b>Artigo 7º.</b> Para os efeitos deste Estatuto Social, serão considerados como grupos de acionistas (“<u>Grupos de Acionistas</u>”) dois ou mais acionistas da Companhia.</p> <p>a) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou</p> <p>b) que estejam sob Controle Comum; ou</p> <p>c) que atuem representando um interesse comum; ou</p> <p>que sejam vinculados por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum.</p> <p>§ 1º. Para fins de aplicação da alínea “c” acima, define-se pessoas representando um interesse comum (i) uma pessoa que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 10% (dez por cento) do capital social da outra pessoa; e (ii) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum</p>	<p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO III. ACIONISTAS</b></p> <p><del>Artigo 7º. Para os efeitos deste Estatuto Social, serão considerados como grupos de acionistas (“Grupos de Acionistas”) dois ou mais acionistas da Companhia.</del></p> <p><del>a) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou</del></p> <p><del>b) que estejam sob Controle Comum; ou</del></p> <p><del>c) que atuem representando um interesse comum; ou</del></p> <p><del>que sejam vinculados por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum.</del></p> <p><del>§ 1º. Para fins de aplicação da alínea “c” acima, define-se pessoas representando um interesse comum (i) uma pessoa que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 10% (dez por cento) do capital social da outra pessoa; e (ii) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum</del></p>	<p>Exclusão de previsão de atuação de Grupo de Acionistas, uma vez que a Companhia passou a ser subsidiária integral da Rumo.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 10% (dez por cento) do capital social das duas pessoas. Adicionalmente, quaisquer <i>joint-ventures</i>, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, trusts, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas sempre que duas ou mais entre tais entidades: (x) forem administradas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; (y) forem geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (z) tenham em comum a maioria de seus administradores.</p> <p>§ 2º. No caso de fundos de investimento com administrador e/ou gestor comum, somente serão considerados como Grupo de Acionistas aqueles cuja determinação da política de investimentos e o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade concomitante do administrador e/ou gestor comum, em caráter discricionário.</p> <p>§ 3º. Para os fins de aplicação do § 2º, deste Artigo 7º, todos e quaisquer fundos de investimentos deverão, sempre que adquirirem ações de emissão da Companhia que representem mais de 2% (dois por cento) do capital social, informar à Companhia a quem cabe a determinação de sua política de investimentos e o</p>	<p><del>que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 10% (dez por cento) do capital social das duas pessoas. Adicionalmente, quaisquer <i>joint-ventures</i>, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, trusts, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas sempre que duas ou mais entre tais entidades: (x) forem administradas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; (y) forem geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (z) tenham em comum a maioria de seus administradores.</del></p> <p><del>§ 2º. — No caso de fundos de investimento com administrador e/ou gestor comum, somente serão considerados como Grupo de Acionistas aqueles cuja determinação da política de investimentos e o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade concomitante do administrador e/ou gestor comum, em caráter discricionário.</del></p> <p><del>§ 3º. — Para os fins de aplicação do § 2º, deste Artigo 7º, todos e quaisquer fundos de investimentos deverão, sempre que adquirirem ações de emissão da Companhia que representem mais de 2% (dois por cento) do capital social, informar à Companhia a quem cabe a determinação de sua política de investimentos e o</del></p>	



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>exercício de votos em Assembleias Gerais, devendo, da mesma forma, informar à Companhia sempre que houver a mudança de tal pessoa.</p>	<p><del>exercício de votos em Assembleias Gerais, devendo, da mesma forma, informar à Companhia sempre que houver a mudança de tal pessoa.</del></p>	
<p><b>Artigo 8º.</b> Todo acionista ou Grupo de Acionistas é obrigado a divulgar, mediante comunicação à Companhia, que enviará a informação às bolsas de valores em que forem negociados os valores mobiliários de sua emissão e à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos da Instrução CVM nº 358/02 e suas alterações posteriores, a aquisição de ações ou de direitos sobre as ações e demais valores mobiliários emitidos pela Companhia que atinjam a participação acionária, direta ou indireta, que corresponda a 5% (cinco por cento) ou mais das ações representativas do capital social da Companhia, devendo ainda apresentar as informações exigidas pelo art. 7º, VI, “a”, da Resolução n.º 3514/10, da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.</p> <p><b>§ 1º.</b> A mesma obrigação se estenderá a cada vez que o acionista ou Grupo de Acionistas, titular de participação igual ou superior ao percentual referido no <i>caput</i> deste Artigo, elevar a sua participação em 1% (um por cento) das ações ou de direitos sobre as ações e demais valores mobiliários emitidos pela Companhia.</p> <p><b>§ 2º.</b> Igual dever terão os titulares de debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição e opção de compra de ações que assegurem a seus titulares a aquisição de ações nas quantidades previstas neste</p>	<p><del><b>Artigo 8º.</b> Todo acionista ou Grupo de Acionistas é obrigado a divulgar, mediante comunicação à Companhia, que enviará a informação às bolsas de valores em que forem negociados os valores mobiliários de sua emissão e à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos da Instrução CVM nº 358/02 e suas alterações posteriores, a aquisição de ações ou de direitos sobre as ações e demais valores mobiliários emitidos pela Companhia que atinjam a participação acionária, direta ou indireta, que corresponda a 5% (cinco por cento) ou mais das ações representativas do capital social da Companhia, devendo ainda apresentar as informações exigidas pelo art. 7º, VI, “a”, da Resolução n.º 3514/10, da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.</del></p> <p><del><b>§ 1º.</b> A mesma obrigação se estenderá a cada vez que o acionista ou Grupo de Acionistas, titular de participação igual ou superior ao percentual referido no <i>caput</i> deste Artigo, elevar a sua participação em 1% (um por cento) das ações ou de direitos sobre as ações e demais valores mobiliários emitidos pela Companhia.</del></p> <p><del><b>§ 2º.</b> Igual dever terão os titulares de debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição e opção de compra de ações que assegurem a seus titulares a aquisição de ações nas quantidades previstas neste</del></p>	<p>Exclusão de previsão de atuação de Grupo de Acionistas, uma vez que a Companhia passou a ser subsidiária integral da Rumo.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>Artigo.</p> <p>§ 3º. Em atendimento à Resolução n.º 3514/10, da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, todo acionista ou Grupo de Acionistas que atinja a participação acionária, direta ou indireta, que corresponda a 5% (cinco por cento) ou mais das ações representativas do capital social da Companhia, deverá, mensalmente e enquanto mantiver participação superior a 5% (cinco por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, enviar à Companhia as informações exigidas no <i>caput</i> deste Artigo.</p> <p>§ 4º. A infração ao disposto neste Artigo sujeitará o acionista ou Grupo de Acionistas à aplicação da sanção de que trata o Artigo 10º.</p>	<p><del>Artigo.</del></p> <p><del>§ 3º. — Em atendimento à Resolução n.º 3514/10, da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, todo acionista ou Grupo de Acionistas que atinja a participação acionária, direta ou indireta, que corresponda a 5% (cinco por cento) ou mais das ações representativas do capital social da Companhia, deverá, mensalmente e enquanto mantiver participação superior a 5% (cinco por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, enviar à Companhia as informações exigidas no <i>caput</i> deste Artigo.</del></p> <p><del>§ 4º. — A infração ao disposto neste Artigo sujeitará o acionista ou Grupo de Acionistas à aplicação da sanção de que trata o Artigo 10º.</del></p>	
	<p><del>Artigo 9º. — Cada ação ordinária conferirá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.</del></p> <p><del>§ 1º. — Nenhum acionista ou coletividade de acionistas poderá exercer seu direito de voto em número superior a 10% (dez por cento) do capital social da Companhia, ainda que tal acionista ou coletividade de acionistas detenha participação superior a 10% (dez por cento) do capital social da Companhia.</del></p> <p><del>§ 2º. — Para os fins do § 1º deste Artigo, somente será considerado coletividade de acionistas dois ou mais acionistas que: (i) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; (ii) que estejam sob Controle Comum; ou (iii) que atuem representando</del></p>	Sem previsão na proposta para o Estatuto atual.



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
	<p><del>um interesse comum.</del></p> <p><del>§ 3º. — Para os fins do item (iii), do § 2º, deste Artigo, aplicar-se-á a definição prevista no Artigo 7º, § 1º a § 3º, acima.</del></p> <p><del>§ 4º. — Não serão computados nas deliberações da Assembleia Geral os votos que excederem o limite fixado neste Artigo.</del></p>	
<p><b>Artigo 9º.</b> Cada ação ordinária conferirá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.</p> <p><b>§ 1º.</b> Nenhum acionista ou coletividade de acionistas poderá exercer seu direito de voto em número superior a 10% (dez por cento) do capital social da Companhia, ainda que tal acionista ou coletividade de acionistas detenha participação superior a 10% (dez por cento) do capital social da Companhia.</p> <p><b>§ 2º.</b> Para os fins do § 1º deste Artigo, somente será considerado coletividade de acionistas dois ou mais acionistas que: (i) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; (ii) que estejam sob Controle Comum; ou (iii) que atuem representando um interesse comum.</p> <p><b>§ 3º.</b> Para os fins do item (iii), do § 2º, deste Artigo, aplicar-se-á a definição prevista no Artigo 7º, § 1º a § 3º, acima.</p>	<p><b>Artigo <del>9</del><u>7</u>º.</b> Cada ação ordinária conferirá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.</p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>§ 4º. Não serão computados nas deliberações da Assembleia Geral os votos que excederem o limite fixado neste Artigo.</p>		
<p><b>Artigo 10º.</b> A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta pela Lei nº 6.404/76, sua regulamentação ou por este Estatuto Social.</p> <p>§ 1º. A suspensão poderá ser deliberada pela Assembleia Geral em qualquer reunião em que a matéria constar da ordem do dia.</p> <p>§ 2º. Os acionistas ou Grupo de Acionistas que representem 5% (cinco por cento), no mínimo, do capital social, poderão convocar Assembleia Geral para deliberar a suspensão do exercício de direitos de acionista previsto no caput deste Artigo quando o Conselho de Administração não atender, no prazo de 8 (oito) dias, a pedido de convocação que apresentarem, com indicação do descumprimento de obrigação e do acionista inadimplente.</p> <p>§ 3º. Caberá a Assembleia Geral que aprovar a suspensão dos direitos políticos do acionista estabelecer</p>	<p><b>Artigo 10º.</b>A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta pela Lei nº 6.404/76, sua regulamentação ou por este Estatuto Social.</p> <p>§ 1º. A suspensão poderá ser deliberada pela Assembleia Geral em qualquer reunião em que a matéria constar da ordem do dia.</p> <p>§ 2º. <del>Os acionistas ou Grupo de Acionistas que representem 5% (cinco por cento), no mínimo, do capital social, poderão convocar Assembleia Geral para deliberar a suspensão do exercício de direitos de acionista previsto no caput deste Artigo quando o Conselho de Administração não atender, no prazo de 8 (oito) dias, a pedido de convocação que apresentarem, com indicação do descumprimento de obrigação e do acionista inadimplente.</del> § 3º. Caberá à Assembleia Geral que aprovar a suspensão dos direitos políticos do acionista estabelecer o alcance da suspensão, além de outros aspectos, sendo vedada a suspensão dos direitos de fiscalização e de pedido de informações assegurados em lei.</p> <p>§ 4º. A suspensão de direitos cessará logo que cumprida a obrigação.</p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p> <p>Alteração decorrente da exclusão dos Artigos 7º e 9º.</p> <p>Apenas remuneração do Artigo.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>o alcance da suspensão, além de outros aspectos, sendo vedada a suspensão dos direitos de fiscalização e de pedido de informações assegurados em lei.</p> <p>§ 4º. A suspensão de direitos cessará logo que cumprida a obrigação.</p>		
<p><b>CAPÍTULO IV. ASSEMBLEIA GERAL</b></p> <p><b>Artigo 11.</b> A Assembleia Geral dos Acionistas reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses de cada ano, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que necessário, observadas em sua convocação, instalação e deliberações, as prescrições legais pertinentes.</p> <p><b>Parágrafo Único.</b> A Companhia poderá eventualmente adotar o procedimento eletrônico para realização da Assembleia Geral de Acionistas, observada as prescrições legais pertinentes.</p>	<p><b>CAPÍTULO IV. ASSEMBLEIA GERAL</b></p> <p><b>Artigo <del>11</del><sup>9</sup>.</b> A Assembleia Geral dos Acionistas reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses de cada ano, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que necessário, observadas em sua convocação, instalação e deliberações, as prescrições legais pertinentes.</p> <p><b>Parágrafo Único.</b> A Companhia poderá eventualmente adotar o procedimento eletrônico para realização da Assembleia Geral de Acionistas, observada as prescrições legais pertinentes.</p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p>
<p><b>Artigo 12.</b> A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, será convocada pelo Conselho de Administração, sendo que os trabalhos da assembleia serão dirigidos por mesa composta de presidente e secretário, escolhidos pelos acionistas presentes.</p> <p><b>Parágrafo Único.</b> O acionista ou Grupo de Acionistas que representem 3% (três por cento), no mínimo, do capital social, mediante correspondência encaminhada ao</p>	<p><b>Artigo <del>12</del><sup>10</sup>.</b> <u>A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, sendo que os trabalhos da assembleia serão dirigidos por mesa composta de presidente e secretário por este indicado, escolhidos pelos acionistas presentes. A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, será convocada pelo Conselho de Administração e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por seu substituto</u></p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p> <p>Alteração decorrente da exclusão dos Artigos 7º e 9º.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>Presidente do Conselho de Administração, poderão incluir assuntos a serem deliberados na próxima Assembleia Geral a ser convocada, desde que mantida a referida participação no capital social da Companhia no momento da realização da respectiva Assembleia.</p>	<p><del>estatutário, sendo escolhidos, entre os acionistas presentes, um ou mais secretários.</del></p> <p><del><b>Parágrafo Único.</b> O acionista ou Grupo de Acionistas que representem 3% (três por cento), no mínimo, do capital social, mediante correspondência encaminhada ao Presidente do Conselho de Administração, poderão incluir assuntos a serem deliberados na próxima Assembleia Geral a ser convocada, desde que mantida a referida participação no capital social da Companhia no momento da realização da respectiva Assembleia.</del></p>	
<p><b>Artigo 13.</b> Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar, na sede da Companhia, além do documento de identidade, comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia expedido, por original ou fac-símile, pela instituição depositária, em até 2 (dois) dias antecedentes à data de realização da Assembleia Geral. Os acionistas representados por procuradores deverão exibir os instrumentos de mandato no mesmo prazo e observado o mesmo procedimento previsto para os comprovantes de titularidade de ações de emissão da Companhia, ressalvado, entretanto, que os instrumentos de procuração deverão ser apresentados sempre em original.</p>	<p><b>Artigo 13.11.</b> Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar, na sede da Companhia, além do documento de identidade, comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia expedido, por original ou fac-símile, pela instituição depositária, em até 2 (dois) dias antecedentes à data de realização da Assembleia Geral. Os acionistas representados por procuradores deverão exibir os instrumentos de mandato no mesmo prazo e observado o mesmo procedimento previsto para os comprovantes de titularidade de ações de emissão da Companhia, ressalvado, entretanto, que os instrumentos de procuração deverão ser apresentados sempre em original.</p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p>
<p><b>Artigo 14.</b> Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:</p> <p>a) decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;</p>	<p><b>Artigo 14.12.</b> Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:</p> <p>a) decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;</p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p>





AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>b) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;</p> <p>c) fixar a remuneração do Conselho Fiscal, e dos Administradores na forma da lei e deste Estatuto Social; e</p> <p>d) escolher empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo IX deste Estatuto Social.</p>	<p>b) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;</p> <p>c) fixar a remuneração do Conselho Fiscal, <u>quando instalado</u>, e dos administradores na forma da lei e deste Estatuto Social; e</p> <p>d) escolher empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta <del>ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo IX deste Estatuto Social.</del></p>	<p>Alteração decorrente da saída da Companhia do Novo Mercado.</p>
<p><b>Artigo 15.</b> Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, a saída da Companhia do Novo Mercado dependerá da aprovação da Assembleia Geral, na forma do Regulamento do Novo Mercado da BM&amp;FBOVESPA.</p>	<p><del><b>Artigo 15.</b> Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, a saída da Companhia do Novo Mercado dependerá da aprovação da Assembleia Geral, na forma do Regulamento do Novo Mercado da BM&amp;FBOVESPA.</del></p>	<p>Alteração decorrente da saída da Companhia do Novo Mercado.</p>
<p><b>CAPÍTULO V. ADMINISTRAÇÃO</b></p> <p><b>SEÇÃO I. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</b></p> <p><b>Artigo 16.</b> Os órgãos de administração da Companhia são o Conselho de Administração e a Diretoria.</p>	<p><b>CAPÍTULO V. ADMINISTRAÇÃO</b></p> <p><b>SEÇÃO I. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</b></p> <p><b>Artigo 16.13.</b> Os órgãos de administração da Companhia são o Conselho de Administração e a</p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>§ 1º. A posse dos administradores estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores aludido no Regulamento do Novo Mercado da BM&amp;FBOVESPA, bem como ao atendimento aos requisitos legais aplicáveis.</p> <p>§ 2º. O Conselho de Administração poderá, quando julgar necessário, criar comitês com funções de assessoramento e instrução dos assuntos que lhe sejam afetos, definindo a respectiva composição e atribuições específicas.</p> <p>§ 3º. A remuneração aos membros dos comitês deverá ser proveniente do montante global da remuneração dos administradores, aprovado pela Assembleia geral de acionistas. Caberá ao Conselho de Administração da Companhia especificar a remuneração cabível aos membros dos comitês eventualmente criados. Aqueles que acumularem funções nos comitês e nos órgãos de administração da Companhia deverão optar entre a remuneração pelo exercício da função de administrador e a remuneração pelo exercício da função de membro do comitê em questão.</p> <p>§ 4º. Aqueles que acumularem funções em mais de um comitê poderão receber a respectiva remuneração adicional, observando-se em relação aos administradores, o dever de opção, previsto no parágrafo anterior.</p>	<p>Diretoria.</p> <p><del>§ 1º. A posse dos administradores estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores aludido no Regulamento do Novo Mercado da BM&amp;FBOVESPA, bem como ao atendimento aos requisitos legais aplicáveis.</del> § 2º.</p> <p>§ 21º. O Conselho de Administração poderá, quando julgar necessário, criar comitês com funções de assessoramento e instrução dos assuntos que lhe sejam afetos, definindo a respectiva composição e atribuições específicas.</p> <p>§ 32º. A remuneração aos membros dos comitês deverá ser proveniente do montante global da remuneração dos administradores, aprovado pela Assembleia geral de acionistas. Caberá ao Conselho de Administração da Companhia especificar a remuneração cabível aos membros dos comitês eventualmente criados. Aqueles que acumularem funções nos comitês e nos órgãos de administração da Companhia deverão optar entre a remuneração pelo exercício da função de administrador e a remuneração pelo exercício da função de membro do comitê em questão.</p> <p>§ 43º. Aqueles que acumularem funções em mais de um comitê poderão receber a respectiva remuneração adicional, observando-se em relação aos administradores, o dever de opção, previsto no parágrafo anterior.</p>	<p>Alteração decorrente da saída da Companhia do Novo Mercado.</p> <p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p><b>Artigo 17.</b> Os membros do Conselho de Administração, e seus suplentes, serão eleitos pela Assembleia Geral e os da Diretoria pelo Conselho de Administração.</p> <p>§ 1º. O mandato dos membros do Conselho de Administração é unificado e de no máximo 2 (dois anos), permitida a reeleição; inicia-se com a posse mediante termo lavrado em livro próprio e termina sempre simultaneamente, ainda que algum deles tenha sido eleito depois dos demais, mantendo-se no exercício de seus cargos até a investidura dos novos eleitos.</p> <p>§ 2º. O mandato dos Diretores é de 2 (dois) anos, permitida a reeleição; inicia-se com a posse mediante termo lavrado em livro próprio e termina sempre simultaneamente, ainda que algum deles tenha sido eleito depois dos demais, mantendo-se no exercício de seus cargos até a investidura dos novos eleitos.</p> <p>§ 3º. É vedada a eleição, para o Conselho de Administração da Companhia, de pessoa que, no momento da referida eleição, seja Diretor da Companhia.</p> <p>§ 4º. É permitida a participação sem direito de voto de Diretores nos comitês criados pelo Conselho de Administração, observado ainda o disposto nos § 3º e § 4º do Artigo 16.</p>	<p><b>Artigo <del>17.14</del>.</b> Os membros do Conselho de Administração, e seus suplentes, serão eleitos pela Assembleia Geral e os da Diretoria pelo Conselho de Administração.</p> <p>§ 1º. O mandato dos membros do Conselho de Administração é unificado e de no máximo <del>2</del> <b>23</b> (<del>dois</del><b>três</b> anos), permitida a reeleição; inicia-se com a posse mediante termo lavrado em livro próprio e termina sempre simultaneamente, ainda que algum deles tenha sido eleito depois dos demais, mantendo-se no exercício de seus cargos até a investidura dos novos eleitos.</p> <p>§ 2º. O mandato dos Diretores é de <del>2</del> <b>23</b> (<del>dois</del><b>três</b>) anos, permitida a reeleição; inicia-se com a posse mediante termo lavrado em livro próprio e termina sempre simultaneamente, ainda que algum deles tenha sido eleito depois dos demais, mantendo-se no exercício de seus cargos até a investidura dos novos eleitos.</p> <p>§ 3º. <del>É vedada a eleição, para o Conselho de Administração da Companhia, de pessoa que, no momento da referida eleição, seja Diretor da Companhia.</del></p> <p><del>§ 4º. —</del> É permitida a participação sem direito de voto de Diretores nos comitês criados pelo Conselho de Administração, observado ainda o disposto nos § <del>3</del> <b>32</b> e § <del>4</del> <b>43</b> do Artigo <del>16.13</del>.</p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p> <p>Alteração decorrente da saída da Companhia do Novo Mercado.</p> <p>Alteração decorrente da saída da Companhia do Novo Mercado.</p> <p>Alterações decorrentes da saída da Companhia do Novo Mercado e da remuneração dos artigos anteriores.</p>
<p><b>Artigo 18.</b> A remuneração dos administradores será fixada pela Assembleia Geral com a especificação do montante relativo à remuneração fixa e variável a ser</p>	<p><b>Artigo <del>18.15</del>.</b> A remuneração dos administradores será fixada pela Assembleia Geral com a especificação do montante relativo à remuneração fixa e variável a ser</p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
distribuída para o Conselho de Administração e para a Diretoria, cabendo ao Conselho de Administração a alocação da remuneração entre seus membros e os membros da Diretoria.	distribuída para o Conselho de Administração e para a Diretoria, cabendo ao Conselho de Administração a alocação da remuneração entre seus membros e os membros da Diretoria.	
<p><b>Artigo 19.</b> A substituição dos administradores far-se-á de acordo com as seguintes regras:</p> <p>a) no caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores, inclusive do Diretor-Presidente, as funções do Diretor ausente ou impedido serão acumuladas por outro Diretor, por designação do Diretor ausente. Em caso de impedimento ou na falta de indicação pelo Diretor ausente do substituto temporário, este será indicado pelo Diretor-Presidente;</p> <p>b) no caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, este será substituído pelo respectivo suplente sendo que, na ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho, será o mesmo substituído pelo Conselheiro indicado pelo Presidente, efetivando-se o suplente, do Presidente na condição de Conselheiro;</p> <p>c) no caso de vacância de qualquer dos cargos de Diretor, inclusive o de Diretor-Presidente, as suas funções serão exercidas cumulativamente pelo Diretor para esse efeito indicado em reunião de Diretoria, que exercerá tais funções até a primeira reunião do Conselho de Administração que se seguir</p>	<p><b>Artigo 19.16.</b> A substituição dos administradores far-se-á de acordo com as seguintes regras:</p> <p>a) no caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores, inclusive do Diretor-Presidente, as funções do Diretor ausente ou impedido serão acumuladas por outro Diretor, por designação do Diretor ausente. Em caso de impedimento ou na falta de indicação pelo Diretor ausente do substituto temporário, este será indicado pelo Diretor-Presidente;</p> <p>b) no caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, este será substituído pelo respectivo suplente, <u>quando indicado</u>, sendo que, na ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho, será o mesmo substituído pelo Conselheiro indicado pelo Presidente, efetivando-se o suplente, <u>quando indicado</u>, do Presidente na condição de Conselheiro;</p> <p>c) no caso de vacância de qualquer dos cargos de Diretor, inclusive o de Diretor-Presidente, as suas funções serão exercidas cumulativamente pelo Diretor para esse efeito indicado em reunião de Diretoria, que exercerá tais funções até a primeira reunião do Conselho de Administração que se seguir</p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>à vacância;</p> <p>d) no caso de vacância de qualquer cargo do Conselho de Administração, será o mesmo exercido pelo respectivo suplente, sendo que, na vacância do Presidente, caberá aos membros do Conselho de Administração designarem, dentre os demais, o Conselheiro que exercerá suas funções até o restante do mandato do substituído, efetivando-se o suplente do Presidente substituído na condição de Conselheiro.</p>	<p>à vacância;</p> <p>d) no caso de vacância de qualquer cargo do Conselho de Administração, será o mesmo exercido pelo respectivo suplente, sendo que, na vacância do Presidente, caberá aos membros do Conselho de Administração designarem, dentre os demais, o Conselheiro que exercerá suas funções até o restante do mandato do substituído, efetivando-se o suplente do Presidente substituído na condição de Conselheiro.</p>	
<p><b>Artigo 20.</b> Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, excetuadas as hipóteses de vacância que deverão ser objeto de divulgação específica ao mercado e para as quais deverão ser tomadas as providências para preenchimento dos respectivos cargos no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.</p>	<p><del>Artigo 20. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, excetuadas as hipóteses de vacância que deverão ser objeto de divulgação específica ao mercado e para as quais deverão ser tomadas as providências para preenchimento dos respectivos cargos no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.</del></p>	<p>Alteração decorrente da saída da Companhia do Novo Mercado.</p>
<p><b>SEÇÃO II. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b></p> <p><b>Artigo 21.</b> O Conselho de Administração será composto de 15 (quinze) membros efetivos e igual número de membros suplentes.</p> <p>§ 1º. O Conselho de Administração será presidido por um Presidente e um Vice-Presidente, indicados pela Assembleia Geral que os eleger. Em caso de ausência o</p>	<p><b>SEÇÃO II. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b></p> <p><b>Artigo <del>21.</del>17.</b> O Conselho de Administração será composto de <del>15 (quinze)</del> <u>no mínimo 3 (três) e no máximo 15 (quinze)</u> membros efetivos <del>e igual número de membros, sendo facultada a indicação de</del> suplentes.</p> <p>§ <del>1º</del> <b>Único.</b> O Conselho de Administração será presidido por um Presidente <del>ou por quem este indicar,</del></p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p> <p>Adequação da composição de conselho de acordo com o fato da Companhia ter se tornado subsidiária integral a Rumo</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>Presidente, o Conselho de Administração será presidido pelo Vice-Presidente.</p> <p>§ 2º. O Conselho de Administração será composto obrigatoriamente por no mínimo 20% (vinte por cento) de Conselheiros Independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado, e declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º.</p> <p>§ 3º. Quando em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Novo Mercado.</p>	<p><u>sendo que o presidente será</u> indicado pela Assembleia Geral que os eleger. Em caso de ausência <del>edo</del> Presidente <u>ou da sua indicação</u>, o Conselho de Administração será presidido pelo Vice-Presidente.</p> <p><del>§ 2º. — O Conselho de Administração será composto obrigatoriamente por no mínimo 20% (vinte por cento) de Conselheiros Independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado, e declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º.</del></p> <p><del>§ 3º. — Quando em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Novo Mercado.</del></p>	<p>Alteração decorrente da saída da Companhia do Novo Mercado.</p>
<p><b>Artigo 22.</b> Ressalvada a hipótese de eleição por voto múltiplo na forma da lei, os membros do Conselho de Administração serão eleitos através de votação individual realizada pelos acionistas em assembleia geral.</p> <p>§ 1º. Por proposta do Conselho de Administração, aprovada por maioria de seus membros, será indicada uma chapa, devendo a administração da Companhia, até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a Assembleia Geral, enviar às bolsas de valores, inserir em site da rede mundial de computadores e manter disponível para os</p>	<p><u>Artigo 22.18.</u> <u>Ressalvada a hipótese de eleição por voto múltiplo na forma da lei, os membros do Conselho de Administração serão eleitos através de votação individual realizada pelos acionistas em assembleia geral.</u> <del>Ressalvada a hipótese de eleição por voto múltiplo na forma da lei, a eleição dos membros do Conselho de Administração dar-se-á pelo sistema de chapas, vedada a votação individual em candidatos.</del></p> <p>§ 1º <u>Único.</u> Por proposta do Conselho de Administração, aprovada por maioria de seus membros, será indicada uma chapa, devendo a administração da</p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p> <p>Ajuste de redação.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>acionistas na sede da Companhia, documento com o nome, a qualificação e o <i>curriculum</i> dos candidatos a membros e suplentes integrantes da chapa formada nos termos deste § 1º.</p> <p>§ 2º. É facultado a qualquer acionista, ou conjunto de acionistas, alternativamente à indicação referida no § 1º, propor outra chapa para o Conselho de Administração, observadas as seguintes normas:</p> <p>a) a proposta deverá ser comunicada por escrito à Companhia até 8 (oito) dias antes da data para a qual estiver convocada a Assembleia, sendo vedada a apresentação de mais de uma chapa pelo mesmo acionista ou conjunto de acionistas;</p> <p>b) a comunicação deverá conter a identificação dos membros e respectivos suplentes, incluindo nome, qualificação e <i>curriculum</i> profissional de cada um, juntando termo firmado pelos candidatos declarando sua disposição de concorrer aos cargos;</p> <p>c) em até 1 (um) dia útil contado de seu recebimento pela Companhia, a Companhia inserirá em site da rede mundial de computadores e manter disponível para os acionistas na sede da Companhia, documento com o nome, a qualificação e o <i>curriculum</i> dos candidatos a membros e suplentes integrantes das chapas propostas nos termos deste § 2º.</p> <p>§ 3º. A mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas diferentes, inclusive a de que trata o § 1º.</p>	<p>Companhia, até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a Assembleia Geral, enviar <del>às bolsas</del> <u>à bolsa</u> de valores, inserir em site da rede mundial de computadores e manter disponível para os acionistas na sede da Companhia, documento com o nome, a qualificação e o <i>curriculum</i> dos candidatos a membros e suplentes integrantes da chapa formada nos termos deste § <del>1º</del> <u>único</u>.</p> <p><del>§ 2º. — É facultado a qualquer acionista, ou conjunto de acionistas, alternativamente à indicação referida no § 1º, propor outra chapa para o Conselho de Administração, observadas as seguintes normas:</del></p> <p><del>a) a proposta deverá ser comunicada por escrito à Companhia até 8 (oito) dias antes da data para a qual estiver convocada a Assembleia, sendo vedada a apresentação de mais de uma chapa pelo mesmo acionista ou conjunto de acionistas;</del></p> <p><del>b) a comunicação deverá conter a identificação dos membros e respectivos suplentes, incluindo nome, qualificação e <i>curriculum</i> profissional de cada um, juntando termo firmado pelos candidatos declarando sua disposição de concorrer aos cargos;</del></p> <p><del>c) em até 1 (um) dia útil contado de seu recebimento pela Companhia, a Companhia inserirá em site da rede mundial de computadores e manter disponível para os acionistas na sede da Companhia, documento com o nome, a qualificação e o <i>curriculum</i> dos candidatos a membros e suplentes integrantes das chapas propostas nos termos deste § 2º.</del></p>	<p>Exclusão de previsão de atuação de Grupo de Acionistas, uma vez que a Companhia passou a ser subsidiária integral da Rumo.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>§ 4º. Cada acionista somente poderá votar em uma chapa; os votos serão computados com observância das limitações previstas no Artigo 9º e serão declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.</p> <p>§ 5º. Caso tenha sido solicitado o processo de voto múltiplo, cada candidato das chapas propostas será considerado um candidato para o Conselho de Administração.</p> <p>§ 6º. Caso a Companhia receba pedido por escrito de acionistas que desejem requerer a adoção do processo de voto múltiplo, a Companhia divulgará o recebimento e o teor de tal pedido imediatamente, por meio eletrônico, para a CVM e para a BM&amp;FBOVESPA.</p>	<p><del>§ 3º. — A mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas diferentes, inclusive a de que trata o § 1º.</del></p> <p><del>§ 4º. — Cada acionista somente poderá votar em uma chapa; os votos serão computados com observância das limitações previstas no Artigo 9º e serão declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.</del></p> <p><del>§ 5º. — Caso tenha sido solicitado o processo de voto múltiplo, cada candidato das chapas propostas será considerado um candidato para o Conselho de Administração.</del></p> <p><del>§ 6º. — Caso a Companhia receba pedido por escrito de acionistas que desejem requerer a adoção do processo de voto múltiplo, a Companhia divulgará o recebimento e o teor de tal pedido imediatamente, por meio eletrônico, para a CVM e para a BM&amp;FBOVESPA.</del></p>	
<p><b>Artigo 23.</b> O Conselho de Administração reúne-se, em caráter ordinário, bimestralmente, em datas a serem estabelecidas na primeira reunião anual e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, a quem cabe fixar a respectiva ordem do dia. As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, e os documentos que suportarem a ordem do dia, tanto para as reuniões ordinárias como para as extraordinárias, deverão ser encaminhados juntamente com a</p>	<p><b>Artigo <del>23-19</del>.</b> O Conselho de Administração reúne-se, em caráter ordinário, <del>bimestralmente, em datas a serem estabelecidas na primeira reunião anual e,</del> <u>trimestralmente</u>, sempre que convocado pelo Presidente, a quem cabe fixar a respectiva ordem do dia. As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas com uma antecedência mínima de <del>10</del> <u>5</u> (<del>dez</del><u>cinco</u>) dias úteis, e os documentos que suportarem a ordem do dia, tanto para as reuniões ordinárias como para as extraordinárias, deverão ser</p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p> <p>Adequação dos mecanismos de acordo com o fato da Companhia ter se tornado subsidiária integral a Rumo.</p>





AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>convocação, respeitados eventuais prazos previstos no regimento interno do Conselho de Administração.</p> <p><b>Parágrafo Único.</b> O Presidente deverá convocar o Conselho de Administração quando tal pedido, devidamente fundamentado, com indicação da matéria a tratar, lhe for apresentado:</p> <p>a) por pelo menos três Conselheiros; ou</p> <p>b) pelo Diretor-Presidente.</p>	<p>encaminhados juntamente com a convocação; <del>respeitados eventuais prazos previstos no regimento interno do Conselho de Administração.</del></p> <p><b>Parágrafo Único.</b> O Presidente deverá convocar o Conselho de Administração quando tal pedido, devidamente fundamentado, com indicação da matéria a tratar, lhe for apresentado:</p> <p>a) por pelo menos <del>três</del><u>dois</u> Conselheiros; ou</p> <p>b) pelo Diretor-Presidente.</p>	
<p><b>Artigo 24.</b> O Conselho de Administração funciona com a presença da maioria de seus membros, e delibera por maioria de votos.</p> <p><b>§ 1º.</b> Os membros do Conselho de Administração poderão excepcionalmente participar das reuniões por intermédio de conferência telefônica, vídeo-conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do referido membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração serão considerados presentes à reunião e deverão assinar a correspondente ata.</p> <p><b>§ 2º.</b> Qualquer membro do Conselho de Administração poderá se fazer representar por seu suplente ou, na ausência deste, por outro conselheiro. Qualquer membro do Conselho de Administração poderá</p>	<p><b>Artigo <del>24</del><u>20</u>.</b> O Conselho de Administração funciona com a presença da maioria de seus membros, e delibera por maioria de votos.</p> <p><b>§ 1º.</b> Os membros do Conselho de Administração poderão excepcionalmente participar das reuniões por intermédio de conferência telefônica, <del>vídeo-conferência</del><u>videoconferência</u> ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do referido membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração serão considerados presentes à reunião e deverão assinar a correspondente ata.</p> <p><b>§ 2º.</b> Qualquer membro do Conselho de Administração poderá se fazer representar por seu suplente, <u>quando indicado</u>, ou, na ausência deste, por</p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
se fazer assessorar por seu respectivo suplente.	outro conselheiro. Qualquer membro do Conselho de Administração poderá se fazer assessorar por seu respectivo suplente, <u>quando indicado</u> .	
<p><b>Artigo 25.</b> Compete ao Conselho de Administração:</p> <p>(i) eleger e destituir os diretores e fixar suas atribuições;</p> <p>(ii) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de qualquer de suas sociedades controladas;</p> <p>(iii) aprovar os planos de negócios, o planejamento estratégico, planos de trabalho, política de operações financeiras e comerciais, orçamentos anuais e plurianuais, os planos de investimentos em despesas de capital (“CAPEX”) e os novos programas de expansão da Companhia e de suas sociedades controladas, bem como acompanhar a sua execução;</p> <p>(iv) fiscalizar a gestão dos diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia e de suas sociedades controladas, solicitando informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;</p> <p>(v) convocar Assembleia Geral, sempre que necessário ou exigido por lei e nos termos deste</p>	<p><b>Artigo <del>25-21</del>.</b> Compete ao Conselho de Administração:</p> <p><del>a</del>(i) eleger e destituir os <del>Diretores da Companhia, indicando, por proposta do Diretor Presidente, aquele que poderá acumular as funções de Relações com Investidores;</del><u>diretores e fixar suas atribuições;</u></p> <p><del>b) deliberar sobre a proposta do Diretor Presidente sobre as áreas de atuação dos demais Diretores;</del></p> <p><del>e) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas, aprovando previamente suas políticas empresariais de comercialização, gestão administrativa de pessoal e financeira, de aplicação de incentivos fiscais e zelar pelo estrito cumprimento das mesmas;</del><u>(ii) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de qualquer de suas sociedades Controladas;</u></p> <p><del>d) aprovar planos, projetos e orçamentos anuais e plurianuais;</del></p> <p><del>e) autorizar contribuições da Companhia e suas controladas para associações de empregados, fundos de previdência, entidades assistenciais ou recreativas, observado o que vier a ser determinado</del></p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p> <p>Ajustes da competência do Conselho para refletir as novas regras de governança da Rumo, controladora da Companhia.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>(vi) Estatuto Social; manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria e demonstrações financeiras anuais e/ou intermediárias e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício;</p> <p>(vii) deliberar sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado;</p> <p>(viii) deliberar sobre a realização pela Companhia ou por uma de suas controladas, de oferta pública de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, incluindo a definição, termos de liquidez e precificação de potencial venda pública de ações;</p> <p>(ix) autorizar a negociação, pela Companhia e por suas controladas, de ações de sua respectiva emissão, inclusive aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão (a) para manutenção em tesouraria, cancelamento e/ou posterior alienação; ou (b) por doação;</p> <p>(x) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia;</p> <p>(xi) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis ou não em ações (observado o disposto no Artigo 6º deste Estatuto Social em relação à emissão de debêntures conversíveis em ações), e de notas promissórias para distribuição pública nos termos da Instrução</p>	<p><del>em resolução do próprio Conselho de Administração;</del></p> <p><u>(iii) aprovar os planos de negócios, o planejamento estratégico, planos de trabalho, política de operações financeiras e comerciais, orçamentos anuais e plurianuais, os planos de investimentos em despesas de capital (“CAPEX”) e os novos programas de expansão da Companhia e de suas sociedades Controladas, bem como acompanhar a sua execução;</u></p> <p><del>f</del><u>(iv)</u> fiscalizar a gestão dos <del>Diretores</del><u>diretores</u>, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia e de suas <del>controladas</del><u>sociedades Controladas</u>, solicitando informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;</p> <p><del>g</del><u>(v)</u> convocar <del>a</del> Assembleia Geral; <u>sempre que necessário ou exigido por lei e nos termos deste Estatuto Social;</u></p> <p><del>h</del><u>(vi)</u> manifestar-se sobre o <del>Relatório de Administração</del><u>relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria e demonstrações financeiras anuais e/ou intermediárias</u> e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício;</p> <p><del>i) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado,</del></p>	



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>(xii) CVM n.º 134 de 1º de novembro de 1990; autorizar a aquisição, venda, arrendamento, cessão, transferência ou outra alienação ou oneração de bens do ativo não-circulante da Companhia ou de qualquer de suas sociedades controladas, bem como de participações pela Companhia ou suas controladas em valor agregado anual superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) e, ainda, aprovar a alienação, arrendamento ou outra forma de disposição dos direitos de concessão das sociedades em que a Companhia participar, observado o que vier a ser determinado em resolução do próprio Conselho de Administração;</p> <p>(xiii) aprovar a contratação pela Companhia ou suas controladas de empréstimos ou financiamentos em valores, superiores a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) (exceto operações de refinanciamento, prorrogação ou alteração de operações de captação de empréstimos ou financiamentos anteriormente contratadas pela Companhia, cuja competência será da Diretoria);</p> <p>(xiv) aprovar a prestação de garantias reais ou pessoais, de qualquer natureza, em valores superiores a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), ficando dispensada a prévia aprovação quando (a) tratar-se de prestação de</p>	<p><del>divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.</del></p> <p>⌋ <u>(vii)</u> deliberar sobre a emissão de ações <u>e</u> ou bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado <del>da Companhia;</del></p> <p><u>(viii)</u> <u>deliberar sobre a realização pela Companhia ou por uma de suas Controladas, de oferta pública de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, incluindo a definição, termos de liquidez e precificação de potencial venda pública de ações;</u></p> <p><del>k</del><u>(ix)</u> autorizar a negociação, pela Companhia e por suas controladas, de ações de sua respectiva emissão, <del>e a emissão, conversão, resgate antecipado e demais condições de debêntures, "commercial papers", bônus e demais títulos destinados a distribuição primária ou secundária em mercado de capitais;</del><u>inclusive aquisição pela Companhia de ações de sua</u></p>	



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>(xv) fiança em contrato de locação para moradia de funcionário ou diretor; ou (b) o terceiro for uma sociedade investida da Companhia e a garantia seja proporcional à participação detida pela Companhia em referida sociedade; autorizar a realização de atos que importem em renúncia de direitos pela Companhia em valor agregado anual superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais);</p> <p>(xvi) autorizar a celebração de contratos pela Companhia ou por qualquer de suas sociedades controladas em valor agregado anual superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais);</p> <p>(xvii) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresentar para sua deliberação ou a serem submetidos à Assembleia Geral;</p> <p>(xviii) deliberar sobre a suspensão das atividades da Companhia e de qualquer de suas sociedades controladas;</p> <p>(xix) avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia e suas sociedades controladas que não estejam na esfera de competência privativa da Assembleia Geral;</p> <p>(xx) propor à deliberação da Assembleia Geral a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício, observado o disposto neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações;</p>	<p><u>própria emissão (a) para manutenção em tesouraria, cancelamento e/ou posterior alienação; ou (b) por doação;</u></p> <p><u>(x) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia;</u></p> <p><u>+(xi) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis ou não em ações (observado o disposto no Artigo 6º deste Estatuto Social em relação à emissão de debêntures conversíveis em ações), e de notas promissórias comerciais para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM n.º 134/90, de 1º de novembro de 1990;</u></p> <p><del>m) escolher e destituir os auditores independentes;</del></p> <p><del>n) autorizar a alienação ou oneração de bens ou direitos da Companhia e de suas controladas, em uma ou mais operações sucessivas no curso de 12 (doze) meses consecutivos, de valor agregado superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGP-M) ou na falta deste, outro índice que vier a substituí-lo;</del></p> <p><del>o) fixar as condições gerais de celebração de contratos com Partes Relacionadas ou autorizar a celebração dos contratos que não atendam a estas condições;</del></p> <p><del>p) aprovar a política de operações financeiras e comerciais da Companhia, bem como autorizar operações financeiras e comerciais ativas e passivas</del></p>	



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>(xxi) declarar dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital próprio nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da legislação aplicável;</p> <p>(xxii) estabelecer remuneração variável aos administradores e autorizar contribuições da Companhia e suas controladas para associações de empregados, fundos de previdência, entidades assistenciais ou recreativas;</p> <p>(xxiii) manifestar-se a respeito do preço de emissão por ação em qualquer aumento de capital a ser submetido à Assembleia Geral;</p> <p>(xxiv) deliberar sobre programa, acordo, plano de opção, de benefício ou outro plano de remuneração para administradores, empregados, executivos não empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade controlada, sem direito de preferência para os acionistas, no âmbito de plano previamente aprovado pela Assembleia Geral;</p> <p>(xxv) aprovar a celebração pela Companhia ou uma de suas controladas de contrato de joint venture ou aquisição de ações do capital social, títulos ou valores mobiliários conversíveis em ou permutáveis por ações, bônus de subscrição, opções ou outros direitos relativos a compra ou aquisição de ações do capital social, títulos ou valores mobiliários conversíveis em ou</p>	<p><del>de valor superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGP-M) ou, outro índice que vier a substituí-lo, e aquelas que não estejam contempladas na política de operações financeiras e comerciais da Companhia;</del></p> <p><del>q) autorizar atos que importem em outorga de garantias de qualquer espécie em favor de terceiros ou que importem em renúncia de direito, exceto se com relação a sociedades em que a Companhia possua participação, direta ou indiretamente, de mais de 98% (noventa e oito por cento) do capital social total;</del></p> <p><del>r) estabelecer políticas e limites, por valor, prazo ou tipo de operação, para instrumentos financeiros derivativos de qualquer natureza, que envolvam ou não mercados futuros e de opções, bem como procedimentos para o gerenciamento e controle da exposição da Companhia aos respectivos riscos envolvidos em tais operações;</del></p> <p><del>s) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembleia Geral;</del></p> <p><del>t) deliberar sobre a constituição de sociedades ou a participação da Companhia e de suas controladas em outras entidades, bem como sobre quaisquer participações ou investimentos em negócios estranhos ao objeto social, inclusive através de</del></p>	



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>(xxvi) permutáveis por ações; aprovar a participação da Companhia e/ou uma de suas controladas em grupos de sociedades de acordo com o disposto no Artigo 265 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>(xxvii) aprovar a contratação, alteração, qualquer forma de renegociação ou reajuste, ou rescisão de operações com Partes Relacionadas pela Companhia e/ou suas controladas, observado o previsto no §1.º abaixo;</p> <p>(xxviii) aprovar a criação de comitês especializados para auxílio do Conselho de Administração;</p> <p>(xxix) aprovar a participação da Companhia em licitações envolvendo concessões;</p> <p>(xxx) aprovar a declaração, pela Companhia, do vencimento antecipado, protesto ou execução judicial ou extrajudicial de direitos de sua titularidade em valor individual relevante a ser oportunamente fixado e revisado pelo Conselho de Administração;</p> <p>(xxxi) nomear, dar posse, destituir, aceitar renúncia e substituir membros do Comitê de Auditoria observadas as disposições da regulamentação em vigor;</p> <p>(xxxii) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, observando-se o disposto nos Artigos 13, §2º e 30, §5º, bem como fixar o orçamento anual ou por projeto destinados a cobrir as despesas para o funcionamento do</p>	<p><del>consórcio ou sociedade em conta de participação;u)</del> <del>— aprovar a alienação, arrendamento ou outra forma de disposição dos direitos de concessão das sociedades em que a Companhia participar, observado o que vier a ser determinado em resolução do próprio Conselho de Administração;</del>(xii) autorizar a aquisição, venda, arrendamento, cessão, transferência ou outra alienação ou oneração de bens do ativo não-circulante da Companhia ou de qualquer de suas sociedades Controladas, bem como de participações pela Companhia ou suas Controladas em valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) e, ainda, aprovar a alienação, arrendamento ou outra forma de disposição dos direitos de concessão das sociedades em que a Companhia participar, observado o que vier a ser determinado em resolução do próprio Conselho de Administração;</p> <p>*) (xiii) aprovar a contratação pela Companhia ou suas Controladas de empréstimos ou financiamentos em valores, superiores a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) (exceto operações de refinanciamento, prorrogação ou alteração de operações de captação de empréstimos ou financiamentos anteriormente contratadas pela Companhia, cuja competência será da Diretoria);</p> <p>(xiv) aprovar a prestação de garantias reais ou pessoais, de qualquer natureza, em valores</p>	



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>Comitê de Auditoria, incluindo custos com contratação de prestadores de serviços e consultores externos;</p> <p>(xxxiii) examinar e aprovar o regimento interno, bem como as regras operacionais, em gênero, para funcionamento do Comitê de Auditoria;</p> <p>(xxxiv) reunir-se, ao menos, trimestralmente com o Comitê de Auditoria, se constituído; e</p> <p>(xxxv) examinar e avaliar os relatórios semestrais e anuais do Comitê de Auditoria.</p> <p>§ 1º. Poderá ser criado órgão de auditoria interna subordinado diretamente ao Presidente do Conselho de Administração, vedada a delegação por este a outro órgão da Companhia.</p> <p>§ 2º. O Conselho de Administração terá um Secretário Executivo, que terá a incumbência de preparar e distribuir os documentos que suportarem as matérias da ordem do dia e lavrar as atas.</p>	<p><u>superiores a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), ficando dispensada a prévia aprovação quando (a) tratar-se de prestação de fiança em contrato de locação para moradia de funcionário ou diretor; ou (b) o terceiro for uma sociedade investida da Companhia e a garantia seja proporcional à participação detida pela Companhia em referida sociedade;</u></p> <p><u>(xv) autorizar a realização de atos que importem em renúncia de direitos pela Companhia em valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais);</u></p> <p><u>(xvi) autorizar a celebração de contratos pela Companhia ou por qualquer de suas sociedades Controladas em valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais);</u></p> <p><u>(xvii) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresentar para sua deliberação ou a serem submetidos à Assembleia Geral;</u></p> <p><u>(xviii) deliberar sobre a suspensão das atividades da Companhia e de qualquer de suas <del>controladas;</del></u></p> <p><del>as sociedades Controladas;</del></p> <p><u>(xix) avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia e suas <del>controladas, ainda que não compreendido na enumeração acima, e sobre ele proferir decisão a ser obrigatoriamente executada pela Diretoria;</del></u></p> <p><del>x) exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei e pelo presente Estatuto;</del></p>	





AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
	<p><del>y) resolver os casos omissos neste Estatuto e exercer outras atribuições que a lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia; e</del></p> <p><del>z) definir a lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado</del><u>sociedades Controladas que não estejam na esfera de competência privativa da Assembleia Geral;</u></p> <p><u>(xx) propor à deliberação da Assembleia Geral a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício, observado o disposto neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações;</u></p> <p><u>(xxi) declarar dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital próprio nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da legislação aplicável;</u></p> <p><u>(xxii) estabelecer remuneração variável aos Administradores e autorizar contribuições da Companhia e suas controladas para associações de empregados, fundos de previdência, entidades assistenciais ou recreativas;</u></p> <p><u>(xxiii) manifestar-se a respeito do preço de emissão por ação em qualquer aumento de capital a ser submetido à Assembleia Geral;</u></p> <p><u>(xxiv) deliberar sobre programa, acordo, plano de opção, de benefício ou outro plano de</u></p>	



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
	<p><u>remuneração para Administradores, empregados, executivos não empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade Controlada, sem direito de preferência para os acionistas, no âmbito de plano previamente aprovado pela Assembleia Geral;</u></p> <p>(xxv) <u>manifestar-se previamente sobre a forma de exercício dos direitos de voto da Companhia em assembleias gerais de sociedades em que a Companhia possua participação societária e/ou em Controladas, desde que tais matérias configurem um dos assuntos de competência da assembleia geral de acionistas ou do Conselho de Administração da Companhia;</u></p> <p>(xxvi) <u>aprovar a celebração pela Companhia ou uma de suas Controladas de contrato de joint venture ou aquisição de ações do capital social, títulos ou valores mobiliários conversíveis em ou permutáveis por ações, bônus de subscrição, opções ou outros direitos relativos a compra ou aquisição de ações do capital social, títulos ou valores mobiliários conversíveis em ou permutáveis por ações;</u></p> <p>(xxii) <u>aprovar a participação da Companhia e/ou uma de suas Controladas em grupos de sociedades de acordo com o disposto no Artigo 265 da Lei das Sociedades por Ações;</u></p> <p>(xxiii) <u>aprovar a contratação, alteração, qualquer forma de renegociação ou reajuste, ou rescisão de operações com partes relacionadas pela Companhia e/ou suas Controladas, observado o</u></p>	



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
	<p><u>previsto no §1.º abaixo:</u></p> <p>(xxix) <u>aprovar a criação de comitês especializados para auxílio do Conselho de Administração;</u></p> <p>(xxx) <u>aprovar a participação da Companhia em licitações envolvendo concessões;</u></p> <p>(xxxii) <u>aprovar a declaração, pela Companhia, do vencimento antecipado, protesto ou execução judicial ou extrajudicial de direitos de sua titularidade em valor individual relevante a ser oportunamente fixado e revisado pelo Conselho de Administração;</u></p> <p>(xxxiii) <u>nomear, dar posse, destituir, aceitar renúncia e substituir membros do Comitê de Auditoria observadas as disposições da regulamentação em vigor;</u></p> <p>(xxxiv) <u>fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, bem como fixar o orçamento anual ou por projeto destinados a cobrir as despesas para o funcionamento do Comitê de Auditoria, incluindo custos com contratação de prestadores de serviços e consultores externos;</u></p> <p>(xxxv) <u>examinar e aprovar o regimento interno, bem como as regras operacionais, em gênero, para funcionamento do Comitê de Auditoria;</u></p> <p>(xxxvi) <u>reunir-se, ao menos, trimestralmente com o Comitê de Auditoria, se constituído; e</u></p> <p>(xxxvii) <u>examinar e avaliar os relatórios semestrais e anuais do Comitê de Auditoria.</u></p> <p>§ 1º. Poderá, <u>a critério do Conselho de Administração,</u> ser criado órgão de auditoria interna subordinado diretamente ao Presidente do Conselho de</p>	



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
	<p>Administração, vedada a delegação por este a outro órgão da Companhia.</p> <p>§ 2º. O Conselho de Administração <del>terá um</del><u>podará ter um</u> Secretário Executivo, que terá a incumbência de preparar e distribuir os documentos que suportarem as matérias da ordem do dia e lavrar as atas.</p>	
<p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO III. DIRETORIA</b></p> <p><b>Artigo 26.</b> A Diretoria é composta de 2 (dois) a 8 (oito) membros, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores com designação e funções a serem propostas ao Conselho de Administração pelo Diretor-Presidente, nos termos do Artigo 31 abaixo. O Diretor Financeiro, a critério do Conselho de Administração, poderá acumular as suas funções com as do Diretor de Relação com Investidores. O Conselho de Administração poderá deixar vagos até 6 (seis) cargos de Diretor, exceto o de Diretor-Presidente.</p>	<p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO III. DIRETORIA</b></p> <p><b>Artigo <del>26-22</del>.</b> A Diretoria é composta de <del>23</del> <u>23</u> (<del>dois</del><u>três</u>) a <del>810</del> <u>810</u> (<del>oito</del><u>dez</u>) membros, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores com designação e funções a serem propostas ao Conselho de Administração pelo Diretor-Presidente, nos termos do Artigo <del>31</del><u>27</u> abaixo. O Diretor Financeiro, a critério do Conselho de Administração, poderá acumular as suas funções com as do Diretor de Relação com Investidores. O Conselho de Administração poderá deixar vagos até <del>68</del> <u>68</u> (<del>seis</del><u>oito</u>) cargos de Diretor, exceto o de Diretor-Presidente, <u>Diretor Financeiro e Diretor de Relação com Investidores.</u></p> <p><u>§ Único. Findo o mandato, os membros da Diretoria permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos.</u></p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p> <p>Adequação dos mecanismos de acordo com o fato da Companhia ter se tornado subsidiária integral a Rumo.</p>
<p><b>Artigo 27.</b> A Diretoria reúne-se sempre que convocada pelo Diretor-Presidente.</p>	<p><b>Artigo <del>27-23</del>.</b> A Diretoria reúne-se sempre que convocada pelo Diretor-Presidente.</p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p><b>Artigo 28.</b> Nos atos e instrumentos que acarretem responsabilidade para a Companhia, inclusive sua representação ativa e passiva, judicial ou extrajudicial, em suas relações com entidades governamentais ou privadas, será ela representada (i) por dois Diretores, ou (ii) por um Diretor agindo em conjunto com um procurador, ou (iii) por dois procuradores agindo em conjunto, dentro dos limites expressos nos respectivos mandatos, observado o disposto no § 2º, deste Artigo 28.</p> <p>§ 1º. A Diretoria poderá delegar, inclusive nas obrigações a serem assumidas no exterior, a um só Diretor ou a um procurador, a representação da Companhia, nos termos e limites que a Diretoria vier a fixar.</p> <p>§ 2º. As procurações outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por dois Diretores e conterão os poderes específicos e prazo de vigência não superior a 1 (um) ano, ressalvada a outorga de poderes da cláusula <i>ad judicium et extra</i>, que poderá ter prazo de vigência superior ao referido.</p>	<p><b>Artigo <del>28</del>-24.</b> Nos atos e instrumentos que acarretem responsabilidade para a Companhia, inclusive sua representação ativa e passiva, judicial ou extrajudicial, em suas relações com entidades governamentais ou privadas, será ela representada (i) por dois Diretores, ou (ii) por um Diretor agindo em conjunto com um procurador, ou (iii) por dois procuradores agindo em conjunto, dentro dos limites expressos nos respectivos mandatos, observado o disposto no § 2º, deste Artigo <del>28</del>-24.</p> <p>§ 1º. A Diretoria poderá delegar, inclusive nas obrigações a serem assumidas no exterior, a um só Diretor ou a um procurador, a representação da Companhia, nos termos e limites que a Diretoria vier a fixar.</p> <p>§ 2º. As procurações outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por dois Diretores e conterão os poderes específicos e prazo de vigência não superior a 1 (um) ano, ressalvada a outorga de poderes da cláusula <i>ad judicium et extra</i>, que poderá ter prazo de vigência superior ao referido.</p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p>
<p><b>Artigo 29.</b> Compete aos Diretores assegurar a gestão permanente dos negócios sociais e dar execução às deliberações do Conselho de Administração.</p>	<p><b>Artigo <del>29</del>-25.</b> Compete aos Diretores assegurar a gestão permanente dos negócios sociais e dar execução às deliberações do Conselho de Administração.</p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p>
<p><b>Artigo 30.</b> Compete, em especial, à Diretoria, atuando em colegiado:</p>	<p><b>Artigo <del>30</del>-26.</b> Compete, em especial, à Diretoria, atuando em colegiado:</p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>a) submeter ao Conselho de Administração a estrutura básica de organização da Companhia e de suas controladas, bem como definir as atribuições das várias unidades das mesmas;</p> <p>b) expedir as normas e regulamentos para o bom funcionamento dos serviços, respeitado o disposto neste Estatuto;</p> <p>c) manter o controle geral da execução de suas deliberações, bem como da avaliação dos resultados da atividade da Companhia e suas controladas;</p> <p>d) preparar e submeter à aprovação do Conselho de Administração os orçamentos anual e plurianual, os projetos de expansão e modernização e os planos de investimento;</p> <p>e) submeter ao Conselho de Administração o plano de cargos e salários e o quadro de pessoal da Companhia e suas controladas;</p> <p>f) submeter ao Conselho de Administração as normas relativas às contratações;</p> <p>g) submeter à prévia e expressa aprovação do Conselho de Administração as operações relativas a investimentos e financiamentos, no país ou no exterior;</p> <p>h) submeter ao Conselho de Administração todos os atos que envolvam responsabilidade para a</p>	<p>a) submeter ao Conselho de Administração a estrutura básica de organização da Companhia e de suas controladas, bem como definir as atribuições das várias unidades das mesmas;</p> <p>b) expedir as normas e regulamentos para o bom funcionamento dos serviços, respeitado o disposto neste Estatuto Social;</p> <p>c) manter o controle geral da execução de suas deliberações, bem como da avaliação dos resultados da atividade da Companhia e suas controladas;</p> <p>d) preparar e submeter à aprovação do Conselho de Administração os orçamentos anual e plurianual, os projetos de expansão e modernização e os planos de investimento;</p> <p>e) submeter ao Conselho de Administração, <u>quando aplicável</u>, o plano de cargos e salários e o quadro de pessoal da Companhia e suas controladas;</p> <p>f) submeter ao Conselho de Administração, <u>quando aplicável</u>, as normas relativas às contratações;</p> <p>g) submeter à prévia e expressa aprovação do Conselho de Administração as operações relativas a investimentos e financiamentos, no país ou no exterior;</p> <p>h) submeter ao Conselho de Administração todos os atos que envolvam responsabilidade para a</p>	



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>Companhia, obedecido o limite disposto em delegação específica que, nesse sentido, vier a ser emanada em ato daquele Colegiado;</p> <p>i) preparar e propor ao Conselho de Administração os atos que sejam da competência deste e os que deva submeter à Assembleia Geral;</p> <p>j) elaborar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e os demais documentos a apresentar à Assembleia Geral;</p> <p>k) decidir sobre a abertura, transferência ou encerramento de escritórios, filiais, dependências ou outros estabelecimentos da Companhia;</p> <p>l) aprovar as instruções a serem dadas aos representantes da Companhia nas Assembleias Gerais das sociedades em que detenha participação acionária;</p> <p>m) submeter ao Conselho de Administração as políticas e limites, por valor, prazo ou tipo de operação, para instrumentos financeiros derivativos de qualquer natureza, que envolvam ou não mercados futuros e de opções, bem como procedimentos para o gerenciamento e controle da exposição da Companhia aos respectivos riscos envolvidos em tais operações;</p> <p>n) exercer as demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social.</p>	<p>Companhia, obedecido o limite disposto em delegação específica que, nesse sentido, vier a ser emanada em ato daquele Colegiado;</p> <p>i) preparar e propor ao Conselho de Administração os atos que sejam da competência deste e os que deva submeter à Assembleia Geral;</p> <p>j) elaborar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e os demais documentos a apresentar à Assembleia Geral;</p> <p>k) decidir sobre a abertura, transferência ou encerramento de escritórios, filiais, dependências ou outros estabelecimentos da Companhia;</p> <p>l) aprovar as instruções a serem dadas aos representantes da Companhia nas Assembleias Gerais das sociedades em que detenha participação acionária;</p> <p>m) submeter ao Conselho de Administração as políticas e limites, por valor, prazo ou tipo de operação, para instrumentos financeiros derivativos de qualquer natureza, que envolvam ou não mercados futuros e de opções, bem como procedimentos para o gerenciamento e controle da exposição da Companhia aos respectivos riscos envolvidos em tais operações; <u>e</u></p> <p>n) exercer as demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social.</p>	



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p><b>Artigo 31.</b> Compete ao Diretor-Presidente:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) exercer a direção da Companhia, coordenando as atividades dos Diretores;</li><li>b) propor ao Conselho de Administração as áreas de atuação e a designação de cada Diretor;</li><li>c) zelar pela execução das deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria;</li><li>d) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, estabelecendo-lhe a ordem do dia e dirigindo os respectivos trabalhos;</li><li>e) propor à aprovação da Diretoria a estrutura básica da Companhia e de suas controladas e as atribuições das várias unidades das mesmas;</li><li>f) supervisionar, com a colaboração dos demais Diretores, as atividades de todas as unidades da Companhia e de suas controladas;</li><li>g) indicar, para aprovação da Diretoria, os representantes da Companhia nas entidades e nas sociedades e associações das quais a Companhia participe; e</li><li>h) exercer as demais atribuições previstas neste Estatuto Social.</li></ul>	<p><b>Artigo <del>31</del><u>27</u>.</b> Compete ao Diretor-Presidente:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) exercer a direção da Companhia, coordenando as atividades dos Diretores;</li><li>b) propor ao Conselho de Administração as áreas de atuação e a designação de cada Diretor;</li><li>c) zelar pela execução das deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria;</li><li>d) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, estabelecendo-lhe a ordem do dia e dirigindo os respectivos trabalhos;</li><li>e) propor à aprovação da Diretoria a estrutura básica da Companhia e de suas controladas e as atribuições das várias unidades das mesmas;</li><li>f) supervisionar, com a colaboração dos demais Diretores, as atividades de todas as unidades da Companhia e de suas controladas;</li><li>g) indicar, para aprovação da Diretoria, os representantes da Companhia nas entidades e nas sociedades e associações das quais a Companhia participe; e</li><li>h) exercer as demais atribuições previstas neste Estatuto Social.</li></ul>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p>
<p><b>Artigo 32.</b> Compete aos demais Diretores:</p>	<p><b>Artigo <del>32</del><u>28</u>.</b> Compete aos demais Diretores:</p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão</p>





AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>a) O Diretor Financeiro tem como responsabilidade as diretrizes da política econômico-financeira da Companhia e suas controladas. Suas funções básicas são: (i) planejar, propor e implementar o planejamento econômico-financeiro da Companhia e suas controladas; (ii) coordenar a área contábil; (iii) implementar a política de planejamento fiscal da Companhia e suas controladas; (iv) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas; (v) administrar os recursos financeiros da Companhia; (vi) apoiar a área operacional da Companhia e suas controladas no que for necessário para o bom andamento das mesmas; (vii) coordenar os eventuais projetos da Companhia e suas controladas;</p> <p>b) O Diretor de Relações com Investidores tem como responsabilidade representar institucionalmente a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, Bolsa de Valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, bem como o acompanhamento das participações societárias que se refere o Artigo 42.</p>	<p>a) O Diretor Financeiro tem como responsabilidade as diretrizes da política econômico-financeira da Companhia e suas controladas. Suas funções básicas são: (i) planejar, propor e implementar o planejamento econômico-financeiro da Companhia e suas controladas; (ii) coordenar a área contábil; (iii) implementar a política de planejamento fiscal da Companhia e suas controladas; (iv) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas; (v) administrar os recursos financeiros da Companhia; (vi) apoiar a área operacional da Companhia e suas controladas no que for necessário para o bom andamento das mesmas; (vii) coordenar os eventuais projetos da Companhia e suas controladas;</p> <p>b) O Diretor de Relações com Investidores tem como responsabilidade representar institucionalmente a Companhia perante a <u>CVM Comissão de Valores Mobiliários</u>, acionistas, investidores, Bolsa de Valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, <del>bem como o acompanhamento das participações societárias que se refere o Artigo 42.</del></p>	<p>de artigos anteriores.</p>
<p><b>SEÇÃO IV. DO CONSELHO FISCAL</b></p> <p><b>Artigo 33.</b> O Conselho Fiscal, com as atribuições e poderes que a lei lhe confere, terá funcionamento permanente e será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, todos</p>	<p><b>SEÇÃO IV. DO CONSELHO FISCAL</b></p> <p><b>Artigo 33.29.</b> O Conselho Fiscal, com as atribuições e poderes que a lei lhe confere, <u>não</u> terá funcionamento permanente e, <u>quando instalado para determinado exercício social</u>, e será composto de 3 (três) a 5 (cinco)</p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p> <p>Adequação dos mecanismos de acordo com o fato da</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos.</p> <p>§ 1º. Na eleição dos membros do Conselho Fiscal, aplicar-se-ão, no que forem cabíveis e não conflitarem com as normas do presente Artigo, as regras estipuladas no Artigo 22 para eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia.</p> <p>§ 2º. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite mínimo legal.</p> <p>§ 3º. A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia assinatura do respectivo termo de posse no livro próprio e subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal aludido no Regulamento do Novo Mercado da BM&amp;FBOVESPA.</p> <p>§ 4º. O Conselho Fiscal elegerá o seu Presidente na primeira reunião.</p> <p>§ 5º. O Conselho Fiscal funcionará de acordo com o regimento interno aprovado pela primeira Assembleia Geral que deliberar sua instalação.</p> <p>§ 6º. O Conselho Fiscal somente poderá deliberar com a presença da maioria absoluta de seus membros e as deliberações serão tomadas pela maioria absoluta de votos dos presentes. Das reuniões lavrar-se-ão atas, em livro próprio.</p>	<p>membros efetivos <del>e, sendo facultada e eleição de</del> igual número de suplentes, todos residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos.</p> <p><del>§ 1º. Na eleição dos membros do Conselho Fiscal, aplicar-se-ão, no que forem cabíveis e não conflitarem com as normas do presente Artigo, as regras estipuladas no Artigo 22 para eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia. § 2º.</del></p> <p>§ <del>2</del><u>1</u>º. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite mínimo legal.</p> <p><del>3º. A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia assinatura do respectivo termo de posse no livro próprio e subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal aludido no Regulamento do Novo Mercado da BM&amp;FBOVESPA. §</del></p> <p>§ <del>4</del><u>2</u>º. O Conselho Fiscal elegerá o seu Presidente na primeira reunião.</p> <p>§ <del>5</del><u>3</u>º. O Conselho Fiscal funcionará de acordo com o regimento interno aprovado pela primeira Assembleia Geral que deliberar sua instalação.</p> <p>§ <del>6</del><u>4</u>º. O Conselho Fiscal somente poderá deliberar com a presença da maioria absoluta de seus membros e as deliberações serão tomadas pela maioria absoluta de votos dos presentes. Das reuniões lavrar-se-ão atas, em</p>	<p>Companhia ter se tornado subsidiária integral a Rumo, bem como, de não fazer mais parte do Novo Mercado.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
	livro próprio.	
<p><b>Artigo 34.</b> Para o pleno exercício das funções no Conselho Fiscal deverão ser observados os requisitos previstos na legislação aplicável, o disposto neste Estatuto Social e em seu regimento interno.</p> <p><b>§ 1º.</b> Pelo menos 1 (um) dos membros do Conselho Fiscal deverá ter comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade, de auditoria e financeira.</p> <p><b>§ 2º.</b> Serão aplicáveis aos seus membros, no que couber, as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei e por este Estatuto Social aos administradores da Companhia.</p>	<p><del><b>Artigo 34.</b> Para o pleno exercício das funções no Conselho Fiscal deverão ser observados os requisitos previstos na legislação aplicável, o disposto neste Estatuto Social e em seu regimento interno.</del></p> <p><del><b>§ 1º.</b> Pelo menos 1 (um) dos membros do Conselho Fiscal deverá ter comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade, de auditoria e financeira.</del></p> <p><del><b>§ 2º.</b> Serão aplicáveis aos seus membros, no que couber, as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei e por este Estatuto Social aos administradores da Companhia.</del></p>	Adequação dos mecanismos de acordo com o fato da Companhia ter se tornado subsidiária integral a Rumo, bem como, de não fazer mais parte do Novo Mercado.
<p><b>Artigo 35.</b> Compete ao Conselho Fiscal, além das atribuições previstas em lei:</p> <p>a) recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada, para prestação de serviços de auditoria independente, e a sua substituição, caso necessária;</p> <p>b) recomendar ao Conselho de Administração a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;</p> <p>c) acompanhar os resultados da auditoria interna da Companhia e identificar e propor ao Conselho de</p>	<p><del><b>Artigo 35.</b> Compete ao Conselho Fiscal, além das atribuições previstas em lei:</del></p> <p><del>a) recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada, para prestação de serviços de auditoria independente, e a sua substituição, caso necessária;</del></p> <p><del>b) recomendar ao Conselho de Administração a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;</del></p> <p><del>c) acompanhar os resultados da auditoria interna da Companhia e identificar e propor ao Conselho de</del></p>	Adequação dos mecanismos de acordo com o fato da Companhia ter se tornado subsidiária integral a Rumo.



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>Administração ações acerca da mesma; e</p> <p>d) acompanhar o cumprimento, pela administração da Companhia, das recomendações feitas pelo auditor independente ou pelo órgão de auditoria interna.</p>	<p><del>Administração ações acerca da mesma; e</del></p> <p><del>d) acompanhar o cumprimento, pela administração da Companhia, das recomendações feitas pelo auditor independente ou pelo órgão de auditoria interna.</del></p>	
<p><b>SEÇÃO V. DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO</b></p> <p><b>Artigo 36.</b> O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, instalar um comitê de auditoria a ele subordinado e com finalidade de assessoramento, com as atribuições e poderes que a regulamentação aplicável determinar, a ser composto por, no mínimo, 3 (três) membros indicados pelo próprio Conselho de Administração, todos residentes no país, que exercerão seus cargos por, no máximo, 10 (dez) anos.</p> <p>§ 1º. Quando instalado pelo Conselho de Administração, o comitê de auditoria passará a ser permanente, conforme exigido pela regulamentação aplicável.</p> <p>§ 2º. Pelo menos 1 (um) dos membros do comitê de auditoria deve ser membro do Conselho de Administração, desde que não seja membro da Diretoria.</p> <p>§ 3º. Pelo menos 1 (um) dos membros do comitê de auditoria deverá ter comprovado conhecimento na área de contabilidade societária, conforme requisitos</p>	<p><b>SEÇÃO V. DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO</b></p> <p><b>Artigo <del>36</del><u>30</u>.</b> O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, instalar um comitê de auditoria a ele subordinado e com finalidade de assessoramento, com as atribuições e poderes que a regulamentação aplicável determinar, a ser composto por, no mínimo, 3 (três) membros indicados pelo próprio Conselho de Administração, todos residentes no país, que exercerão seus cargos por, no máximo, 10 (dez) anos.</p> <p>§ 1º. Quando instalado pelo Conselho de Administração, o comitê de auditoria passará a ser permanente, conforme exigido pela regulamentação aplicável.</p> <p>§ 2º. Pelo menos 1 (um) dos membros do comitê de auditoria deve ser membro do Conselho de Administração, desde que não seja membro da Diretoria.</p> <p>§ 3º. Pelo menos 1 (um) dos membros do comitê de auditoria deverá ter comprovado conhecimento na área de contabilidade societária, conforme requisitos estabelecidos em lei própria.</p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>estabelecidos em lei própria.</p> <p>§ 4º. Serão aplicáveis aos seus membros, no que couber, as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei e por este Estatuto Social aos administradores da Companhia.</p> <p>§ 5º. A remuneração e o orçamento anual do comitê de auditoria serão definidos pelo Conselho de Administração, observados os limites determinados em Assembleia Geral.</p>	<p>§ 4º. Serão aplicáveis aos seus membros, no que couber, as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei e por este Estatuto Social aos administradores da Companhia.</p> <p>§ 5º. A remuneração e o orçamento anual do comitê de auditoria serão definidos pelo Conselho de Administração, observados os limites determinados em Assembleia Geral, <u>disposto no artigo 13, §2º</u>.</p>	
<p><b>Artigo 37.</b> As regras de funcionamento, atribuições, competências e obrigações do Comitê de Auditoria serão aquelas constantes da regulamentação aplicável, conforme aditada de tempos em tempos.</p>	<p><b>Artigo <del>37.31</del>.</b> As regras de funcionamento, atribuições, competências e obrigações do Comitê de Auditoria serão aquelas constantes da regulamentação aplicável, conforme aditada de tempos em tempos.</p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p>
<p><b>CAPÍTULO VI. EXERCÍCIO SOCIAL</b></p> <p><b>Artigo 38.</b> O exercício social coincide com o ano calendário, e as demonstrações financeiras serão levantadas ao término de cada ano, de acordo com o disposto na Lei n.º 6.404/76 e demais dispositivos legais aplicáveis.</p>	<p><b>CAPÍTULO VI. EXERCÍCIO SOCIAL</b></p> <p><b>Artigo <del>38.32</del>.</b> O exercício social coincide com o ano calendário, e as demonstrações financeiras serão levantadas ao término de cada ano, de acordo com o disposto na Lei n.º 6.404/76 e demais dispositivos legais aplicáveis.</p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p>
<p><b>Artigo 39.</b> A Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202, da Lei n.º 6.404/76.</p>	<p><b>Artigo <del>39.33</del>.</b> A Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202, da Lei n.º 6.404/76.</p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p>
<p><b>Parágrafo Único.</b> Atribuir-se-á à reserva para</p>	<p><b>Parágrafo <del>§</del> Único.</b> Atribuir-se-á à reserva para</p>	



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>investimentos, que não excederá a 100% (cem por cento) do capital social subscrito, importância não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202, da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de empresas controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou criação de novos empreendimentos.</p>	<p>investimentos, que não excederá a 100% (cem por cento) do capital social subscrito, importância não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202, da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de empresas controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou criação de novos empreendimentos.</p>	
<p><b>Artigo 40.</b> Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.</p>	<p><b>Artigo <del>40</del>-34.</b> Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.</p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p>
<p><b>Artigo 41.</b> A Companhia levantará balanços semestrais, e poderá levantar balanços trimestrais ou em períodos menores.</p> <p><b>§ 1º.</b> Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá declarar dividendos à conta do lucro acumulado ou apurado nos balanços mencionados no <i>caput</i> deste Artigo, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício, observadas as limitações previstas em lei.</p> <p><b>§ 2º.</b> Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o Artigo 39 deste Estatuto Social.</p> <p><b>§ 3º.</b> Em caso de distribuição de dividendos à conta do lucro apurado em balanços semestrais, ou em</p>	<p><b>Artigo <del>41</del>-35.</b> A Companhia levantará balanços semestrais, e poderá levantar balanços trimestrais ou em períodos menores.</p> <p><b>§ 1º.</b> Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá declarar dividendos à conta do lucro acumulado ou apurado nos balanços mencionados no <i>caput</i> deste Artigo, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício, observadas as limitações previstas em lei.</p> <p><b>§ 2º.</b> Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o Artigo <del>39</del>33 deste Estatuto Social.</p> <p><b>§ 3º.</b> Em caso de distribuição de dividendos à conta do lucro apurado em balanços semestrais, ou em</p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>períodos menores, poderá também ser paga a participação a que se refere o Artigo 39 deste Estatuto Social, mediante deliberação do Conselho de Administração, <i>ad referendum</i> da Assembleia Geral. Nesta hipótese, o Conselho de Administração fixará, observados os limites legais, o valor total a ser pago.</p> <p>§ 4º. Ainda por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser distribuídos dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, inclusive à conta da reserva de investimentos a que se refere o § 1º do Artigo 39. O Conselho de Administração poderá, a seu critério, cumprir a obrigação de distribuição do dividendo obrigatório com base nos dividendos que assim forem declarados.</p>	<p>períodos menores, poderá também ser paga a participação a que se refere o Artigo <del>39</del><u>33</u> deste Estatuto Social, mediante deliberação do Conselho de Administração, <i>ad referendum</i> da Assembleia Geral. Nesta hipótese, o Conselho de Administração fixará, observados os limites legais, o valor total a ser pago.</p> <p>§ 4º. Ainda por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser distribuídos dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, inclusive à conta da reserva de investimentos a que se refere o § <del>1º</del><u>Único</u> do Artigo <del>39</del><u>33</u>. O Conselho de Administração poderá, a seu critério, cumprir a obrigação de distribuição do dividendo obrigatório com base nos dividendos que assim forem declarados.</p>	
<p><b>CAPÍTULO VII. MECANISMOS DE PROTEÇÃO</b></p> <p><b>SEÇÃO I. ACOMPANHAMENTO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b></p> <p><b>Artigo 42.</b> Adicionalmente ao disposto no Artigo 8º, e sem prejuízo das demais disposições do presente Estatuto Social, a Companhia, pelo Diretor de Relações com Investidores, fará o acompanhamento das variações na participação societária dos acionistas da Companhia.</p> <p>§ 1º. Adicionalmente à obrigação prevista no Artigo 8º acima, qualquer acionista ou Grupo de Acionistas que vier ultrapassar o percentual de 10% (dez por cento) do capital social da Companhia ou se torne titular de</p>	<p><del><b>CAPÍTULO VII. MECANISMOS DE PROTEÇÃO</b></del></p> <p><del><b>SEÇÃO I. ACOMPANHAMENTO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b></del></p> <p><del><b>Artigo 42.</b> Adicionalmente ao disposto no Artigo 8º, e sem prejuízo das demais disposições do presente Estatuto Social, a Companhia, pelo Diretor de Relações com Investidores, fará o acompanhamento das variações na participação societária dos acionistas da Companhia.</del></p> <p><del>§ 1º. Adicionalmente à obrigação prevista no Artigo 8º acima, qualquer acionista ou Grupo de Acionistas que vier ultrapassar o percentual de 10% (dez por cento) do capital social da Companhia ou se torne titular de</del></p>	<p>Exclusão de previsão em decorrência da Companhia ter deixado de fazer parte do segmento de governança corporativa do Novo Mercado.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>direitos que lhe assegure o percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social da Companhia deverá informar imediatamente tal circunstância ao Diretor de Relações com Investidores.</p> <p>§ 2º. Na hipótese de, a qualquer tempo, o Diretor de Relações com Investidores identificar a violação de qualquer das restrições quanto ao limite de ações de titularidade de um mesmo acionista ou Grupo de Acionistas, deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, informar tal circunstância: (i) ao Presidente do Conselho de Administração; (ii) ao Diretor Presidente; (iii) aos membros do Conselho Fiscal; e (iv) incluir tal informação no site da Companhia na rede mundial de computadores.</p> <p>§ 3º. É facultado ao Diretor de Relações com Investidores, por iniciativa própria ou em atendimento à solicitação que lhe seja feita pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, requerer que acionistas ou Grupos de Acionistas da Companhia informem sua composição acionária, direta e/ou indireta, bem como a composição do seu bloco de controle direto e/ou indireto e, se for o caso, o grupo societário e empresarial, de fato ou de direito, do qual fazem parte.</p>	<p><del>direitos que lhe assegure o percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social da Companhia deverá informar imediatamente tal circunstância ao Diretor de Relações com Investidores.</del></p> <p><del>§ 2º. — Na hipótese de, a qualquer tempo, o Diretor de Relações com Investidores identificar a violação de qualquer das restrições quanto ao limite de ações de titularidade de um mesmo acionista ou Grupo de Acionistas, deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, informar tal circunstância: (i) ao Presidente do Conselho de Administração; (ii) ao Diretor Presidente; (iii) aos membros do Conselho Fiscal; e (iv) incluir tal informação no site da Companhia na rede mundial de computadores.</del></p> <p><del>§ 3º. — É facultado ao Diretor de Relações com Investidores, por iniciativa própria ou em atendimento à solicitação que lhe seja feita pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, requerer que acionistas ou Grupos de Acionistas da Companhia informem sua composição acionária, direta e/ou indireta, bem como a composição do seu bloco de controle direto e/ou indireto e, se for o caso, o grupo societário e empresarial, de fato ou de direito, do qual fazem parte.</del></p>	
<p><b>SEÇÃO II. OFERTA PÚBLICA EM CASO DE AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SUBSTANCIAL E ALIENAÇÃO DE CONTROLE</b></p> <p><b>Artigo 43.</b> Qualquer acionista ou Grupo de Acionistas que venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer</p>	<p><del><b>SEÇÃO II. OFERTA PÚBLICA EM CASO DE AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SUBSTANCIAL E ALIENAÇÃO DE CONTROLE</b></del></p> <p><del><b>Artigo 43.</b> Qualquer acionista ou Grupo de Acionistas que venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer</del></p>	<p>Exclusão de previsão em decorrência da Companhia ter deixado de fazer parte do segmento de governança corporativa do Novo Mercado.</p>





AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>motivo, de: (i) ações de emissão da Companhia; ou (ii) outros direitos, inclusive outros direitos de sócio sobre as ações de emissão da Companhia, que representem conjunta ou isoladamente mais de 20% (vinte por cento) do seu capital social (“Acionista Adquirente”), deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em quantidade superior ao limite estipulado, submeter à ANTT pedido para a realização de uma oferta pública de ações para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável, os regulamentos da BM&amp;FBOVESPA e os termos deste Artigo.</p> <p>§ 1º. Caso o pedido seja aceito pela ANTT, o Acionista Adquirente deverá realizar a oferta no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da aprovação, procedendo na forma indicada no presente Artigo. Caso o pedido seja negado, o Acionista Adquirente deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da comunicação da negação, alienar todas as ações que excedam o limite estabelecido no <i>caput</i> do presente Artigo.</p> <p>§ 2º. O Acionista Adquirente deverá encaminhar ao Diretor Presidente da Companhia cópia de todos os documentos relacionados ao pedido para a realização da oferta pública que tenham sido entregues à ANTT ou por esta enviados.</p> <p>§ 3º. Durante o período entre a solicitação de</p>	<p><del>motivo, de: (i) ações de emissão da Companhia; ou (ii) outros direitos, inclusive outros direitos de sócio sobre as ações de emissão da Companhia, que representem conjunta ou isoladamente mais de 20% (vinte por cento) do seu capital social (“Acionista Adquirente”), deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em quantidade superior ao limite estipulado, submeter à ANTT pedido para a realização de uma oferta pública de ações para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável, os regulamentos da BM&amp;FBOVESPA e os termos deste Artigo.</del></p> <p><del>§ 1º. — Caso o pedido seja aceito pela ANTT, o Acionista Adquirente deverá realizar a oferta no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da aprovação, procedendo na forma indicada no presente Artigo. Caso o pedido seja negado, o Acionista Adquirente deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da comunicação da negação, alienar todas as ações que excedam o limite estabelecido no <i>caput</i> do presente Artigo.</del></p> <p><del>§ 2º. — O Acionista Adquirente deverá encaminhar ao Diretor Presidente da Companhia cópia de todos os documentos relacionados ao pedido para a realização da oferta pública que tenham sido entregues à ANTT ou por esta enviados.</del></p> <p><del>§ 3º. — Durante o período entre a solicitação de</del></p>	



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>realização da oferta pública e a resposta, positiva ou negativa, da ANTT, o Acionista Adquirente não poderá adquirir ou alienar quaisquer ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia.</p> <p>§ 4º. A realização da oferta pública de aquisição de ações mencionada no <i>caput</i> deste Artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia formular uma oferta pública concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.</p> <p>§ 5º. O Acionista Adquirente deverá atender a eventuais solicitações ou exigências da CVM, se aplicável, dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.</p> <p>§ 6º. A oferta pública de aquisição de ações deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos, além de, no que couber, outros expressamente previstos no artigo 4º da Instrução CVM nº 361/02:</p> <p>a) ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia;</p> <p>b) ser efetivada em leilão a ser realizado na BM&amp;FBOVESPA;</p> <p>c) ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e</p>	<p><del>realização da oferta pública e a resposta, positiva ou negativa, da ANTT, o Acionista Adquirente não poderá adquirir ou alienar quaisquer ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia.</del></p> <p><del>§ 4º. — A realização da oferta pública de aquisição de ações mencionada no <i>caput</i> deste Artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia formular uma oferta pública concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.</del></p> <p><del>§ 5º. — O Acionista Adquirente deverá atender a eventuais solicitações ou exigências da CVM, se aplicável, dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.</del></p> <p><del>§ 6º. — A oferta pública de aquisição de ações deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos, além de, no que couber, outros expressamente previstos no artigo 4º da Instrução CVM nº 361/02:</del></p> <p><del>a) ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia;</del></p> <p><del>b) ser efetivada em leilão a ser realizado na BM&amp;FBOVESPA;</del></p> <p><del>c) ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e</del></p>	



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da oferta pública;</p> <p>d) ser imutável e irrevogável após a publicação no edital de oferta, nos termos da Instrução CVM nº. 361/02;</p> <p>e) ser lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto neste Artigo e liquidada à vista, em moeda corrente nacional.</p> <p>§ 7º. O preço a ser ofertado pelas ações de emissão da Companhia objeto da oferta pública não poderá ser inferior ao resultado obtido de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:</p> <p>Preço Oferta = Valor da Ação + Prêmio onde:</p> <p>“PREÇO OFERTA” corresponde ao preço de aquisição de cada ação de emissão da Companhia na oferta pública de ações prevista neste Artigo.</p> <p>“PRÊMIO” corresponde a 35% do Valor da Ação.</p> <p>“VALOR DA AÇÃO”, sempre considerado com duas casas decimais, corresponde ao maior valor entre:</p> <p>a) o maior preço de emissão das ações praticado em aumento de capital realizado mediante distribuição pública ou privada (exceto aquele decorrente do plano de opção de compra de ações aprovado pelo Conselho de</p>	<p><del>dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da oferta pública;</del></p> <p><del>d) ser imutável e irrevogável após a publicação no edital de oferta, nos termos da Instrução CVM nº. 361/02;</del></p> <p><del>e) ser lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto neste Artigo e liquidada à vista, em moeda corrente nacional.</del></p> <p><del>§ 7º. O preço a ser ofertado pelas ações de emissão da Companhia objeto da oferta pública não poderá ser inferior ao resultado obtido de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:</del></p> <p><del>Preço Oferta = Valor da Ação + Prêmio onde:</del></p> <p><del>“PREÇO OFERTA” corresponde ao preço de aquisição de cada ação de emissão da Companhia na oferta pública de ações prevista neste Artigo.</del></p> <p><del>“PRÊMIO” corresponde a 35% do Valor da Ação.</del></p> <p><del>“VALOR DA AÇÃO”, sempre considerado com duas casas decimais, corresponde ao maior valor entre:</del></p> <p><del>a) o maior preço de emissão das ações praticado em aumento de capital realizado mediante distribuição pública ou privada (exceto aquele decorrente do plano de opção de compra de ações aprovado pelo Conselho de</del></p>	



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>Administração) ocorrido no período de 24 (vinte e quatro) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da oferta pública de aquisição de ações nos termos deste Artigo 43, devidamente atualizado pelo IPCA (ou outro índice que vier a substituí-lo) até o momento do pagamento;</p> <p>b) cotação unitária média ponderada de fechamento das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 (noventa) dias anteriores à realização da oferta pública de aquisição de ações.</p> <p>c) no período de 5 (cinco) anos contados do início da vigência deste Artigo 43 – 20 (vinte) vezes o EBITDA Consolidado Médio da Companhia de Dois Anos relativo ao trimestre mais recente, resultado do qual será deduzido o Endividamento Consolidado Líquido da Companhia, e a seguir dividido pelo Número Total de Ações da Companhia; e</p> <p>d) após o período de 5 (cinco) anos contados do início da vigência deste Artigo 43 - média aritmética dos 20 (vinte) últimos valores trimestrais obtidos da divisão de Valor da Empresa por EBITDA Consolidado Médio da Companhia de Dois Anos. O resultado será multiplicado pelo EBITDA Consolidado Médio da Companhia de Dois Anos relativo ao trimestre mais recente e, a seguir, será deduzido o Endividamento Consolidado Líquido da Companhia. O resultado será dividido pelo Número Total de Ações da Companhia. A média aritmética citada acima não poderá ser inferior a 12 (doze).</p>	<p><del>Administração) ocorrido no período de 24 (vinte e quatro) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da oferta pública de aquisição de ações nos termos deste Artigo 43, devidamente atualizado pelo IPCA (ou outro índice que vier a substituí-lo) até o momento do pagamento;</del></p> <p><del>b) cotação unitária média ponderada de fechamento das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 (noventa) dias anteriores à realização da oferta pública de aquisição de ações.</del></p> <p><del>e) no período de 5 (cinco) anos contados do início da vigência deste Artigo 43 – 20 (vinte) vezes o EBITDA Consolidado Médio da Companhia de Dois Anos relativo ao trimestre mais recente, resultado do qual será deduzido o Endividamento Consolidado Líquido da Companhia, e a seguir dividido pelo Número Total de Ações da Companhia; e</del></p> <p><del>d) após o período de 5 (cinco) anos contados do início da vigência deste Artigo 43 - média aritmética dos 20 (vinte) últimos valores trimestrais obtidos da divisão de Valor da Empresa por EBITDA Consolidado Médio da Companhia de Dois Anos. O resultado será multiplicado pelo EBITDA Consolidado Médio da Companhia de Dois Anos relativo ao trimestre mais recente e, a seguir, será deduzido o Endividamento Consolidado Líquido da Companhia. O resultado será dividido pelo Número Total de Ações da Companhia. A média aritmética citada acima não poderá ser inferior a 12 (doze).</del></p>	



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>§ 8º. Os cálculos referidos no parágrafo anterior deverão ser efetuados com 5 (cinco) casas decimais, devendo o preço final da ação ser expresso com 2 (duas) casas decimais, observando-se a seguinte regra de arredondamento: (i) será feito da última casa decimal para a anterior; (ii) havendo um número de casas decimais maior do que 5 (cinco), o arredondamento será feito da 5ª (quinta) casa decimal para a anterior; (iii) será excluído o algarismo da última casa decimal ou da 5ª (quinta) casa decimal (conforme o caso), se igual ou menor do que 5 (cinco) (inclusive o zero); (iv) caso o algarismo da última casa decimal ou da 5ª (quinta) casa decimal (conforme o caso), for maior do que 5 (cinco), será aumentado em uma unidade o algarismo da casa decimal anterior.</p> <p>§ 9º. Na hipótese de o Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos: (i) para a solicitação de autorização à ANTT para realização da oferta pública; (ii) para a realização da oferta pública de compra de ações; ou (iii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o acionista ou Grupo de Acionistas em questão ficará impedido de votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos seus direitos de acionista, conforme disposto no Artigo 10º do presente Estatuto Social.</p> <p>§ 10º. Para fins do cálculo do percentual de 20%</p>	<p><del>§ 8º. — Os cálculos referidos no parágrafo anterior deverão ser efetuados com 5 (cinco) casas decimais, devendo o preço final da ação ser expresso com 2 (duas) casas decimais, observando-se a seguinte regra de arredondamento: (i) será feito da última casa decimal para a anterior; (ii) havendo um número de casas decimais maior do que 5 (cinco), o arredondamento será feito da 5ª (quinta) casa decimal para a anterior; (iii) será excluído o algarismo da última casa decimal ou da 5ª (quinta) casa decimal (conforme o caso), se igual ou menor do que 5 (cinco) (inclusive o zero); (iv) caso o algarismo da última casa decimal ou da 5ª (quinta) casa decimal (conforme o caso), for maior do que 5 (cinco), será aumentado em uma unidade o algarismo da casa decimal anterior.</del></p> <p><del>§ 9º. — Na hipótese de o Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos: (i) para a solicitação de autorização à ANTT para realização da oferta pública; (ii) para a realização da oferta pública de compra de ações; ou (iii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o acionista ou Grupo de Acionistas em questão ficará impedido de votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos seus direitos de acionista, conforme disposto no Artigo 10º do presente Estatuto Social.</del></p> <p><del>§ 10º. — Para fins do cálculo do percentual de 20%</del></p>	



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>(vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no <i>caput</i> deste Artigo, não serão computados os aumentos percentuais involuntários de participação no capital social resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, de resgate de ações de emissão da Companhia ou de redução do capital social da Companhia com cancelamento de ações.</p> <p>§ 11º. Na hipótese de o ofertante vir a se tornar, em decorrência da oferta pública de que trata este Artigo, titular de ações ou de direitos de sócio representando mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social, a limitação do número de votos prevista Artigo 9º no deixará de ser aplicável.</p> <p>§ 12º. O disposto neste Artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão, em decorrência:</p> <p>a) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia ou da incorporação da Companhia por uma outra sociedade;</p> <p>b) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia ou da incorporação de ações da Companhia por uma outra sociedade;</p> <p>c) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral, convocada pelo</p>	<p><del>(vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no <i>caput</i> deste Artigo, não serão computados os aumentos percentuais involuntários de participação no capital social resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, de resgate de ações de emissão da Companhia ou de redução do capital social da Companhia com cancelamento de ações.</del></p> <p><del>§ 11º. — Na hipótese de o ofertante vir a se tornar, em decorrência da oferta pública de que trata este Artigo, titular de ações ou de direitos de sócio representando mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social, a limitação do número de votos prevista Artigo 9º no deixará de ser aplicável.</del></p> <p><del>§ 12º. — O disposto neste Artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão, em decorrência:</del></p> <p><del>a) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia ou da incorporação da Companhia por uma outra sociedade;</del></p> <p><del>b) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia ou da incorporação de ações da Companhia por uma outra sociedade;</del></p> <p><del>c) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral, convocada pelo</del></p>	



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base no critério previsto no § 7º, deste Artigo 43; ou</p> <p>d) de oferta pública para a aquisição da totalidade das ações da Companhia e que atenda ao disposto neste Artigo.</p> <p>§ 13º. A obrigação de realização de oferta pública prevista neste Artigo poderá ser suprimida, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral convocada para este fim, ficando impedido de votar o acionista que tenha interesse conflitante com a matéria. O Conselho de Administração deverá convocar a Assembleia Geral para deliberar a supressão do disposto neste Artigo 43, no todo ou em parte, hipóteses em que deverá disponibilizar aos acionistas as informações de conhecimento da administração da Companhia que justifiquem tal supressão e a manifestação do Conselho de Administração sobre a matéria.</p>	<p><del>Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base no critério previsto no § 7º, deste Artigo 43; ou</del></p> <p><del>d) de oferta pública para a aquisição da totalidade das ações da Companhia e que atenda ao disposto neste Artigo.</del></p> <p><del>§ 13º. — A obrigação de realização de oferta pública prevista neste Artigo poderá ser suprimida, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral convocada para este fim, ficando impedido de votar o acionista que tenha interesse conflitante com a matéria. O Conselho de Administração deverá convocar a Assembleia Geral para deliberar a supressão do disposto neste Artigo 43, no todo ou em parte, hipóteses em que deverá disponibilizar aos acionistas as informações de conhecimento da administração da Companhia que justifiquem tal supressão e a manifestação do Conselho de Administração sobre a matéria.</del></p>	
<p><b>CAPÍTULO VIII. NORMAS ESTATUTÁRIAS EXIGIDAS PELO REGULAMENTO DO NOVO MERCADO</b></p> <p><b>Artigo 44.</b> Na hipótese de não haver Acionista Controlador, tal como definido no Regulamento do Novo Mercado, sempre que for aprovada, em Assembleia Geral a saída da Companhia do Novo Mercado, seja para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, seja</p>	<p><del><b>CAPÍTULO VIII. NORMAS ESTATUTÁRIAS EXIGIDAS PELO REGULAMENTO DO NOVO MERCADO</b></del></p> <p><del><b>Artigo 44.</b> Na hipótese de não haver Acionista Controlador, tal como definido no Regulamento do Novo Mercado, sempre que for aprovada, em Assembleia Geral a saída da Companhia do Novo Mercado, seja para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, seja</del></p>	<p>Exclusão de previsão em decorrência da Companhia ter deixado de fazer parte do segmento de governança corporativa do Novo Mercado.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no Artigo 46 abaixo.</p> <p>§ 1º. A referida Assembleia deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) à Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. Na ausência de definição do(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.</p> <p>§ 2º. Na oferta pública de aquisição de ações para fins do disposto neste Artigo, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação.</p> <p>§ 3º. O laudo de avaliação de que tratam este Artigo e os Artigos 45, Artigo 46, Artigo 47 deste Estatuto deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada, e independente quanto ao poder de decisão da Companhia,</p>	<p><del>em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no Artigo 46 abaixo.</del></p> <p><del>§ 1º. — A referida Assembleia deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) à Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. Na ausência de definição do(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.</del></p> <p><del>§ 2º. — Na oferta pública de aquisição de ações para fins do disposto neste Artigo, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação.</del></p> <p><del>§ 3º. — O laudo de avaliação de que tratam este Artigo e os Artigos 45, Artigo 46, Artigo 47 deste Estatuto deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada, e independente quanto ao poder de decisão da Companhia,</del></p>	





AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>seus administradores e/ou Acionistas Controladores, quando aplicável, devendo o laudo, também, satisfazer os requisitos do § 1º, do art. 8º, da Lei n.º 6.404/76 conter a responsabilidade prevista no § 6º, do mesmo artigo da lei.</p> <p>§ 4º. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria absoluta dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação da Companhia presentes na Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Ações em Circulação ou, se instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.</p> <p>§ 5º. Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelos ofertante.</p>	<p><del>seus administradores e/ou Acionistas Controladores, quando aplicável, devendo o laudo, também, satisfazer os requisitos do § 1º, do art. 8º, da Lei n.º 6.404/76 conter a responsabilidade prevista no § 6º, do mesmo artigo da lei.</del></p> <p><del>§ 4º. — A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria absoluta dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação da Companhia presentes na Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Ações em Circulação ou, se instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.</del></p> <p><del>§ 5º. — Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelos ofertante.</del></p>	
<p><b>Artigo 45.</b> Na hipótese de a saída da Companhia do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, deverá ser realizada oferta pública de aquisição de ações, no mínimo pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que</p>	<p><del><b>Artigo 45.</b> Na hipótese de a saída da Companhia do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, deverá ser realizada oferta pública de aquisição de ações, no mínimo pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que</del></p>	<p>Exclusão de previsão em decorrência da Companhia ter deixado de fazer parte do segmento de governança corporativa do Novo Mercado.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>tratam os §§ 2º, 3º e 4º do Artigo 44 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis:</p> <p>(i) havendo Acionista Controlador, caberá a este efetivar a oferta pública de aquisição de ações; e</p> <p>(ii) não havendo Acionista Controlador, (i) caso o descumprimento decorra de deliberação em Assembleia Geral, a oferta pública de aquisição de ações referida no caput deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o descumprimento e (ii) caso o descumprimento decorra de ato ou fato da administração, os administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.</p> <p>§ 1º. Caso a Assembleia Geral mencionada no item (i) deste Artigo delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) à Assembleia, deverá(ao) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.</p> <p>§ 2º. A oferta pública referida nos itens (i) e (ii)</p>	<p><del>2º, 3º e 4º do Artigo 44 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis:</del></p> <p><del>(i) — havendo Acionista Controlador, caberá a este efetivar a oferta pública de aquisição de ações; e</del></p> <p><del>(ii) — não havendo Acionista Controlador, (i) caso o descumprimento decorra de deliberação em Assembleia Geral, a oferta pública de aquisição de ações referida no caput deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o descumprimento e (ii) caso o descumprimento decorra de ato ou fato da administração, os administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.</del></p> <p><del>§ 1º. — Caso a Assembleia Geral mencionada no item (i) deste Artigo delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) à Assembleia, deverá(ao) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.</del></p> <p><del>§ 2º. — A oferta pública referida nos itens (i) e (ii)</del></p>	



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>deverá ser efetivada, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos § 2º, § 3º, § 4º, do Artigo 44 deste Estatuto Social.</p>	<p><del>deverá ser efetivada, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos § 2º, § 3º, § 4º, do Artigo 44 deste Estatuto Social.</del></p>	
<p><b>Artigo 46.</b> Na hipótese de haver Acionista Controlador, tal como definido no Regulamento do Novo Mercado, caso os acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem (i) a saída da Companhia do Novo Mercado, para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro fora do Novo Mercado; ou (ii) a reorganização societária da qual a sociedade resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o Acionista Controlador ou Grupo de Acionistas, que detiver o Controle da Companhia, deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos § 2º, § 3º, § 4º, do Artigo 44 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.</p>	<p><del><b>Artigo 46.</b> Na hipótese de haver Acionista Controlador, tal como definido no Regulamento do Novo Mercado, caso os acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem (i) a saída da Companhia do Novo Mercado, para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro fora do Novo Mercado; ou (ii) a reorganização societária da qual a sociedade resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o Acionista Controlador ou Grupo de Acionistas, que detiver o Controle da Companhia, deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos § 2º, § 3º, § 4º, do Artigo 44 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.</del></p>	<p>Exclusão de previsão em decorrência da Companhia ter deixado de fazer parte do segmento de governança corporativa do Novo Mercado.</p>
<p><b>Artigo 47.</b> Caso ocorra o cancelamento do registro de companhia aberta, a Companhia ou o Acionista Controlador, deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos § 2º, § 3º, § 4º, do Artigo 44 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.</p>	<p><del><b>Artigo 47.</b> Caso ocorra o cancelamento do registro de companhia aberta, a Companhia ou o Acionista Controlador, deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos § 2º, § 3º, § 4º, do Artigo 44 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.</del></p>	<p>Exclusão de previsão em decorrência da Companhia ter deixado de fazer parte do segmento de governança corporativa do Novo Mercado.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p><b>Artigo 48.</b> Observado o disposto neste Estatuto Social a alienação de Controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando (i) os requisitos da legislação brasileira de transportes terrestres e (ii) as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.</p> <p><b>§ 1º.</b> A oferta pública referida acima ainda será exigida:</p> <p>a) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do Controle da Companhia; e</p> <p>b) em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, neste caso o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&amp;FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.</p> <p><b>§ 2º.</b> A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente, ou para</p>	<p><del><b>Artigo 48.</b> Observado o disposto neste Estatuto Social a alienação de Controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando (i) os requisitos da legislação brasileira de transportes terrestres e (ii) as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.</del></p> <p><del><b>§ 1º.</b> A oferta pública referida acima ainda será exigida:</del></p> <p><del>a) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do Controle da Companhia; e</del></p> <p><del>b) em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, neste caso o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&amp;FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.</del></p> <p><del><b>§ 2º.</b> A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente, ou para</del></p>	<p>Exclusão de previsão em decorrência da Companhia ter deixado de fazer parte do segmento de governança corporativa do Novo Mercado.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>aquele(s) que vier(em) a deter o Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.</p> <p>§ 3º. Observado o disposto neste Estatuto Social, a Companhia não registrará acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto os seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.</p>	<p><del>aquele(s) que vier(em) a deter o Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.</del></p> <p><del>§ 3º. — Observado o disposto neste Estatuto Social, a Companhia não registrará acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto os seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.</del></p>	
<p><b>Artigo 49.</b> Observado o disposto neste Estatuto Social e sem prejuízo da observância do disposto no Artigo 42 acima, aquele que a adquirir o seu Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:</p> <p>a) efetivar a oferta pública referida no Artigo acima; e</p> <p>b) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo À</p>	<p><del><b>Artigo 49.</b> — Observado o disposto neste Estatuto Social e sem prejuízo da observância do disposto no Artigo 42 acima, aquele que a adquirir o seu Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:</del></p> <p><del>a) — efetivar a oferta pública referida no Artigo acima; e</del></p> <p><del>b) — pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo À</del></p>	<p>Exclusão de previsão em decorrência da Companhia ter deixado de fazer parte do segmento de governança corporativa do Novo Mercado.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.	<del>BM&amp;FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.</del>	
<b>Artigo 50.</b> É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.	<del><b>Artigo 50.</b> É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.</del>	Exclusão de previsão em decorrência da Companhia ter deixado de fazer parte do segmento de governança corporativa do Novo Mercado.
<b>Artigo 51.</b> A Companhia ou os acionistas responsáveis pela efetivação de oferta pública de aquisição de ações prevista neste Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.  <b>Parágrafo Único.</b> Não obstante o disposto no Artigo 43, Artigo 50 e Artigo 51 deste Estatuto Social, as disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas mencionadas nos referidos Artigos.	<del><b>Artigo 51.</b> A Companhia ou os acionistas responsáveis pela efetivação de oferta pública de aquisição de ações prevista neste Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.  <b>Parágrafo Único.</b> Não obstante o disposto no Artigo 43, Artigo 50 e Artigo 51 deste Estatuto Social, as disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas mencionadas nos referidos Artigos.</del>	Exclusão de previsão em decorrência da Companhia ter deixado de fazer parte do segmento de governança corporativa do Novo Mercado.



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO IX. JUÍZO ARBITRAL</b></p> <p><b>Artigo 52.</b> A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do conselho fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei n.º 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem e do Regulamento de Sanções.</p>	<p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO IX. JUÍZO ARBITRAL</b></p> <p><b>Artigo <del>52.</del><u>36.</u></b> A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do <del>conselho fiscal</del><u>Conselho Fiscal</u> obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, <u>perante a Câmara de Arbitragem do Mercado</u> <del>perante a Câmara de Arbitragem do Mercado</del>, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada <del>com</del> ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei n.º 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela <del>CVM</del><u>Comissão de Valores Mobiliários</u>, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes <del>do Regulamento de Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem e do Regulamento de Sanções</del><u>da Câmara de Arbitragem do Mercado</u>.</p>	<p>Somente ajustes de redação.</p>
<p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO X. DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS</b></p> <p><b>Artigo 53.</b> A Companhia observará os Acordos de Acionistas registrados na forma do art. 118, da Lei n.º 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos e ao Presidente das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração abster-se de computar os votos lançados contra os mesmos acordos.</p>	<p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO <del>X.</del><u>VIII</u> – DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS</b></p> <p><b>Artigo <del>53.</del><u>37.</u></b> A Companhia observará os <del>Acordos</del><u>acordos</u> de <del>Acionistas</del><u>acionistas</u> registrados na forma do art. 118, da Lei n.º 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos e aos Presidentes das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração abster-se de computar os votos lançados contra os mesmos acordos.</p>	<p>Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.</p> <p>Somente ajustes de redação.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>§ 1º. Em atendimento à Resolução n.º 3514/10, da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, não será arquivado pela Companhia acordo de acionistas sem a prévia anuência da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.</p> <p>§ 2º. Não será arquivado pela Companhia acordo de acionistas sobre exercício do direito de voto que conflite com as disposições deste Estatuto.</p>	<p><del>§ 1º. — Em atendimento à Resolução n.º 3514/10, da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, não será arquivado pela Companhia acordo de acionistas sem a prévia anuência da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.</del></p> <p><del>§ 2º</del><b>Parágrafo Único.</b> Não será arquivado pela Companhia acordo de acionistas sobre exercício do direito de voto que conflite com as disposições deste Estatuto <u>Social</u>.</p>	
<p><b>Artigo 54.</b> Permanecerão à disposição dos acionistas na sede da Companhia os contratos com Partes Relacionadas e eventuais contratos que estabeleçam programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.</p>	<p><del>Artigo 54. — Permanecerão à disposição dos acionistas na sede da Companhia os contratos com Partes Relacionadas e eventuais contratos que estabeleçam programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia</del></p>	Exclusão de previsão em decorrência da Companhia ter deixado de fazer parte do segmento de governança corporativa do Novo Mercado.
<p><b>Artigo 55.</b> Para fins deste Estatuto Social, os termos indicados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:</p> <p>“<u>Acionista Controlador</u>” significa o acionista ou o Grupo de Acionistas que exerça o Poder de Controle da Companhia.</p> <p>“<u>Acionista Controlador Alienante</u>” significa o Acionista Controlador quando este promove a alienação de Controle da Companhia.</p> <p>“<u>Ações em Circulação</u>” significam todas as ações emitidas pela Companhia excetuadas as ações detidas</p>	<p><del>Artigo 55. — Para fins deste Estatuto Social, os termos indicados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:</del></p> <p><del>“<u>Acionista Controlador</u>” significa o acionista ou o Grupo de Acionistas que exerça o Poder de Controle da Companhia.</del></p> <p><del>“<u>Acionista Controlador Alienante</u>” significa o Acionista Controlador quando este promove a alienação de Controle da Companhia.</del></p> <p><del>“<u>Ações em Circulação</u>” significam todas as ações emitidas pela Companhia excetuadas as ações detidas</del></p>	Alterações decorrentes dos demais ajustes anteriores.





AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>pelo Acionista Controlador, por pessoas a eles vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.</p> <p>“EBITDA Consolidado da Companhia” é apurado trimestralmente nas datas de divulgação dos ITR’s e significa a soma dos 4 (quatro) valores retroativos ao trimestre que se calcula, do lucro operacional consolidado da Companhia antes das despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação, exaustão e amortização, divulgados nas ITR’s já auditadas e publicadas. .</p> <p>“EBITDA Consolidado Médio da Companhia de Dois Anos” é apurado trimestralmente nas datas de divulgação dos ITR's e significa a média aritmética dos 8 (oito) valores retroativos ao trimestre que se calcula, do EBITDA Consolidado da Companhia.</p> <p>“Endividamento Consolidado Líquido da Companhia” corresponde à <u>Dívida Onerosa Consolidada da Companhia</u> subtraída do <u>Caixa</u>, tal como a seguir definido: (i) Caixa significa o somatório das aplicações financeiras de curto prazo da Companhia, tais como cotas de Fundos de Investimentos Financeiros, CDBs, RDBs, letras hipotecárias e outras e (ii) Dívida Onerosa Consolidada significa o somatório, em uma determinada data, das dívidas de empréstimos, financiamentos e parcelamentos do Passivo Circulante e do Passivo Exigível a Longo Prazo, conforme demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Não serão considerados para o fim de determinação de Dívida</p>	<p><del>pelo Acionista Controlador, por pessoas a eles vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.</del></p> <p><del>“EBITDA Consolidado da Companhia” é apurado trimestralmente nas datas de divulgação dos ITR’s e significa a soma dos 4 (quatro) valores retroativos ao trimestre que se calcula, do lucro operacional consolidado da Companhia antes das despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação, exaustão e amortização, divulgados nas ITR’s já auditadas e publicadas. .</del></p> <p><del>“EBITDA Consolidado Médio da Companhia de Dois Anos” é apurado trimestralmente nas datas de divulgação dos ITR's e significa a média aritmética dos 8 (oito) valores retroativos ao trimestre que se calcula, do EBITDA Consolidado da Companhia.</del></p> <p><del>“Endividamento Consolidado Líquido da Companhia” corresponde à Dívida Onerosa Consolidada da Companhia subtraída do Caixa, tal como a seguir definido: (i) Caixa significa o somatório das aplicações financeiras de curto prazo da Companhia, tais como cotas de Fundos de Investimentos Financeiros, CDBs, RDBs, letras hipotecárias e outras e (ii) Dívida Onerosa Consolidada significa o somatório, em uma determinada data, das dívidas de empréstimos, financiamentos e parcelamentos do Passivo Circulante e do Passivo Exigível a Longo Prazo, conforme demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Não serão considerados para o fim de determinação de Dívida</del></p>	



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>Líquida os empréstimos e financiamentos entre as empresas controladas pela Companhia.</p> <p>“<u>TTR</u>” significa o formulário de informações trimestrais apresentado pela Companhia à CVM.</p> <p>“<u>Número Total de Ações da Companhia</u>” corresponde ao Número total de ações de emissão da Companhia deduzido das ações mantidas em tesouraria.</p> <p>“<u>Partes Relacionadas</u>” significa as relações estabelecidas pela Companhia com suas Controlada(s) e coligada(s), seus administradores, seu Acionista Controlador e, ainda, entre a Companhia e sociedade(s) controlada(s) e coligada(s) dos administradores e do(s) Acionista(s) Controlador(es), assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito.</p> <p>“<u>Poder de Controle</u>” (bem como seus termos correlatos, “<u>sob Controle Comum</u>” ou “<u>Controle</u>”) significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.</p>	<p><del>Líquida os empréstimos e financiamentos entre as empresas controladas pela Companhia.</del></p> <p><del>“TTR” significa o formulário de informações trimestrais apresentado pela Companhia à CVM.</del></p> <p><del>“Número Total de Ações da Companhia” corresponde ao Número total de ações de emissão da Companhia deduzido das ações mantidas em tesouraria.</del></p> <p>“<u>Partes Relacionadas</u>” significa as relações estabelecidas pela Companhia com suas Controlada(s) e <del>coligada</del><u>Coligada</u>(s), seus administradores, seu Acionista Controlador e, ainda, entre a Companhia e sociedade(s) controlada(s) e coligada(s) dos administradores e do(s) Acionista(s) Controlador(es), assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito.</p> <p><del>“Poder de Controle” (bem como seus termos correlatos, “sob Controle Comum” ou “Controle”) significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.</del></p>	



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
<p>“Valor da Empresa” significa o Número Total de Ações da Companhia multiplicado pela média das cotações de fechamento diárias da ação, ponderada pelo volume de negociação da ação na BMF&amp;BOVESPA no trimestre do respectivo ITR. Do resultado será acrescido o Endividamento Consolidado Líquido da Companhia. No cálculo da média ponderada referente ao último período que anteceder à oferta, deverá ser considerado o período entre o início do último ITR publicado e a data da oferta.</p>	<p><del>“Valor da Empresa” significa o Número Total de Ações da Companhia multiplicado pela média das cotações de fechamento diárias da ação, ponderada pelo volume de negociação da ação na BMF&amp;BOVESPA no trimestre do respectivo ITR. Do resultado será acrescido o Endividamento Consolidado Líquido da Companhia. No cálculo da média ponderada referente ao último período que anteceder à oferta, deverá ser considerado o período entre o início do último ITR publicado e a data da oferta.</del></p> <p><del>Artigo 56. O disposto no Artigo 43 deste Estatuto Social não se aplica aos acionistas ou Grupo de Acionistas, titulares de 20% (vinte por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia na data de sua admissão no Novo Mercado da BM&amp;FBOVESPA e respectivos sucessores, bem como aos signatários do acordo de acionistas hoje arquivado na sede da Companhia, conforme aditado de tempos em tempos, e aos sócios/acionistas dos atuais Acionistas Controladores que vierem a substituí-los na participação direta na Companhia por força de reorganizações societárias.</del></p>	
<p><b>Artigo 56.</b> O disposto no Artigo 43 deste Estatuto Social não se aplica aos acionistas ou Grupo de Acionistas, titulares de 20% (vinte por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia na data de sua admissão no Novo Mercado da BM&amp;FBOVESPA e respectivos sucessores, bem como aos signatários do acordo de acionistas hoje arquivado na sede da Companhia, conforme aditado de tempos em tempos, e aos sócios/acionistas dos atuais Acionistas Controladores</p>	<p><del>Artigo 56. O disposto no Artigo 43 deste Estatuto Social não se aplica aos acionistas ou Grupo de Acionistas, titulares de 20% (vinte por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia na data de sua admissão no Novo Mercado da BM&amp;FBOVESPA e respectivos sucessores, bem como aos signatários do acordo de acionistas hoje arquivado na sede da Companhia, conforme aditado de tempos em tempos, e aos sócios/acionistas dos atuais Acionistas Controladores</del></p>	<p>Exclusão de previsão em decorrência da Companhia ter deixado de fazer parte do segmento de governança corporativa do Novo Mercado.</p>



AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA  
A gente nunca pára.

ESTATUTO SOCIAL ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL	ORIGEM, JUSTIFICATIVA E ANÁLISE DOS EFEITOS DAS ALTERAÇÕES
que vierem a substituí-los na participação direta na Companhia por força de reorganizações societárias.	<del>que vierem a substituí-los na participação direta na Companhia por força de reorganizações societárias.</del>	
<p><b>CAPÍTULO XI. LIQUIDAÇÃO</b></p> <p><b>Artigo 57.</b> A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Compete à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os respectivos honorários.</p>	<p><b>CAPÍTULO <del>XII</del><sup>XIX</sup>. LIQUIDAÇÃO</b></p> <p><b>Artigo <del>57</del><sup>39</sup>.</b> A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Compete à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os respectivos honorários.</p>	Apenas remuneração dos artigos decorrentes da exclusão de artigos anteriores.

\* \* \*

## ANEXO I.3

### VERSÃO PROPOSTA PARA O NOVO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**  
CNPJ/MF n.º 02.387.241/0001-60  
NIRE n.º 413.000.19886  
Companhia Aberta  
Categoria A

### ESTATUTO SOCIAL

#### CAPÍTULO I. DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO

**Artigo 1º.** ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. (“Companhia”) reger-se-á pelo presente Estatuto Social e pela legislação que lhe for aplicável.

**Artigo 2º.** A Companhia tem por objeto desenvolver as atividades abaixo descritas, diretamente, ou através das sociedades, consórcios, empreendimentos e outras formas de associação de que participe ou venha a participar:

- a) prestar serviços de transporte de cargas através dos modais ferroviário e rodoviário, dentre outros, isoladamente ou combinados entre si de forma intermodal ou multimodal, inclusive atuando como operador de transporte multimodal – OTM;
- b) explorar atividades relacionadas, direta ou indiretamente, aos serviços de transporte mencionados na alínea anterior, tais como planejamento logístico, carga, descarga, transbordo, movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, operação portuária, exploração e administração de entrepostos de armazenagem, armazéns gerais e entrepostos aduaneiros do interior;
- c) importar, exportar, comprar, vender, distribuir, arrendar, locar e emprestar contêineres, locomotivas, vagões e outras máquinas, equipamentos e insumos relacionados com as atividades descritas nas alíneas anteriores;
- d) realizar operações de comércio, importação, exportação e distribuição de produtos e gêneros alimentícios, em seu estado “in natura”, brutos, beneficiados ou industrializados, bem como o comércio, a importação, a exportação e a distribuição de embalagens e recipientes correlatos para acondicionamento dos mesmos;
- e) executar todas as atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas nas alíneas anteriores, além de outras que utilizem como base a estrutura da Companhia; e
- f) participar, direta ou indiretamente, de sociedades, consórcios, empreendimentos e outras formas de associação cujo objeto seja relacionado com qualquer das atividades indicadas nas alíneas anteriores.

**Artigo 3º.** A Companhia tem sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Emílio Bertolini, 100, sala 01, Vila Oficinas, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir e fechar filiais, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do País.

**Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

## CAPÍTULO II. CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

**Artigo 5º.** O capital social é de R\$ 3.448.283.431,62 (três bilhões, quatrocentos e quarenta e oito milhões, duzentos e oitenta e três mil, quatrocentos e trinta e um reais e sessenta e dois centavos), dividido exclusivamente em 681.995.165 (seiscentas e oitenta e uma milhões, novecentas e noventa e cinco mil e cento e sessenta e cinco) ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal, sendo vedada a emissão de ações preferenciais.

**§ 1º.** A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 820.000.000 (oitocentos e vinte milhões) ações ordinárias.

**§ 2º.** Competirá ao Conselho de Administração fixar a espécie, a classe, o preço e o número de ações a serem emitidas, bem como o prazo e as condições de integralização, mas a subscrição em bens dependerá da aprovação do laudo de avaliação pela Assembleia Geral, na forma da lei.

**§ 3º.** Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá:

- a) deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição; e
- b) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

**§ 4º.** As ações da Companhia serão todas escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira por decisão e indicação do Conselho de Administração, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º, do art. 35, da Lei nº 6.404/76.

**§ 5º.** É facultado à Companhia suspender os serviços de transferências e desdobramentos de ações e certificados para atender a determinação da Assembleia Geral, não podendo fazê-lo, porém, por mais de 90 (noventa) dias intercalados durante o exercício, e tampouco por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

**§ 6º.** A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias.

**Artigo 6º.** Poderão ser emitidas, sem direito de preferência aos acionistas, ou com redução do prazo mínimo legal para o seu exercício, ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita:

- a) mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública; ou
- b) mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos arts. 257 a 263, da Lei n.º 6.404/76.

## CAPÍTULO III. ACIONISTAS

**Artigo 7º.** Cada ação ordinária conferirá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

**Artigo 8º.** A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta pela Lei nº 6.404/76, sua regulamentação ou por este Estatuto Social.

**§ 1º.** A suspensão poderá ser deliberada pela Assembleia Geral em qualquer reunião em que a matéria constar da ordem do dia.

**§ 2º.** Caberá à Assembleia Geral que aprovar a suspensão dos direitos políticos do acionista estabelecer o alcance da suspensão, além de outros aspectos, sendo vedada a suspensão dos direitos de fiscalização e de pedido de informações assegurados em lei.

**§ 3º.** A suspensão de direitos cessará logo que cumprida a obrigação.

## **CAPÍTULO IV. ASSEMBLEIA GERAL**

**Artigo 9º.** A Assembleia Geral dos Acionistas reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses de cada ano, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que necessário, observadas em sua convocação, instalação e deliberações, as prescrições legais pertinentes.

**§ Único.** A Companhia poderá eventualmente adotar o procedimento eletrônico para realização da Assembleia Geral de Acionistas, observada as prescrições legais pertinentes.

**Artigo 10.** A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, sendo que os trabalhos da assembleia serão dirigidos por mesa composta de presidente e secretário por este indicado.

**Artigo 11.** Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar, na sede da Companhia, além do documento de identidade, comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia expedido, por original ou fac-símile, pela instituição depositária, em até 2 (dois) dias antecedente à data de realização da Assembleia Geral. Os acionistas representados por procuradores deverão exibir os instrumentos de mandato no mesmo prazo e observado o mesmo procedimento previsto para os comprovantes de titularidade de ações de emissão da Companhia, ressalvado, entretanto, que os instrumentos de procuração deverão ser apresentados sempre em original.

**Artigo 12.** Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:

- a) decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- b) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- c) fixar a remuneração do Conselho Fiscal, quando instalado, e dos administradores na forma da lei e deste Estatuto Social; e
- d) escolher empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta.

## **CAPÍTULO V. ADMINISTRAÇÃO**

### **SEÇÃO I. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 13.** Os órgãos de administração da Companhia são o Conselho de Administração e a Diretoria.

§ 1º. O Conselho de Administração poderá, quando julgar necessário, criar comitês com funções de assessoramento e instrução dos assuntos que lhe sejam afetos, definindo a respectiva composição e atribuições específicas.

§ 2º. A remuneração aos membros dos comitês deverá ser proveniente do montante global da remuneração dos administradores, aprovado pela Assembleia geral de acionistas. Caberá ao Conselho de Administração da Companhia especificar a remuneração cabível aos membros dos comitês eventualmente criados. Aqueles que acumularem funções nos comitês e nos órgãos de administração da Companhia deverão optar entre a remuneração pelo exercício da função de administrador e a remuneração pelo exercício da função de membro do comitê em questão.

§ 3º. Aqueles que acumularem funções em mais de um comitê poderão receber a respectiva remuneração adicional, observando-se em relação aos administradores, o dever de opção, previsto no parágrafo anterior.

**Artigo 14.** Os membros do Conselho de Administração, e seus suplentes, serão eleitos pela Assembleia Geral e os da Diretoria pelo Conselho de Administração.

§ 1º. O mandato dos membros do Conselho de Administração é unificado e de no máximo 3 (três anos), permitida a reeleição; inicia-se com a posse mediante termo lavrado em livro próprio e termina sempre simultaneamente, ainda que algum deles tenha sido eleito depois dos demais, mantendo-se no exercício de seus cargos até a investidura dos novos eleitos.

§ 2º. O mandato dos Diretores é de 3 (três) anos, permitida a reeleição; inicia-se com a posse mediante termo lavrado em livro próprio e termina sempre simultaneamente, ainda que algum deles tenha sido eleito depois dos demais, mantendo-se no exercício de seus cargos até a investidura dos novos eleitos.

§ 3º. É permitida a participação sem direito de voto de Diretores nos comitês criados pelo Conselho de Administração, observado ainda o disposto nos § 2º e § 3º do Artigo 13.

**Artigo 15.** A remuneração dos administradores será fixada pela Assembleia Geral com a especificação do montante relativo à remuneração fixa e variável a ser distribuída para o Conselho de Administração e para a Diretoria, cabendo ao Conselho de Administração a alocação da remuneração entre seus membros e os membros da Diretoria.

**Artigo 16.** A substituição dos administradores far-se-á de acordo com as seguintes regras:

- a) no caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores, inclusive do Diretor-Presidente, as funções do Diretor ausente ou impedido serão acumuladas por outro Diretor, por designação do Diretor ausente. Em caso de impedimento ou na falta de indicação pelo Diretor ausente do substituto temporário, este será indicado pelo Diretor-Presidente;
- b) no caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, este será substituído pelo respectivo suplente, quando indicado, sendo que, na ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho, será o mesmo substituído pelo Conselheiro indicado pelo Presidente, efetivando-se o suplente, quando indicado, do Presidente na condição de Conselheiro;



- c) no caso de vacância de qualquer dos cargos de Diretor, inclusive o de Diretor-Presidente, as suas funções serão exercidas cumulativamente pelo Diretor para esse efeito indicado em reunião de Diretoria, que exercerá tais funções até a primeira reunião do Conselho de Administração que se seguir à vacância;
- d) no caso de vacância de qualquer cargo do Conselho de Administração, será o mesmo exercido pelo respectivo suplente, sendo que, na vacância do Presidente, caberá aos membros do Conselho de Administração designarem, dentre os demais, o Conselheiro que exercerá suas funções até o restante do mandato do substituído, efetivando-se o suplente do Presidente substituído na condição de Conselheiro.

## SEÇÃO II. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Artigo 17.** O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 15 (quinze) membros efetivos, sendo facultada a indicação de suplentes.

**§ Único.** O Conselho de Administração será presidido por um Presidente ou por quem este indicar, sendo que o presidente será indicado pela Assembleia Geral que os eleger. Em caso de ausência do Presidente ou da sua indicação, o Conselho de Administração será presidido pelo Vice-Presidente.

**Artigo 18.** Ressalvada a hipótese de eleição por voto múltiplo na forma da lei, os membros do Conselho de Administração serão eleitos através de votação individual realizada pelos acionistas em assembleia geral.

**§ Único.** Por proposta do Conselho de Administração, aprovada por maioria de seus membros, será indicada uma chapa, devendo a administração da Companhia, até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a Assembleia Geral, enviar à bolsa de valores, inserir em site da rede mundial de computadores e manter disponível para os acionistas na sede da Companhia, documento com o nome, a qualificação e o *curriculum* dos candidatos a membros e suplentes integrantes da chapa formada nos termos deste § único.

**Artigo 19.** O Conselho de Administração reúne-se, em caráter ordinário, trimestralmente, sempre que convocado pelo Presidente, a quem cabe fixar a respectiva ordem do dia. As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, e os documentos que suportarem a ordem do dia, tanto para as reuniões ordinárias como para as extraordinárias, deverão ser encaminhados juntamente com a convocação.

**Parágrafo Único.** O Presidente deverá convocar o Conselho de Administração quando tal pedido, devidamente fundamentado, com indicação da matéria a tratar, lhe for apresentado:

- a) por pelo menos 2 (dois) Conselheiros; ou
- b) pelo Diretor-Presidente.

**Artigo 20.** O Conselho de Administração funciona com a presença da maioria de seus membros, e delibera por maioria de votos.

**§ 1º.** Os membros do Conselho de Administração poderão excepcionalmente participar das reuniões por intermédio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do referido membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração serão considerados presentes à reunião e deverão assinar a correspondente ata.

§ 2º. Qualquer membro do Conselho de Administração poderá se fazer representar por seu suplente, quando indicado, ou, na ausência deste, por outro conselheiro. Qualquer membro do Conselho de Administração poderá se fazer assessorar por seu respectivo suplente, quando indicado.

**Artigo 21.** Compete ao Conselho de Administração:

- (i) eleger e destituir os diretores e fixar suas atribuições;
- (ii) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de qualquer de suas sociedades controladas;
- (iii) aprovar os planos de negócios, o planejamento estratégico, planos de trabalho, política de operações financeiras e comerciais, orçamentos anuais e plurianuais, os planos de investimentos em despesas de capital (“CAPEX”) e os novos programas de expansão da Companhia e de suas sociedades controladas, bem como acompanhar a sua execução;
- (iv) fiscalizar a gestão dos diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia e de suas sociedades controladas, solicitando informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- (v) convocar Assembleia Geral, sempre que necessário ou exigido por lei e nos termos deste Estatuto Social;
- (vi) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria e demonstrações financeiras anuais e/ou intermediárias e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício;
- (vii) deliberar sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado;
- (viii) deliberar sobre a realização pela Companhia ou por uma de suas controladas, de oferta pública de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, incluindo a definição, termos de liquidez e precificação de potencial venda pública de ações;
- (ix) autorizar a negociação, pela Companhia e por suas controladas, de ações de sua respectiva emissão, inclusive aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão (a) para manutenção em tesouraria, cancelamento e/ou posterior alienação; ou (b) por doação;
- (x) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia;
- (xi) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis ou não em ações (observado o disposto no Artigo 6º deste Estatuto Social em relação à emissão de debêntures conversíveis em ações), e de notas promissórias para distribuição pública nos termos da Instrução CVM n.º 134 de 1º de novembro de 1990;
- (xii) autorizar a aquisição, venda, arrendamento, cessão, transferência ou outra alienação ou oneração de bens do ativo não-circulante da Companhia ou de qualquer de suas sociedades controladas, bem como de participações pela Companhia ou suas controladas em valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) e, ainda, aprovar a alienação, arrendamento ou outra forma de disposição dos direitos de concessão das sociedades em que a Companhia participar, observado o que vier a ser determinado em resolução do próprio Conselho de Administração;
- (xiii) aprovar a contratação pela Companhia ou suas controladas de empréstimos ou financiamentos em valores, superiores a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) (exceto operações de refinanciamento, prorrogação ou alteração de operações de captação de empréstimos ou financiamentos anteriormente contratadas pela Companhia, cuja competência será da Diretoria);
- (xiv) aprovar a prestação de garantias reais ou pessoais, de qualquer natureza, em valores superiores a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), ficando dispensada a prévia aprovação quando (a) tratar-se de prestação de fiança em contrato de locação para moradia de funcionário ou diretor; ou (b) o terceiro for uma sociedade investida da Companhia e a garantia seja proporcional à participação detida pela Companhia em referida sociedade;
- (xv) autorizar a realização de atos que importem em renúncia de direitos pela Companhia em valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais);

- (xvi) autorizar a celebração de contratos pela Companhia ou por qualquer de suas sociedades controladas em valor agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais);
- (xvii) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresentar para sua deliberação ou a serem submetidos à Assembleia Geral;
- (xviii) deliberar sobre a suspensão das atividades da Companhia e de qualquer de suas sociedades controladas;
- (xix) avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia e suas sociedades controladas que não estejam na esfera de competência privativa da Assembleia Geral;
- (xx) propor à deliberação da Assembleia Geral a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício, observado o disposto neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações;
- (xxi) declarar dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital próprio nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da legislação aplicável;
- (xxii) estabelecer remuneração variável aos administradores e autorizar contribuições da Companhia e suas controladas para associações de empregados, fundos de previdência, entidades assistenciais ou recreativas;
- (xxiii) manifestar-se a respeito do preço de emissão por ação em qualquer aumento de capital a ser submetido à Assembleia Geral;
- (xxiv) deliberar sobre programa, acordo, plano de opção, de benefício ou outro plano de remuneração para administradores, empregados, executivos não empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade controlada, sem direito de preferência para os acionistas, no âmbito de plano previamente aprovado pela Assembleia Geral;
- (xxv) aprovar a celebração pela Companhia ou uma de suas controladas de contrato de joint venture ou aquisição de ações do capital social, títulos ou valores mobiliários conversíveis em ou permutáveis por ações, bônus de subscrição, opções ou outros direitos relativos a compra ou aquisição de ações do capital social, títulos ou valores mobiliários conversíveis em ou permutáveis por ações;
- (xxvi) aprovar a participação da Companhia e/ou uma de suas controladas em grupos de sociedades de acordo com o disposto no Artigo 265 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xxvii) aprovar a contratação, alteração, qualquer forma de renegociação ou reajuste, ou rescisão de operações com Partes Relacionadas pela Companhia e/ou suas controladas, observado o previsto no §1.º abaixo;
- (xxviii) aprovar a criação de comitês especializados para auxílio do Conselho de Administração;
- (xxix) aprovar a participação da Companhia em licitações envolvendo concessões;
- (xxx) aprovar a declaração, pela Companhia, do vencimento antecipado, protesto ou execução judicial ou extrajudicial de direitos de sua titularidade em valor individual relevante a ser oportunamente fixado e revisado pelo Conselho de Administração;
- (xxxi) nomear, dar posse, destituir, aceitar renúncia e substituir membros do Comitê de Auditoria observadas as disposições da regulamentação em vigor;
- (xxxii) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, bem como fixar o orçamento anual ou por projeto destinados a cobrir as despesas para o funcionamento do Comitê de Auditoria, incluindo custos com contratação de prestadores de serviços e consultores externos;
- (xxxiii) examinar e aprovar o regimento interno, bem como as regras operacionais, em gênero, para funcionamento do Comitê de Auditoria;
- (xxxiv) reunir-se, ao menos, trimestralmente com o Comitê de Auditoria, se constituído; e
- (xxxv) examinar e avaliar os relatórios semestrais e anuais do Comitê de Auditoria.

**§ 1º.** Poderá, a critério do Conselho de Administração, ser criado órgão de auditoria interna subordinado diretamente ao Presidente do Conselho de Administração, vedada a delegação por este a outro órgão da Companhia.

§ 2º. O Conselho de Administração poderá ter um Secretário Executivo, que terá a incumbência de preparar e distribuir os documentos que suportarem as matérias da ordem do dia e lavrar as atas.

### SEÇÃO III. DIRETORIA

**Artigo 22.** A Diretoria é composta de 3 (três) a 10 (dez) membros, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores com designação e funções a serem propostas ao Conselho de Administração pelo Diretor-Presidente, nos termos do Artigo 27 abaixo. O Diretor Financeiro, a critério do Conselho de Administração, poderá acumular as suas funções com as do Diretor de Relação com Investidores. O Conselho de Administração poderá deixar vagos até 8 (oito) cargos de Diretor, exceto o de Diretor-Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Relação com Investidores.

§ Único. Findo o mandato, os membros da Diretoria permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos.

**Artigo 23.** A Diretoria reúne-se sempre que convocada pelo Diretor-Presidente.

**Artigo 24.** Nos atos e instrumentos que acarretem responsabilidade para a Companhia, inclusive sua representação ativa e passiva, judicial ou extrajudicial, em suas relações com entidades governamentais ou privadas, será ela representada (i) por 2 (dois) Diretores, ou (ii) por 1 (um) Diretor agindo em conjunto com um procurador, ou (iii) por 2 (dois) procuradores agindo em conjunto, dentro dos limites expressos nos respectivos mandatos, observado o disposto no § 2º, deste Artigo 24.

§ 1º. A Diretoria poderá delegar, inclusive nas obrigações a serem assumidas no exterior, a 1 (um) só Diretor ou a 1 (um) procurador, a representação da Companhia, nos termos e limites que a Diretoria vier a fixar.

§ 2º. As procurações outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por 2 (dois) Diretores e conterão os poderes específicos e prazo de vigência não superior a 1 (um) ano, ressalvada a outorga de poderes da cláusula *ad judicium et extra*, que poderá ter prazo de vigência superior ao referido.

**Artigo 25.** Compete aos Diretores assegurar a gestão permanente dos negócios sociais e dar execução às deliberações do Conselho de Administração.

**Artigo 26.** Compete, em especial, à Diretoria, atuando em colegiado:

- a) submeter ao Conselho de Administração a estrutura básica de organização da Companhia e de suas controladas, bem como definir as atribuições das várias unidades das mesmas;
- b) expedir as normas e regulamentos para o bom funcionamento dos serviços, respeitado o disposto neste Estatuto Social;
- c) manter o controle geral da execução de suas deliberações, bem como da avaliação dos resultados da atividade da Companhia e suas controladas;
- d) preparar e submeter à aprovação do Conselho de Administração os orçamentos anual e plurianual, os projetos de expansão e modernização e os planos de investimento;
- e) submeter ao Conselho de Administração, quando aplicável, o plano de cargos e salários e o quadro de pessoal da Companhia e suas controladas;

- f) submeter ao Conselho de Administração, quando aplicável, as normas relativas às contratações;
- g) submeter à prévia e expressa aprovação do Conselho de Administração as operações relativas a investimentos e financiamentos, no país ou no exterior;
- h) submeter ao Conselho de Administração todos os atos que envolvam responsabilidade para a Companhia, obedecido o limite disposto em delegação específica que, nesse sentido, vier a ser emanada em ato daquele Colegiado;
- i) preparar e propor ao Conselho de Administração os atos que sejam da competência deste e os que deva submeter à Assembleia Geral;
- j) elaborar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e os demais documentos a apresentar à Assembleia Geral;
- k) decidir sobre a abertura, transferência ou encerramento de escritórios, filiais, dependências ou outros estabelecimentos da Companhia;
- l) aprovar as instruções a serem dadas aos representantes da Companhia nas Assembleias Gerais das sociedades em que detenha participação acionária;
- m) submeter ao Conselho de Administração as políticas e limites, por valor, prazo ou tipo de operação, para instrumentos financeiros derivativos de qualquer natureza, que envolvam ou não mercados futuros e de opções, bem como procedimentos para o gerenciamento e controle da exposição da Companhia aos respectivos riscos envolvidos em tais operações; e
- n) exercer as demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social.

**Artigo 27.** Compete ao Diretor-Presidente:

- a) exercer a direção da Companhia, coordenando as atividades dos Diretores;
- b) propor ao Conselho de Administração as áreas de atuação e a designação de cada Diretor;
- c) zelar pela execução das deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria;
- d) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, estabelecendo-lhe a ordem do dia e dirigindo os respectivos trabalhos;
- e) propor à aprovação da Diretoria a estrutura básica da Companhia e de suas controladas e as atribuições das várias unidades das mesmas;
- f) supervisionar, com a colaboração dos demais Diretores, as atividades de todas as unidades da Companhia e de suas controladas;
- g) indicar, para aprovação da Diretoria, os representantes da Companhia nas entidades e nas sociedades e associações das quais a Companhia participe; e
- h) exercer as demais atribuições previstas neste Estatuto Social.

**Artigo 28.** Compete aos demais Diretores:

- a) O Diretor Financeiro tem como responsabilidade as diretrizes da política econômico-financeira da Companhia e suas controladas. Suas funções básicas são: (i) planejar, propor e implementar o planejamento econômico-financeiro da Companhia e suas controladas; (ii) coordenar a área contábil; (iii) implementar a política de planejamento fiscal da Companhia e suas controladas; (iv) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas; (v) administrar os recursos financeiros da Companhia; (vi) apoiar a área operacional da Companhia e suas controladas no que for necessário para o bom andamento das mesmas; (vii) coordenar os eventuais projetos da Companhia e suas controladas;
- b) O Diretor de Relações com Investidores tem como responsabilidade representar institucionalmente a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários, acionistas, investidores, Bolsa de Valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais.

#### **SEÇÃO IV. DO CONSELHO FISCAL**

**Artigo 29.** O Conselho Fiscal, com as atribuições e poderes que a lei lhe confere, não terá funcionamento permanente e, quando instalado para determinado exercício social, será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos, sendo facultada a eleição de igual número de suplentes, todos residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos.

§ 1º. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite mínimo legal.

§ 2º. O Conselho Fiscal elegerá o seu Presidente na primeira reunião.

§ 3º. O Conselho Fiscal funcionará de acordo com o regimento interno aprovado pela primeira Assembleia Geral que deliberar sua instalação.

§ 4º. O Conselho Fiscal somente poderá deliberar com a presença da maioria absoluta de seus membros e as deliberações serão tomadas pela maioria absoluta de votos dos presentes. Das reuniões lavrar-se-ão atas, em livro próprio.

#### **SEÇÃO V. DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

**Artigo 30.** O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, instalar um comitê de auditoria a ele subordinado e com finalidade de assessoramento, com as atribuições e poderes que a regulamentação aplicável determinar, a ser composto por, no mínimo, 3 (três) membros indicados pelo próprio Conselho de Administração, todos residentes no país, que exercerão seus cargos por, no máximo, 10 (dez) anos.

§ 1º. Quando instalado pelo Conselho de Administração, o comitê de auditoria passará a ser permanente, conforme exigido pela regulamentação aplicável.

§ 2º. Pelo menos 1 (um) dos membros do comitê de auditoria deve ser membro do Conselho de Administração, desde que não seja membro da Diretoria.

§ 3º. Pelo menos 1 (um) dos membros do comitê de auditoria deverá ter comprovado conhecimento na área de contabilidade societária, conforme requisitos estabelecidos em lei própria.

§ 4º. Serão aplicáveis aos seus membros, no que couber, as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei e por este Estatuto Social aos administradores da Companhia.

§ 5º. A remuneração e o orçamento anual do comitê de auditoria serão definidos pelo Conselho de Administração, observados os limites determinados em Assembleia Geral e o disposto no artigo 13, §2º.

**Artigo 31.** As regras de funcionamento, atribuições, competências e obrigações do Comitê de Auditoria serão aquelas constantes da regulamentação aplicável, conforme aditada de tempos em tempos.

## CAPÍTULO VI. EXERCÍCIO SOCIAL

**Artigo 32.** O exercício social coincide com o ano calendário, e as demonstrações financeiras serão levantadas ao término de cada ano, de acordo com o disposto na Lei n.º 6.404/76 e demais dispositivos legais aplicáveis.

**Artigo 33.** A Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202, da Lei n.º 6.404/76.

§ Único. Atribuir-se-á à reserva para investimentos, que não excederá a 100% (cem por cento) do capital social subscrito, importância não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202, da Lei n.º 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de empresas controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou criação de novos empreendimentos.

**Artigo 34.** Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

**Artigo 35.** A Companhia levantará balanços semestrais, e poderá levantar balanços trimestrais ou em períodos menores.

§ 1º. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá declarar dividendos à conta do lucro acumulado ou apurado nos balanços mencionados no *caput* deste Artigo, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício, observadas as limitações previstas em lei.

§ 2º. Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o Artigo 33 deste Estatuto Social.

§ 3º. Em caso de distribuição de dividendos à conta do lucro apurado em balanços semestrais, ou em períodos menores, poderá também ser paga a participação a que se refere o Artigo 33 deste Estatuto Social, mediante deliberação do Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral. Nesta hipótese, o Conselho de Administração fixará, observados os limites legais, o valor total a ser pago.

§ 4º. Ainda por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser distribuídos dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, inclusive à conta da reserva de investimentos a que se refere o § Único do Artigo 33. O Conselho de Administração poderá, a seu critério, cumprir a obrigação de distribuição do dividendo obrigatório com base nos dividendos que assim forem declarados.

## CAPÍTULO VII. JUÍZO ARBITRAL

**Artigo 36.** A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei n.º 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

## CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

**Artigo 37.** A Companhia observará os acordos de acionistas registrados na forma do art. 118, da Lei n.º 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos e aos Presidentes das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração abster-se de computar os votos lançados contra os mesmos acordos.

**Parágrafo Único.** Não será arquivado pela Companhia acordo de acionistas sobre exercício do direito de voto que conflite com as disposições deste Estatuto Social.

**Artigo 38.** Para fins deste Estatuto Social, o termo indicado em letras maiúsculas terá o seguinte significado:

“Partes Relacionadas” significa as relações estabelecidas pela Companhia com suas controlada(s) e coligada(s), seus administradores, seu acionista controlador e, ainda, entre a Companhia e sociedade(s) controlada(s) e coligada(s) dos administradores e do(s) acionista(s) controlador(es), assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito.

## CAPÍTULO IX. LIQUIDAÇÃO

**Artigo 39.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral.

**Parágrafo único.** Compete à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os respectivos honorários.

\* \* \*



**ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/09**  
**ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

**CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os candidatos a membro do Conselho de Administração apoiados pela administração e acionistas controladores declararam para a Companhia que nos últimos 5 anos não sofreram (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ainda, a Companhia informa que:

(i) não há relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos ao Conselho de Administração e (a) demais administradores da Companhia, (b) administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia, (c) administradores de controladores diretos ou indiretos da Companhia, ou (d) administradores de sociedades controladas direta ou indiretamente da Companhia; e

(ii) há relações de subordinação, prestação de serviço, fornecimento ou controle entre administradores e controladas ou controladores entre os candidatos ao Conselho de Administração e (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia; e (b) controlador direto ou indireto da Companhia, uma vez que os administradores ora eleitos exercem cargos de administração em diversas companhias controladoras e controladas direta ou indiretamente pela Companhia.

\* \* \*

<b>Nome</b>	<b>Rubens Ometto Silveira Mello</b>
<b>CPF/MF</b>	412.321.788-53
<b>Idade</b>	64
<b>Profissão</b>	Engenheiro
<b>Cargo</b>	Conselheiro de Administração (Titular) - Presidente
<b>Data Eleição</b>	Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 10/04/2015
<b>Data Posse</b>	Se aprovada a eleição, 10/04/2015
<b>Prazo Mandato</b>	Se aprovada a eleição, mandato até a AGO de 2018
<b>Mandatos</b>	Não aplicável
<b>Consecutivos</b>	
<b>Indicação</b>	Controlador
<b>Outros cargos</b>	Não há.

#### **Currículo**

O Sr. Mello é Presidente do Conselho de Administração da Cosan S.A e da Cosan Limited e CEO da Cosan Limited. É graduado em Engenharia Mecânica de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1972). O Sr. Rubens tem mais de 30 anos de experiência na gestão de grandes empresas, acumulada nas áreas administrativa e financeira. É também Diretor Geral e Presidente do Conselho de Administração da Costa Pinto S.A. desde 1980, Diretor Vice-Presidente da Pedro Ometto S.A. - Administração e Participações desde 1980, Diretor e Conselheiro da Cosan Operadora Portuária S.A. desde 1998, Presidente do Conselho de Administração da FBA - Franco Brasileira de Açúcar e Alcool desde 2001, e Diretor Presidente e Conselheiro da Da Barra desde 2002. Ocupa também a posição de Conselheiro na ÚNICA - União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo. Antes de ingressar no Grupo Cosan, o Sr. Rubens atuou de 1971 a 1973, como Assessor da Diretoria do UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S.A. e de 1973 a 1980 como Diretor Financeiro da Industrias Votorantim S.A. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

---

<b>Nome</b>	<b>Marcos Marinho Lutz</b>
<b>CPF/MF</b>	147.274.178-12
<b>Idade</b>	44
<b>Profissão</b>	Engenheiro
<b>Cargo</b>	Conselheiro de Administração (Titular) – Vice Presidente
<b>Data Eleição</b>	Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 10/04/2015
<b>Data Posse</b>	Se aprovada a eleição, 10/04/2015
<b>Prazo Mandato</b>	Se aprovada a eleição, mandato até a AGO de 2018
<b>Mandatos</b>	Não aplicável
<b>Consecutivos</b>	

**Indicação** Controlador  
**Outros cargos** Não há.

### **Currículo**

O Sr. Lutz é mestre em Administração de Empresas pela Kellogg Graduate School of Management, Northwestern University, e graduado em Engenharia Naval pela Escola Politécnica. Antes de ingressar na Companhia, o Sr. Lutz atuou como Diretor Executivo de Infraestrutura e Energia na CSN durante quatro anos, foi membro do conselho de administração da MRS Logística, CFN Railways e Ita Energética. Antes disso, foi diretor de Operações da Ultracargo S.A., a afiliada de logística do Grupo Ultra. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

**Nome** **Marcelo Eduardo Martins**  
**CPF/MF** 084.530.118-77  
**Idade** 47  
**Profissão** Administrador de Empresas  
**Cargo** Conselheiro de Administração (Titular)  
**Data Eleição** Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 10/04/2015  
**Data Posse** Se aprovada a eleição, 10/04/2015  
**Prazo Mandato** Se aprovada a eleição, mandato até a AGO de 2018  
**Mandatos** Não aplicável  
**Consecutivos**  
**Indicação** Controlador  
**Outros cargos** Não há.

### **Currículo**

O Sr. Marcelo é o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Cosan SA Indústria e Comercio, sendo também membro do Conselho de Administração desde março de 2009. Ele é bacharel em administração de negócios pela Fundação Getúlio Vargas, especializado em finanças. O Sr. Marcelo ingressou no grupo Cosan em julho de 2007 como executivo da Aguassanta Participações S.A. e atuou como Diretor Financeiro e de Desenvolvimento de Negócios da Votorantim Cimentos entre julho de 2003 e julho de 2007. Antes disso, comandou o departamento de Renda Fixa Latinoamericana do Salomon Smith Barney em Nova Iorque. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

<b>Nome</b>	<b>Julio Fontana Neto</b>
<b>CPF/MF</b>	662.087.508-49
<b>Idade</b>	58
<b>Profissão</b>	Engenheiro
<b>Cargo</b>	Conselheiro de Administração (Titular)
<b>Data Eleição</b>	Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 10/04/2015
<b>Data Posse</b>	Se aprovada a eleição, 10/04/2015
<b>Prazo Mandato</b>	Se aprovada a eleição, mandato até a AGO de 2018
<b>Mandatos Consecutivos</b>	Não aplicável
<b>Indicação</b>	Controlador
<b>Outros cargos</b>	Diretor Presidente

### **Currículo**

O Sr. Julio é formado em Engenharia Mecânica e também em Administração pela Universidade Mackenzie, com MBA pelo EISE Business School – Universidade de Navarra – Espanha. O executivo possui mais de 25 anos de experiência em posições de liderança e como principal executivo em empresas nacionais e multinacionais de médio e grande portes dos segmentos metalúrgico, siderúrgico, infraestrutura e logística e ainda acumula em sua carreira profissional a presidência por duas gestões da Associação dos Transportadores Ferroviários e por três anos do Sindicato Nacional dos Transportadores Ferroviários. O Sr. Julio está na Cosan desde 2009, quando foi convidado a assumir a presidência da Rumo Logística. O executivo também possui forte atuação em importantes entidades empresariais: é vice-residente da seção ferroviária da Confederação Nacional de Transportes e desde 2005 é membro do conselho de infraestrutura da FIESP. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

<b>Nome</b>	<b>Marcelo de Souza Scarcela Portela</b>
<b>CPF/MF</b>	023.502.188-13
<b>Idade</b>	54
<b>Profissão</b>	Advogado
<b>Cargo</b>	Conselheiro de Administração (Titular)
<b>Data Eleição</b>	Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 10/04/2015
<b>Data Posse</b>	Se aprovada a eleição, 10/04/2015
<b>Prazo Mandato</b>	Se aprovada a eleição, mandato até a AGO de 2018
<b>Mandatos Consecutivos</b>	Não aplicável
<b>Indicação</b>	Controlador
<b>Outros cargos</b>	Não há.

## **Currículo**

O Sr. Marcelo é membro do nosso Conselho de Administração da Cosan e diretor Vice Presidente Jurídico. O Sr. Marcelo é graduado em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1983), mestre em direito comercial pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1988) com especialização pela McGill University Law School em Montreal, Canadá (1990). Prestava serviços para o Grupo Cosan nas áreas societária, contenciosa, contratual e consultiva, além de prestar assistência no campo do Direito Comercial e Civil em geral do Grupo Cosan. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

<b>Nome</b>	<b>José Alberto Monteiro Martins</b>
<b>CPF/MF</b>	047.595.818-71
<b>Idade</b>	53
<b>Profissão</b>	Advogado
<b>Cargo</b>	Conselheiro de Administração (Titular)
<b>Data Eleição</b>	Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 10/04/2015
<b>Data Posse</b>	Se aprovada a eleição, 10/04/2015
<b>Prazo Mandato</b>	Se aprovada a eleição, mandato até a AGO de 2018
<b>Mandatos consecutivos:</b>	Não aplicável.
<b>Indicação</b>	Controlador
<b>Outros cargos</b>	Não exerce outras funções na Companhia

## **Currículo**

Formou-se em Direito, com especialização em Direito Empresarial, pela Faculdade de Direito – USP, em 1983. Pós-graduado em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 2002 e realizou extensão internacional de MBA na Universidade da Califórnia – UCLA, Irvine em Junho de 2002. Atualmente cursa mestrado no Centro Universitário de Curitiba – Unicuritiba, na área de concentração de direito empresarial e cidadania. Atualmente é Diretor Jurídico na ALL - América Latina Logística S.A. Nos últimos 05 anos atuou como (i) Diretor Jurídico; (ii) Diretor Jurídico e de Recursos Humanos e (iii) Diretor Jurídico e de Assuntos Corporativos na Tyson do Brasil Alimentos Ltda. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

<b>Nome</b>	<b>Darlan Fabio de David</b>
<b>CPF/MF</b>	915.062.129-72
<b>Idade</b>	40
<b>Profissão</b>	Engenheiro Elétrico
<b>Cargo</b>	Conselheiro de Administração (Titular)
<b>Data Eleição</b>	Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 10/04/2015
<b>Data Posse</b>	Se aprovada a eleição, 10/04/2015
<b>Prazo Mandato</b>	Se aprovada a eleição, mandato até a AGO de 2018
<b>Mandatos consecutivos:</b>	Não aplicável.
<b>Indicação</b>	Controlador
<b>Outros cargos</b>	Não exerce outras funções na Companhia

#### **Currículo**

Formou-se em Engenharia Elétrica na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e possui MBA em Logística e Gestão e participação no Programa para Desenvolvimento Executivo, no IMD, Suíça. Atualmente é: (i) Diretor de Produção das Malhas Oeste e Sul da ALL – América Latina Logística S.A.; (ii) Diretor de Produção da ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A.; (iii) Diretor de Produção da ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. As concessionárias acima fazem parte do grupo econômico da controladora Companhia. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

**12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração e do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse.**

<b>Conselheiro de Administração</b>	<b>Titular/Suplente</b>	<b>Percentual de Participação</b>
Agilberto Pires Martins da Costa	Suplente	0,0%
Alessandro Arduini	Titular	86,4%
Antonio Afonso Simões	Suplente	0,0%
Beatriz Primon de Orneles Cereza	Suplente	0,0%
Carla Gonçalves Marcondes	Suplente	0,0%
Carlos Fernando Vieira Gamboa	Titular	100,0%
Délvio Joaquim Lopes de Brito	Titular	40,9%
Eliane Aleixo Lustosa	Titular	90,9%
Giancarlo Arduini	Titular	45,5%

Gilberto Maria Rossetti	Suplente	0,0%
Henrique Amarante da Costa Pinto	Titular	95,5%
Janine Meira Souza Koppe Eiriz	Suplente	4,5%
Joilson Rodrigues Ferreira	Titular	95,5%
José Carlos Alonso Gonçalves	Titular	18,2%
Laura Bedeschi Rego de Mattos	Suplente	0,0%
Linneu Carlos da Costa Lima	Titular	95,5%
Mario Mendes de Lara Neto	Titular	54,5%
Nelson Rozental	Titular	59,1%
Paula Suelen de Lara Bao	Suplente	0,0%
Pedro Vieira de Lima Albuquerque	Suplente	0,0%
Raimundo Pires Martins da Costa	Titular	100,0%
Reinaldo Soares de Camargo	Titular	0,0%
Renata Eichler Ribeiro	Suplente	9,1%
Ricardo Propheta Marques	Suplente	36,4%
Ricardo Schaefer	Titular	86,4%
Riccardo Arduini	Titular	86,4%
Ruy Nagano	Suplente	45,5%
Sérgio Vasconcellos Rodrigues	Suplente	0,0%
Vera Cristine Klassen	Suplente	0,0%
Wagner Pinheiro de Oliveira	Titular	100,0%
Wilson Ferro de Lara	Titular	95,5%
Wilton de Madereiros Daher	Suplente	0,0%
Rubens Ometto Silveira Mello	Titular	Não aplicável
Marcos Marinho Lutz	Titular	Não aplicável
Marcelo Eduardo Martins	Titular	Não aplicável
Julio Fontana Neto	Titular	Não aplicável

\* \* \*